

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Geociências

Curso de Mestrado em Geografia

**A FUNDAÇÃO DO BALNEÁRIO CASSINO AO FINAL DO
SÉCULO XIX E SUA EXPANSÃO E TRANSFORMAÇÃO NO
DECORRER DO SÉCULO XX**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Geociências

Curso de Mestrado em Geografia

**A FUNDAÇÃO DO BALNEÁRIO CASSINO AO FINAL DO
SÉCULO XIX E SUA EXPANSÃO E TRANSFORMAÇÃO NO
DECORRER DO SÉCULO XX**

Maria Terezinha Gama Pinheiro

Orientador: Prof. Luís Fugazzola Pimenta

Dissertação de Mestrado

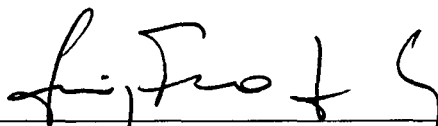
Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis, dezembro de 1999.

"A Fundação do Balneário Cassino ao final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX".

Maria Terezinha Gama Pinheiro

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.



Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 06/12/1999



M.Sc. Luis Fugazzola Pimenta (Orientador-UFSC)

Dr. Lino Fernando Bragança Peres (Membro-UFSC)

Drª. Raquel Ma. F. do A. Pereira (Membro-UFSC)

Florianópolis - 1999

*Ao Edmar e Tereza,
meus pais.*

AGRADECIMENTOS

Ao Luís Pimenta, pela orientação e amizade.

Ao Sr. Jonas Otero, pelas informações gentilmente cedidas.

Aos amigos Paulo e Jaci, pela amizade, paciência e dedicação com que trabalharam na configuração final dessa dissertação.

Ao amigo Miguel, pela discussão de inúmeros aspectos envolvendo o dia-a-dia de um balneário.

À amiga e secretária da Pós Graduação Marli Costa.

Aos amigos César, Dário, Fatíma, Oscar e Graça pela ajuda prestada em diferentes etapas desse trabalho.

Aos meus familiares e amigos, pelo apoio e estímulo dados à realização desse projeto de vida.

Ao CNPq , pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.

SUMÁRIO

Sumário de Fotos	Iv
Sumário de Figuras	V
Sumário de Tabelas	Vi
Resumo	Vii
Abstract	Viii
Introdução	1
Capítulo I. O banho de mar e os balneários	9
Capítulo II. O Rio Grande do Sul	21
2.1 - O Rio Grande do Sul da época	21
2.2 - O Rio Grande do Sul contemporâneo	31
Capítulo III. Histórico do balneário Cassino	43
Capítulo IV A Expansão do balneário Cassino	79
4.1 - Loteamentos Particulares	79
4.2 - Loteamentos realizados pela Prefeitura Municipal	90
4.2.1 - Expansão da infra estrutura do complexo portuário industrial para o Cassino-década de 70	93
4.3 - Expansão da cidade do Rio Grande em direção ao Cassino	100
Conclusão	108
Bibliografia Consultada	112

SUMÁRIO DE FOTOS

FOTO 1	- Chalé de Dois Bicos	60
FOTO 2	- Vista da Praia do Cassino com camarotes para banhistas, 1889	61
FOTO 3	- Chalé que serviu como residência de veraneio do cônsul da Alemanha Nieckele	61
FOTO 4	- Hotel Atlântico frente ao mar	63
FOTO 5	- Antiga estação férrea	64
FOTO 6	- Interior do salão do Hotel Atlântico	65
FOTO 7	- Divulgação do balneário	65
FOTO 8	- Reservatório de água	66
FOTO 9	- Instalação hidráulica	67
FOTO10 abc	- Vista geral da estação balnear	69

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1- Localização da área de estudo	2
Figura 2- Regiões Sul, Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul e respectivas sub-regiões	36
Figura 3- Primeiro Projeto de loteamento do balneário Cassino	54
Figura 4- Planta do balneário Cassino de 1917	71
Figura 5- Planta do balneário Cassino de 1957	80
Figura 6- Folheto de divulgação do Loteamento Cidade Balneária da Querência	85
Figura 7- Planta do loteamento Cidade Balneária da Querência	86
Figura 8- Expansão de loteamentos no balneário Cassino	89
Figura 9- Planta do Balneário Cassino de 1957 com áreas de domínio da União	91
Figura 10- Planta do Balneário Cassino de 1957 com loteamentos regularizados pela Autarquia Balneário Cassino	95
Figura 11- Macrozoneamento proposto em 1978	104

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1 - Participação relativa da Região Sul e das sub-regiões no total da Renda Interna 1939-1980 (%)	37
Tabela 2 - Participação relativa no total da Renda Interna Industrial 1939-1980 e Valor Adicionado Fiscal da Indústria do estado 1980-1990 (%)	39
Tabela 3 - Participação das regiões no total da população 1890-1991 (%)	40
Tabela 4 - Loteamentos no balneário Cassino no período de 1949-1961	82
Tabela 5 – Loteamentos realizados pela PMRG e ABC	94

RESUMO

A finalidade desta dissertação é realizar uma análise sobre a fundação do balneário Cassino ao final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX. Para atingir tal objetivo, num primeiro momento, investigamos o surgimento da moda dos balneários europeus, e como essa moda chegou ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e mais especificamente à cidade do Rio Grande.

Num segundo momento analisa-se o contexto sócio-econômico das cidades de Rio Grande e Pelotas, à nível estadual, que permitiu a criação de um dos primeiros balneários do Brasil – balneário Cassino.

Finalmente é feita uma retrospectiva das primeiras décadas do balneário até os dias atuais, abordando as alterações espaciais da estrutura urbana do balneário, os processos que lhes deram origem e suas conseqüências para sua popularização.

ABSTRACT

The main objective of this thesis was to make an analysis about the foundation of Cassino balneary at the end of 19th century and its expansion and transformation during 20th century.

To get this objective, at first, we investigated the arising of fashion in european balneares, and how this fashion arrived in Brazil, in Rio Grande do Sul and more specifically in Rio Grande town.

In a second moment, we analysed the social-economical context of Rio Grande and Pelotas towns in a state level which allowed the creation of the first balnearies of Brasil-Cassino balneary.

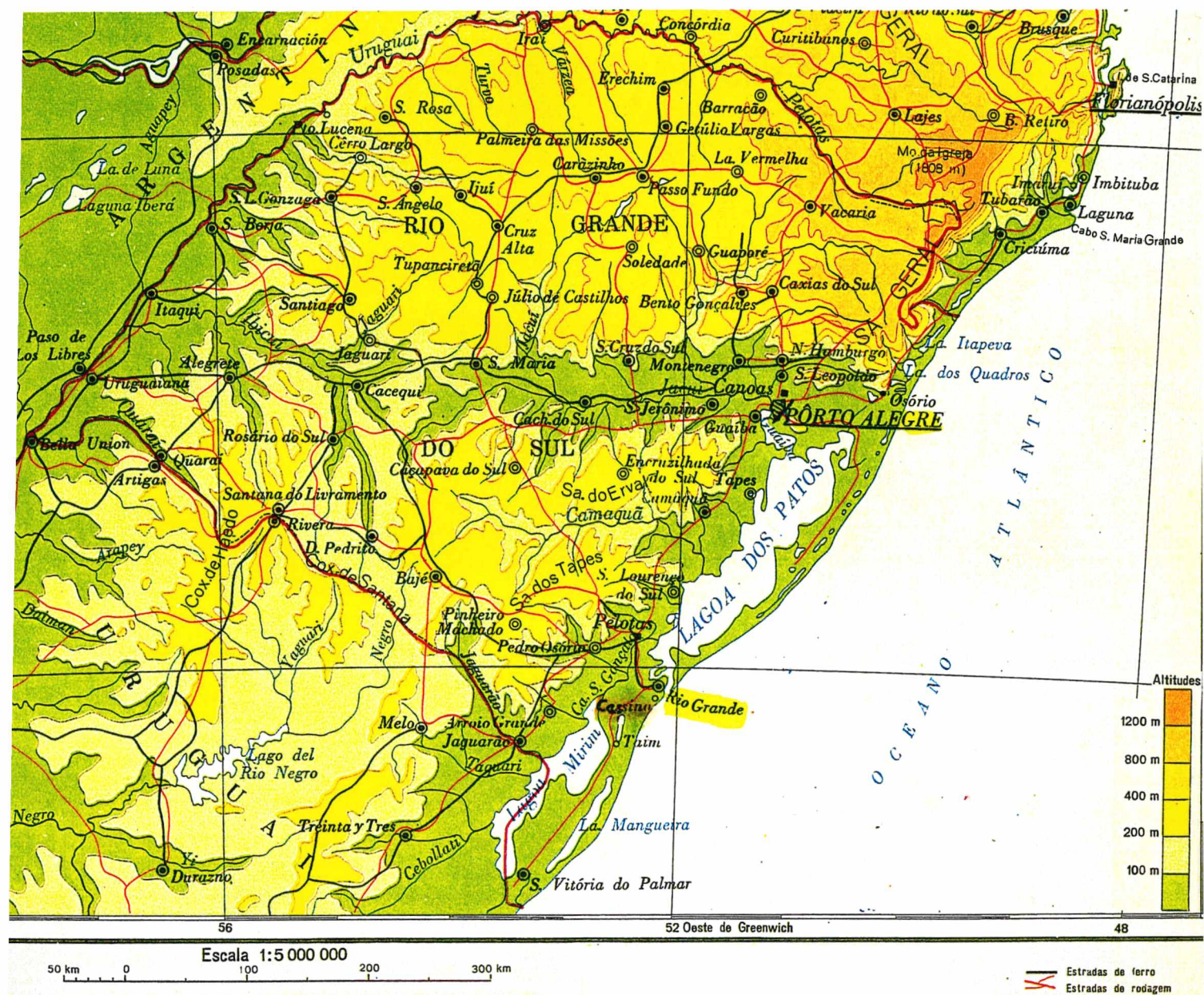
Finally it was done a retrospective of the first decades of the balneary until nowadays, concerning to spacial changings of the urbane structure of the balneary the processes which originated them and their consequences to its population.

INTRODUÇÃO

A moda dos banhos de mar data do início do séc. XIX, com a fundação de Dieppe (1822) e Biarritz (1835) e ao final do século, a ideologia dos banhos terapêuticos e a moda dos balneários, já era de conhecimento da elite comercial/industrial que residia na cidade do Rio Grande, cuja a vida social nesta época era muito limitada, até mesmo na capital do estado, Porto Alegre. As cidades de Rio Grande e Pelotas concentravam o principal núcleo industrial do Rio Grande do Sul e estavam intimamente ligadas à economia da campanha, Pelotas por ser o principal núcleo das charqueadas e Rio Grande por ser o único porto marítimo do estado.

Sendo assim, um grupo de empresários locais, que tinha o privilégio concedido pelo governo provincial para a condução, sobre trilhos, de passageiros com a Cia. Carris Urbanos do Rio Grande, resolveu prolongar a linha existente até o litoral e lá fundou uma estação balnear, a atual praia do Cassino (Fig. 1).

FIGURA 1 – Localização da área de estudo



Fonte: Atlas, Difusão Cultural do Livro, São Paulo, 1990.

Este balneário passou por distintas fases em seus 110 anos de existência e andando pela AV. Rio Grande (principal via de acesso à praia) no Cassino, observando alguns casarões, entre os poucos que restaram, reportamo-nos a um passado não muito distante cujo único transporte era feito somente por um trem que fazia apenas quatro viagens diárias; *“passado de festas no Hotel Atlântico; passado de calma cujos únicos ruídos eram as ondas do mar e o canto das gaivotas”*, como comenta a Sra. Helena Duhá, que é dona de um dos casarões do período da fundação do balneário.

Entretanto o “progresso”, que é agente de mudanças, mostra-nos hoje um outro Cassino: edifícios substituindo os “chalés suíços”, buzinas de carros substituíram o apito do trem e a praia repleta de turistas que substituem o selecionado e pequeno grupo do período de sua fundação.

Sendo assim, o estudo de estruturação do balneário, não pode ser feito separadamente do estudo do processo de evolução no tempo, ou seja, para a análise do momento atual faz-se necessário considerar a influência de momentos anteriores, pois é justamente ao entrecruzar passado e presente que se dá sentido a este presente, onde uma comunidade diversificada desfruta, à sua forma, de um mesmo espaço ao sol e ocorre a popularização de uma praia que enfrentando os problemas de uma urbanização crescente, vem sendo experiência de verão de inúmeras gerações.

Aceitando-se que o espaço humanizado é dinâmico e resultado do inter-relacionamento do homem-meio, implicitamente concorda-se que a paisagem não é fruto de conjugações repentinas, ela reflete, entre seus elementos, a variável tempo. Se o tempo é importante variável da história a busca de causas explicativas dos fenômenos geográficos, implica, comumente, em remontar a um passado. A retrospecção, como muito bem acentua RANDLE, *“é o que de uma manera amplia se há llamado sentido genético, és de la esencia*

misma de la geografía.”¹

O tempo em geografia, quando necessário, é um elemento do presente mas compreende-se, certamente, que qualquer acontecimento pretérito não é imprescindível à geografia. A geografia histórica vai conseguir recuperar a dimensão universal dos lugares, através da história, e simultaneamente, com o auxílio da geografia, a particularidade de um determinado lugar e a sua relação com a herança cultural de unidades maiores, nacionais, sociais, religiosas e humanas. De um lado, encontra-se a individualidade do lugar - o sinal visível da sua marca regional, que pode ser explicado à nível das realidades locais. Do outro, encontram-se as marcas da civilização, de que cada lugar em particular é um elemento constitutivo sendo necessário ampliar a escala de análise.

Postas essas colocações sobre o tempo em geografia e a relação entre o geral e o específico, será, agora, preciso justificar este trabalho como o estudo de uma determinada área onde o passado é um elemento explicador do presente, não só das especificidades locais, no balneário Cassino, como também de um fenómeno geográfico mundializado; a utilização dos balneários como local especializado para banhos.

A paisagem urbana no balneário Cassino, situado a 20 Km da cidade do Rio Grande, mostra-nos diferentes extratos de tempo abrindo lado a lado construções modernas e antigas, revelando novos marcos de referência e instaurando diferentes formas de viver .

Começamos a refletir sobre a sua reconstituição histórica, com indicadores das relações sociais, que se modificaram com o passar do tempo alterando os modos de vida e refletindo-se na própria paisagem, a partir de evidências banais.

No final do século XIX ocorreu o avanço das ferrovias ligadas à necessidade de segurança das fronteiras e para atender aos interesses dos grandes pecuaristas e proprietários de charqueadas. No mesmo ano em que foi inaugurada a linha Rio Grande-Bagé (1884), a Cia.

¹ RANDLE, P. H. *Geografía Histórica y Planeamiento*. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1966, p. 22.

Carris Urbanos do Rio Grande pediu a concessão do direito para estender sua linha da cidade do Rio Grande até o litoral, para criar um balneário, impedindo assim que a Cia. Southern Brazilian R. G. S. Railway, que explorava a linha Rio Grande-Bagé, o fizesse. A Cia. Carris Urbanos do Rio Grande planejou o balneário, concretizou o projeto e sucessivas companhias administraram o balneário até 1909.

O balneário foi planejado para um número restrito de veranistas em uma época em que a mobilidade era privilégio de poucos. Era um espaço “homogêneo”, concentrado e com poucas áreas públicas, ou seja, tinha uma estrutura específica para receber uma determinada classe social de veranistas que se restringia ao núcleo central do loteamento Cidade Balneário Cassino. Quando ocorreu a popularização do banho de mar, o balneário não só se expandiu com a ocupação de loteamentos contíguos, como também foi reestruturado o seu núcleo inicial para satisfazer as novas necessidades de diferentes classes sociais, ocorrendo principalmente um aumento de áreas públicas (praças, terminal turístico e outros).

Num primeiro momento questiona-se como teria surgido a idéia de planejar e construir um balneário em uma época em que os costumes qualificavam de nudez qualquer redução no número de peças de roupas, e o medo de doenças fazia com que todos procurassem no agasalho a primeira medida para preveni-las, uma vez que julgávamos o local pouco apropriado para a prática pouco comum, naquela época, dos banhos de mar.

Os caminhos delineados para discutir as questões envolvidas nestas constatações e a definição final do que seria objetivamente tomado por análise foi surgindo gradativamente:

Em primeiro lugar a relação do homem com o mar sofre mudanças na Europa a partir do século XVIII e existe uma nova forma de pensar o mar e as áreas litorâneas e questionamos como estas mudanças chegaram ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e à cidade de Rio Grande, o que procuramos explicar no **primeiro capítulo**.

Afim de entendermos o surgimento do balneário e as transformações ocorridas no

decorrer do tempo, fez-se necessário determo-nos no progresso que as cidades de Rio Grande e Pelotas, ligadas à pecuária da campanha (Região Sul do Rio Grande do Sul), viviam no final do século XIX e sua gradual perda de importância no conjunto do estado sendo este o **segundo capítulo**.

No **terceiro capítulo** abordaremos a concretização do desejo de criar-se um balneário na cidade do Rio Grande e as primeiras décadas de seu funcionamento, por último, no **quarto capítulo**, nos detivemos em compreender as alterações espaciais da estrutura urbana do balneário Cassino, os processos que deram origem a elas e suas conseqüências para a popularização do balneário.

Por ser a geografia histórica um ramo da Geografia, deve situar-se dentro dos princípios que regem esta ciência considerando o binômio homem-terra. Sendo assim torna-se a observação direta imprescindível, mas procuramos não esquecer a grande importância da documentação, posto que SANTOS nos alerta para o fato de que *“as formas geográficas também se apresentam como relação a obedecer e se materializam mediante um conjunto de normas e/ou formas jurídicas e sociais.”*²

Estes documentos é que darão conteúdo às formas morfológicas para buscarmos em tempos já idos os caminhos para a interpretação do presente, passo fundamental para pensarmos com clareza o espaço do futuro que queremos ter.

O objetivo deste trabalho visa à reconstituição histórica do balneário Cassino, com indicadores das relações sociais, que se modificaram com o passar do tempo alterando os modos de vida e refletindo-se, muitas vezes, na própria paisagem. A preferência por este balneário, localizado na parte mais meridional do Rio Grande do Sul, como objeto de estudo, deve-se ao fato dele ser contemporâneo dos primeiros balneários do Brasil e ainda guardar vestígios na paisagem de um passado ainda “recente” na memória de alguns de seus antigos

² SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994, p.68.

freqüentadores. Esta nova forma de ocupação do litoral vem acompanhada de um outro tipo de cultura, a cultura da praia em correspondência com uma nova forma urbana, os primeiros balneários do final do século XIX.

A utilização de documentos aliada à observação dos testemunhos guardados pela paisagem justificam a natureza deste trabalho.

Inicialmente procuramos coletar material e informações a respeito do Estado, Município e mais especificamente sobre o Balneário Cassino junto a instituições como IBGE, Prefeitura Municipal, Arquivo Público, Biblioteca Pública, Autarquia do Balneário Cassino (ABC), imobiliárias e a comunidade local, bem como a biblioteca central da Universidade do Rio Grande.

Na visita à Biblioteca Pública do Rio Grande e ao arquivo particular do Sr. Jonas Otero, (descendente do Coronel Leivas) fizemos um levantamento das obras e informações disponíveis.

Através da Biblioteca Pública conseguimos vários relatórios das companhias ferroviárias que administraram o balneário e importantes informações em jornais do século XIX e início do século XX sobre o balneário, além de fatos do período de sua fundação. Quanto ao arquivo particular do Sr. Jonas Otero tivemos acesso aos seguintes documentos: todas as plantas e mapas feitos para o balneário Cassino, ao histórico feito por um de seus antepassados, Francisco Otero, ao contrato de compra do balneário pelo Sr. Leivas e outros documentos que nos foram úteis.

O material bibliográfico a respeito da história do Rio Grande do Sul, ou mais especificamente Rio Grande e balneário Cassino, foi selecionado nas bibliotecas e nos outros acervos e fontes anteriormente mencionados.

Para analisar a origem e evolução do balneário Cassino, não era necessário escrever a história completa sobre as cidades de Pelotas e Rio Grande e de sua área de influência à

campanha gaúcha. Limitamo-nos ao que nos pareceu indispensável para o esclarecimento do tema. No conjunto, entretanto, a exposição segue uma sequência histórica do Rio Grande do Sul, ainda que não exaustiva, para mostrar o declínio do estado à nível nacional e a perda de importância à nível intraestadual: do sul do Rio Grande do Sul, onde está localizado o balneário Cassino e de onde surgem os fluxos migratórios de veranistas.

Em geral, as situações e os problemas foram examinados segundo a sua sucessão natural. Sempre que necessário, no entanto, procuramos integrar os dados e as relações, a fim de que as situações e os problemas se tornassem mais compreensíveis.

Ainda quanto ao método expositivo, queremos chamar a atenção para as extensas citações, e os motivos por que as adotamos. Em primeiro lugar, os textos citados foram extraídos dos documentos, relatórios, livros, artigos etc. diretamente relacionados com o assunto que se encontrava em exame. Sempre que possível, utilizamos os textos produzidos na época pelas próprias pessoas envolvidas (relatórios da Carris Urbanos, jornais, documentação disponível) nas situações e problemas estudados.

Em muitos casos, como se verá, os documentos de época registraram as intenções e pretensões vividas pelas pessoas envolvidas, os seus critérios, as suas decisões. Em consequência, as citações foram uma maneira de, resgatando fontes originais, dar continuidade à exposição. Em segundo lugar, confirmar as colocações feitas pela lembrança de antigos veranistas, que embora algumas vezes fossem equivocadas, revelaram dados significativos para a compreensão das situações e problemas posto que eles disseram o essencial.

Em síntese, não se tratava de mera articulação ou montagem de textos. Tratava-se de organizar e realizar a exposição o mais rente possível dos fatos, enquanto ação e pensamento e simultaneamente as pessoas podem aparecer como personagens e a história pode adquirir os seus movimentos reais.

CAPÍTULO I

O banho de mar e os balneários

Para entendermos a importância das estações balneárias faz-se necessário termos em conta que o banho de mar nem sempre foi uma prática comum em nossas sociedades.

Historicamente, o mar sempre ocupou, de diferentes maneiras a imaginação dos homens, mas não era visto como um local de lazer e, muito menos, apropriado para banhos. Uma interpretação da Bíblia revela que as representações do mar, na época clássica, eram as de um lugar infinitamente ameaçador e misterioso.

Alain Corbin, historiador francês que pesquisou o surgimento do desejo de estar à beira mar e dos banhos de mar na Europa na obra “O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental”, diz que:

“O Gênesis impõe a visão do “Grande Abismo”, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da Criação, flutuava o espírito de Deus.”³

O oceano tal qual a montanha era considerado vestígio do dilúvio e, portanto, uma lembrança ameaçadora que evocava imagens negativas: “O caráter demoníaco do mar em cólera”⁴ foi divulgado pelos marinheiros portugueses e espanhóis do século XVI; ao mar se associava a loucura por ter ele um comportamento extravagante e instável, passando com relativa rapidez da calma à agitação. É nele que as criaturas demoníacas habitam; é o símbolo do purgatório, além de ser o local onde “(...) corpo e alma são entregues sem sepultura a estas

³ CORBIN, Alain. O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.p.11.

⁴ CORBIN, op.cit.,p.17.

ondas infinitas que não conhecem nenhum repouso.”⁵

Destas imagens repulsivas, segundo Corbin, fizeram parte também as praias e suas populações; elas se enraízam num sistema de representações anterior à emergência do desejo coletivo pela simples vontade de estar à beira-mar que se concretizará apenas no século XVIII. Porém desde o século XVII, operam-se mudanças que viriam a possibilitar um novo olhar sobre o mar graças ao progresso da oceanografia na Inglaterra e no mesmo período os estudos que resgataram os benefícios dos banhos à saúde. Cabe dizer, para o tema que nos concerne, que o banho de mar até então era considerado uma distração imoral, própria do povo sem educação e nas primeiras décadas do século XVII torna-se uma prática autorizada.

*“De distração imoral própria do povo sem educação, tornou-se uma prática autorizada. Em 1622, Henri Peacham considera inclusive que o verdadeiro gentleman deve saber nadar (...). A praia fortalece os indivíduos escravos do conforto, que não sabem andar senão sobre tapetes.”*⁶

Vemos que o banho de mar na Europa deixou de ser um divertimento próprio das classes populares que habitavam o litoral, para tornar-se hábito aconselhado às elites, pela descoberta de suas propriedades medicinais.

Foi sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII que se operou significativamente a dissolução das imagens repulsivas sobre o mar e que o europeu conheceu o irresistível despertar do desejo coletivo das praias, popularizando-se então uma concepção medicinal do mar. Sendo assim inicia-se a partir de 1750 um grande fluxo de turistas às praias do mar pois o mar começa a ser considerado como um tonificador do corpo e um remédio

⁵ CORBIN, op. cit., p. 18.

⁶ CORBIN, op. cit., p. 71, 75.

eficaz contra melancolia, que reinava nas classes dominantes da Europa, que se sentiam “(...) *não beneficiadas pelo vigor que o trabalho proporciona às classes trabalhadoras*”⁷ e portanto mais suscetíveis à *desarmonia de alma e corpo*.⁸

As margens do oceano aparecem como alternativas aos males da civilização e se começará a valorizar a emoção do banho de mar, cavalgadas e caminhadas pela areia, temporadas de veraneio.

A beira mar também foi considerada como um refúgio para a aristocracia européia que se sentia ameaçada em seu poder político e social devido à crise dos velhos regimes da Europa.⁹

A par das pressões e depressões por que passava a elite aristocrática e de suas implicações à saúde, os médicos deram início a um resgate sobre os benefícios do banho de mar em autores como: Robert Burton (1621) que faz referências aos banhos para a cura da melancolia; Francis Bacon e Hernand Van der Heyden (1638) que escreveram sobre os benefícios dos banhos frios, o que foi reafirmado por Floyer em 1701, constituindo-se de fato como moda.¹⁰

Com este discurso referente aos benefícios dos banhos terapêuticos, médicos e higienistas criaram normas para esta prática, respaldados pelo seu conhecimento científico, que com o passar do tempo fugiram a seu controle, mas que inicialmente serviram para nortear as condutas dos membros da classe ociosa e restringir as práticas espontâneas.

Existiam distinções entre as práticas ocasionais, fruto de um desejo espontâneo em virtude de uma elevação na temperatura, das práticas prescritas pelos médicos, estritamente codificadas. As práticas prescritas deveriam se submeter à separação dos sexos, das hierarquias

⁷ CORBIN, op. cit. , p. 73.

⁸ CORBIN, op. cit. , p. 74.

⁹ Ver HOBBSBAWN, Eric J. A *era das revoluções: Europa 1789- 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁰ CORBIN, op. cit. , p. 75

sociais e levar em conta as idades, pois os estudiosos acreditavam que estes fatores determinariam a reação do indivíduo ao mergulhar na água.

Apesar da praia evocar imagens de um lugar erótico, isto não se manifestava livremente, pois o código do pudor era extremamente rígido considerando que “o banho fornece a ocasião de experimentar sensações multiplicadas”¹¹, conseqüentemente os trajes de banho usados pelas mulheres eram espessos vestidos de lã, que foram mudando segundo as normas do pudor trazidas pelo processo de civilização, confirmando as considerações de FOULCAULT¹² de que é sobre o corpo que as normas de civilidade se exercem com maior rigor. A história nos mostra sucessivas mudanças nos padrões de balnearidade e, pouco a pouco, a praia ideal define-se de formas diferentes: *Quer antes de mais nada que ela seja “asseada e limpa”. Além disso, deve ficar distante de toda foz de rio, afim de assegurar a extensão das ondas e a salinidade da água. A boa praia será “arenosa e plana”, de modo a facilitar o trajeto de veículo que transporta os banhistas. As falésias e dunas nas proximidades da praia possibilitarão a marcha e a equitação.*¹³

Junto com as mudanças de trajes e dos padrões de balnearidade, vieram as mudanças nas formas de desfrutar da praia. Para Corbin a Idade das Luzes representa o palco dos primeiros escritos que expressam admiração e gosto pelo mar, dos primeiros poetas a falarem da magia de sua metamorfose e do prazer de meditar e contemplar sua expansão ilimitada

Os românticos tornaram a praia um cenário para a descoberta de si mesmo. A imensidão e vacuidade do oceano convida à reflexão e o indivíduo não vem mais olhar os limites que Deus impôs aos homens através do Oceano e sim buscar a superação dos seus próprios limites procurando reencontrar-se harmonizando o corpo e a natureza.¹⁴

Henri Lefebvre no oitavo prelúdio de sua obra Introdução à Modernidade nos dá uma

¹¹ CORBIN, op. cit., p. 86.

¹² FOULCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹³ CORBIN, op. cit., p. 82.

visão sobre o mar como um lugar metafórico do destino da pessoa onde a praia torna-se uma fronteira cujo percurso, influenciado pelo movimento da natureza, convida a periódicos balanços de vida. Faço aqui uma livre narrativa de um conto que apesar de ter sido escrito em 1953 presta-se como exemplo pela riqueza de suas reflexões.

“BASTANTE IMPRUDENTEMENTE, pois eu era o único a banhar-me no mar um pouco forte, eu me distanciava e perdia quase de vista a praia . (...) Ondas. Ondas precisas e sem limites. Elas acorrem do fundo do horizonte, fogem e batem com força na espuma. Chegam uma por uma, regulares, distintas, idênticas. Vão morrer na areia e nos rochedos. De um lado, sob o vento, estão as lâminas, a palavra é justa, tanto elas ameaçam com suas cristas agudas. Aquelas que me atravessaram e que eu percebo de costas, correndo para a costa, é para mim o passado. Não tenho mais relações com elas. Mas as que vêm, que vão atacar-me, levantar-me e precipitar-me num vácuo súbito, que tentarão engolir-me, essas que acorrem, são para mim o futuro; o virtual, o possível; e eu vejo esse possível - mortal ou vitorioso sobre morte porque eu responderei ao desafio – que sobrevêm e que me advém. As ondas se seguem e se assemelham, no entanto elas diferem completamente conforme elas passam ou chegam. A onda que me agarra me prende onde me abandonou a precedente.(...) Esta, que me empunha e tenta sufocar-me, é o presente, é o atual. É o instante; ele me traz seu desafio e seu poder; ele me mata, se eu não o dominar. Numa fascinante simultaneidade, presente, passado, futuro, justapõem-se; eu percebo vir o possível, morte ou vida. Eu provo o presente, eu sou (enquanto eu lutar e salvo a derrota) sua prêsa e seu mestre. Eu não sei mais. E é

¹⁴ CORBIN, op. Cit. , p. 177.

isso a visão, conhecimento que penetra além do conhecido. O passado não se reduz a lembrança. Ele está ali, perigo findo. Ele não mais atua sobre mim, ele atua ainda ali, até que ele expire para renascer; ele me anuncia os obstáculos a superar para alcançar a margem. O possível não se reduz à incerteza e à irreal eventualidade. Ele está ali. Acorre. Ameaça. Prepara-se. Vêm de longe e avança aos pulos. O acontecimento aproxima-se, enfim torna-se preciso, abate-se.

(...) Último esforço. A praia. Era tempo! Talvez nunca eu me tivesse aproximado tanto da natureza. Durante tão pouco tempo, eu teria visto o mar um pouco como os homens de antigamente, caçadores, pastores, mágicos e advinhos, viram os animais e os astros. Eu me reuno à razão e à loucura. E me levanto inundado de verdades que vão fugir. Nunca teria tão bem provado minha força, minha vontade. E a emergência incerta da consciência ...”

O banho de mar, antes só usufruído por uma pequena parcela de pessoas com sensibilidade premonitória, passou a ser amplamente divulgado por seus benefícios terapêuticos, sendo assim, em 1822 o subprefeito de Dieppe funda o primeiro estabelecimento de banhos de mar, sendo prestigiado pela presença da duquesa de Berry. A partir de então a corte se desloca em julho de cada ano para Dieppe. A imperatriz Eugênia frequenta Biarritz e a praia de Trouville, na costa Normanda, entra em moda.¹⁵

O status das estações balneárias esteve em sua origem ligado diretamente ao prestígio de seus frequentadores, à nobreza, que pouco a pouco substituiu o hábito aristocrático dos passeios ao campo, por passeios à beira mar e “*da base ao topo, é a sociedade inteira que*

¹⁵ FUGIER, Anne M. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada* 4. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991, p.231.

contempla o espetáculo da corte, modelo exposto à admiração e à imitação.”¹⁶ A partir de 1840, momento histórico que CORBIN considera como nascimento da praia moderna ocorre a massificação da vilegiatura marítima, pelas prescrições médicas, o desejo de imitar os nobres e o melhoramento dos meios de transporte que facilitam a organização do lazer nas proximidades dos grandes aglomerados urbanos. Esta nova tendência vai acarretar a transformação da orla marítima em um local de sociabilidade e dará origem, segundo Munford “(...) a evolução do desfile de gente vestida de acordo com a moda, para um tipo especializado de cidade” e nos explica que:

“Embora os balneários e estações de água, aonde as pessoas iam por razões de saúde nunca tivessem deixado de existir, no século dezoito esses velhos recantos ganharam vida nova, quando as pessoas começaram a encaminhar-se em massa para eles, por uma nova razão: Exibição e moda. O desfile (Corso) passou a ser não simplesmente o fundamento, mas a própria razão da existência de uma nova espécie de cidades: Bath, Margate, Brighton (...). Tais eram os lugares onde se reuniam os elegantes: encontravam-se em ordem, para exibir-se na estação devida, às vezes a pretexto de procurar a saúde, mas também para gozar a vida, desembaraçados de quaisquer ligações visíveis com o comércio e a indústria, ocupações que já enchiam as capitais de visões, ruídos e odores desagradáveis.”¹⁷

Com a divulgação da ideologia dos banhos terapêuticos, as estações balneárias adquiriram “status” associando-se o estilo de vida moderno à localização residencial à beira mar. Esta tendência foi um fenômeno típico da população urbana, na Europa, onde a burguesia

¹⁶ REVEL, Jaques . Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada* 3, São Paulo: Cia. Das Letras, 1991, p.197.

¹⁷ MUMFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: ITATIAIA, 1938. p. 115.

gradativamente substituiu o poder aristocrático, mas contraditoriamente (uma vez que o liberalismo prega o progresso, a moral e o individualismo) assimilou seus valores relacionados ao sensível, à estética e à diversão aristocrática.¹⁸

Assim como a burguesia européia assimilou valores do passado, na busca de uma ordem para o seu bem estar, a burguesia brasileira ao final do século XIX volta-se para as aristocracias inglesa e francesa e seus estilos, assimilando-os como símbolos que representavam civilidade e modernidade, na busca de legitimidade.¹⁹

A cidade do Rio de Janeiro é representativa para exemplificar esta influência européia, não só pelas reformas urbanas de Pereira Passos,²⁰ mas também pelos costumes de sua população e moda. As camadas das classes dominantes, e junto a intelectualidade, foram seduzidas pelo exemplo de Paris e da “Belle époque” e começavam a viver conforme os costumes da sociedade européia. Esta tendência em forjar a similitude possível em relação ao modelo civilizatório europeu não se restringiu apenas ao Rio de Janeiro. Eça de Queiros escrevia, em 1888, em uma carta a Eduardo Prado: “*percorri todo o Brasil à procura do novo e só encontrei o velho, que já é velho há cem anos na nossa Europa, as nossas velhas idéias, os nossos velhos hábitos, e tudo mais velho, gasto até o fio, como inteiramente acabado pela viagem e pelo sol.*”²¹

Para Eça, o Brasil estava adquirindo valores que não eram seus e, portanto, tiravam sua beleza original e a única solução seria arrancar esta influência sufocante. Entretanto é preciso salientar que nem sempre as idéias importadas tiveram um papel sufocante, muitas vezes, foram capazes de contribuir para uma mudança de mentalidade, agilizando a erradicação de preconceitos enraizados há muito tempo na sociedade, como por exemplo as idéias

¹⁸SCHORSKE, Carl. *Viena-fim-de-século*. Política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 e PERROT, Michele et. al. *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁹NEEDEL, Jeffrey D.. *Belle Époque Tropical*. Sociedade e Cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²⁰ABREU, Mauricio de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. I plenário/zahar, 1987.

²¹PINHEIRO, Paulo S. de Moraes. Cultura e Sociedade no Brasil in *História do século XX (1914-1919)*. São Paulo: A. C., 1968, p.691.

abolicionistas divulgadas no século passado.

Um outro aspecto a ser salientado, é o fato de que as idéias importadas estavam de acordo com os interesses da elite nacional, portanto o seu papel repressor era reservado apenas as classes de menor poder aquisitivo. Um exemplo esclarecedor é o pensamento higienista, que sustentado pelas teorias científicas européias, relacionava o aparecimento de certas doenças como uma consequência do meio natural e de causas sociais. Sobre este fato MUMFORD nos esclarece que: *“Em parte, o interesse revelado no século dezenove pela higiene e salubridade foi uma reação automática, uma compensação contra as condições miseravelmente insalubres, a dieta desvitalizada, o estado constante de doenças e debilidade em que viviam os moradores das cidades do século dezenove.”*²²

Este pensamento que foi imposto de forma coercitiva, tinha por base a moral, a higiene e a estética, fazendo com que nos anos vindouros, ocorresse uma verdadeira campanha para o controle dos contagiosos físicos (por doenças como a febre amarela, cólera, varíola etc.) e morais (as prostitutas, delinquentes, jogadores, etc.).

Neste sentido, desenvolveram-se práticas intervencionistas no meio urbano, pois a concentração de pessoas nas cidades havia revelado um paradoxo: se, por um lado, possibilitava a concentração de mão de obra, a divisão do trabalho, maior produtividade e consequentemente maiores lucros para os capitalistas, por outro, representava uma ameaça potencial à “sociedade civilizada”, tanto pelo perigo de rompimento da ordem estabelecida, como pelo perigo de contaminação, já que o pobre era visto pelas elites como um transmissor em potencial de doenças devido aos seus hábitos desregrados.²³

A sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se colocasse como um problema a ser resolvido e no período entre 1840 e 1890, os temas das teses defendidas no

²² MUMFORD, op. cit. , p.438.

²³ Ver ARAUJO, Hermete Reis. *A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, 1989.

Rio de Janeiro demonstram, segundo Maurício de Abreu, a evolução das preocupações higienistas no Rio de Janeiro do século XIX.²⁴

Foi neste contexto de conflito entre capital e trabalho e intervenção do Estado na tentativa de manter a ordem estabelecida que surgiram estudos sobre as qualidades higiênicas dos banhos de mar corroborando a moda européia dos banhos terapêuticos e consequentemente, os investimentos em estabelecimentos balneários.

Naturalmente devemos considerar que o amplo movimento que tendeu a fixar o estabelecimento dos homens no litoral de mares e oceanos tem suas raízes na história. Como elementos essenciais, tanto de estratégias comerciais como de estratégias militares, o mar e a costa têm servido de base a conquistas comerciais e às invasões militares que ocorrem geralmente combinadas. Como exemplo, o extenso litoral brasileiro que totaliza mais de oito mil quilômetros de praia, que abrigava os povos vencidos (fugitivos do sistema de colonização, os índios e negros) também foi o lugar preferido para fixação de residências mais seguras para os recém- chegados e seguirá sendo a costa o ponto de chegada de produtos, armas, homens e ponto de partida. Até a invenção dos balneários os espaços litorâneos eram oficialmente ocupados apenas por motivos de segurança e exploração de recursos naturais tendo uma vocação essencialmente produtiva.

A partir do final do século dezenove, com a valorização da praia, ocorre a incorporação de um novo recurso natural ao sistema econômico e podemos considerar, também, como um novo recurso cultural assimilado primeiramente pela classe alta e sendo capaz de animar a economia urbana local e nacional, criando uma nova vocação para o litoral: a recreativa.

²⁴ ABREU, Maurício A. *Pensando a cidade no Brasil do passado*. Departamento de Geografia da UFRJ. Trabalho apresentado no Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI Florianópolis, 27-29 de novembro 1996. UFSC: José Ferraz de Oliveira Durão. Breves considerações acerca do emprego hygienico e therapeutico dos banhos de mar. Rio de Janeiro, Typ. De Teixeira & C., 1845; José Marques de Sá. *Hygiene de pelle no Rio de Janeiro: vestuário e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade; quaes os hábitos e costumes da população? Qual a influencia sobre a saúde publica? Que direcção se lhes deve dar?* Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1851; Manoel Pinto da Motta. *Que influencia tem tido, sobre a saúde publica da Capital, os banhos de que usa sua população? Convém por ventura conservar a respeito delles o uso estabelecido, ou modifica-lo?* Rio de Janeiro, Typ. Litteraria, 1852.

Esta nova vocação do litoral vai ocorrer de forma contraditória, ao mesmo tempo que as praias vão representar uma fuga do ambiente urbano, pode ocorrer que se urbanizem a ponto de perder sua especificidade além de progressivamente fazer desaparecer usos tradicionais pouco rentáveis como a pesca artesanal e a agricultura de subsistência. Por outro lado não devemos esquecer de atividades que ocupam tanto o mar quanto a terra, como zonas industriais e portuárias e suas conseqüências sobre a ocupação do litoral que muitas vezes inviabilizam a vocação recreativa.²⁵ E por último consideramos que tanto as atividades produtivas como recreativas escapam facilmente ao controle das comunidades locais.

A maior parte dos balneários da atualidade tiveram sua origem enquanto colônia de pescadores e, com a valorização destas áreas pelo turismo, foram se transformando gradativamente ou de forma abrupta em locais para veraneio. Alguns, porém, foram planejados segundo o modelo europeu para servirem especificamente como estações balneárias.

O balneário de Santos não teve a sua edificação para este fim, mas evoluiu de suas “aprazíveis” chácaras em 1822 para hotéis de luxo, na década de 1890 e a construção de casas elegantes em 1913. Este balneário foi viável segundo ANDRADE (1989) porque o café, a riqueza industrial de São Paulo e o comércio de Santos foram bases econômicas deste estilo de vida luxuoso. O café também financiou a fundação em 1893 da vila balneária do Guarujá destinada ao lazer selecionado da alta sociedade paulistana.

Quanto à utilização balneária das praias do Rio de Janeiro, esta teve seu início com a venda de loteamentos em Copacabana no ano de 1890, mas não era considerada como um local de sociabilidade para a elite, já que neste período, o “chique” era refugiar-se do calor em Petrópolis, considerada uma elegante estação de águas.

A moda dos balneários que se propagou a partir de 1890 não se restringiu apenas ao

²⁵ Sobre os tipos de urbanização que se acumulam no litoral ver MICHAUD, Jean-Luc. Ordenacion de Zonas Litorales. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981.

centro econômico e político da recente República Brasileira, que tinha o Rio de Janeiro como capital e São Paulo já despontando enquanto cidade industrial, pois já em 1886 é planejada uma estação de banhos na antiga “*Villa Siqueira*”, atual balneário Cassino, fundada em 1889 na cidade do Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul. Esta primeira iniciativa de lazer com fins terapêuticos é sem dúvida precoce nesta região e permitiu a divulgação de hábitos em moda na Europa que alimentaram, no final do século XIX, uma série de discursos e práticas do mar e de suas praias, gerando comportamentos cuja configuração constitui um fenômeno histórico. Além disso, originou um núcleo urbano com vida própria independente da cidade do Rio Grande, que foi se transformando, se expandindo e se descaracterizando para ajustar-se a uma nova realidade: a praia como um espaço democrático para ser freqüentada por todas as camadas sociais.

A historiografia que tematizou Rio Grande como único porto marítimo do estado do Rio Grande do Sul, apontou o mar como local de diferentes relações, e este trabalho pretende perceber mais uma destas relações: a cultura da praia em correspondência com uma nova forma urbana, os primeiros balneários do século XIX.

CAPÍTULO II

O Rio Grande do Sul

2.1 - O Rio Grande do Sul da época

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial, e só no século XVII ocorre a penetração dos jesuítas e dos bandeirantes à procura de índios em território rio-grandense.

Por volta de 1640 ocorre o combate final entre os jesuítas e bandeirantes, fazendo com que os jesuítas fugissem para a outra margem do rio Uruguai deixando o gado que criavam nas reduções. Estes rebanhos, abandonados e reproduzindo-se à solta, formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria do Mar”.

Embora tivessem ocorrido várias incursões dos bandeirantes que desceram de São Paulo à procura de ouro, de índios ou de gado durante o século XVII, o Rio Grande do Sul não foi ocupado por lusitanos senão em princípios do século XVIII.

Em 1725, os lagunistas, chefiados por João Magalhães, foram os primeiros lusitanos a alcançar as terras rio grandenses, percorrendo-as até o sul (Colônia de Sacramento fundada em 1680) e dando início ao povoamento.

O gado selvagem atraiu a atenção dos lagunistas intensificando a penetração de tropeiros em direção às vacarias rio-grandenses e com isto os novos currais que se multiplicaram rapidamente, originaram núcleos de povoamento.

Em 19 de fevereiro de 1737, o brigadeiro José da Silva Paes fundou a Colônia de São Pedro, localizada à entrada da embocadura da Laguna dos Patos, atual cidade de Rio Grande, onde erigiu o forte Jesus Maria José a fim de assegurar aos lusitanos a posse de terras ao sul, objeto de disputa entre Portugal e Espanha.

A partir da segunda metade do século XVIII (1752) chegaram os casais açorianos, que foram enviados para o Rio Grande do Sul para criar centros de colonização lusitana, e desta forma reforçar a ocupação da área, defendendo o território do ataque dos espanhóis. Eles se instalaram nas proximidades do Rio Grande e de Viamão e mais tarde muitos se deslocaram para Porto Alegre.

A vila do Rio Grande, mesmo sendo militarmente protegida, é invadida por espanhóis em 1763, ficando o Rio Grande do Sul sob o domínio espanhol até 1776. A devolução do território gaúcho ao domínio português deu-se em troca da incorporação definitiva da Colônia de Sacramento ao domínio espanhol de acordo com o tratado de Santo Idelfonso. Esta foi a última disputa entre espanhóis e portugueses pela posse do litoral rio-grandense, mas outras questões se dariam na linha de fronteira e nas missões jesuíticas.

A necessidade de reagir contra a pressão espanhola em períodos de conflito fez com que os governadores outorgassem terras a oficiais e soldados em retribuição aos serviços militares prestados, dando origem às estâncias para a criação de gado. Com isto ocorre uma rápida ocupação das zonas de campo que se estendem entre a Depressão Central no Rio Grande do Sul e a fronteira com o Uruguai, consagrando a preponderância da criação extensiva sobre a agricultura. Sendo assim a economia gaúcha desenvolveu-se ligada à criação extensiva com a exportação de produtos derivados da pecuária como sebo, crina e couro; exportação de muares, equinos e gado para São Paulo e Minas Gerais e por último a produção de charque e de carne frigorificada.

O ciclo do charque impulsionou a economia gaúcha durante o século XIX caracterizando as cidades de Rio Grande, porto exportador, e Pelotas, centro da atividade saladeira, como principais núcleos industriais do estado até o final do século XIX.

A cidade do Rio Grande atraiu a quase totalidade das trocas rio-grandenses, já que a navegação se constituía no principal meio de transporte e Pelotas destacou-se com a produção

de charque que se introduziu no Rio Grande do Sul em 1777, e *“na última década do império cerca de 300.000 cabeças de gado eram abatidas anualmente, apenas em Pelotas.”*²⁶

Estabelecimentos saladeiros também surgiram em Viamão, Rio Pardo e Porto Alegre. Porém foi o eixo Rio Grande-Pelotas, abastecido pelos pecuaristas da campanha, que se transformou no mais expressivo centro charqueador gaúcho.

O município de Rio Grande até 1809 contava com uma área de 41.000 Km², abrangendo toda a área costeira até o Chui e mais as terras de Jaguarão, Arroio Grande, Bagé, Canguçu, Piratini, Erval, Pinheiro Machado, São Lourenço, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Pelotas.

Com o processo de desmembramento, grandes áreas rurais ficaram fora dos limites do antigo município, mas por outro lado o desenvolvimento da agropecuária nos novos municípios desmembrados da antiga área do Rio Grande fez aumentar o movimento de mercadorias via porto do Rio Grande. O período entre 1850 e 1920 caracteriza a predominância de atividades econômicas urbanas, na cidade do Rio Grande, com o comércio atacadista de importação e exportação e a instalação de fábricas de tecido, charutos, conservas alimentícias, cervejas e outras.

Sobre a cidade de Rio Grande, o Estatuto da Companhia Carris Urbanos do Rio Grande do Sul de 1886 relata o seguinte:

“(...) embora pouco populosa é a cidade que mais próxima está da entrada do Oceano; tem uma alfândega colossal, expressamente edificada; tem boa parte de seu littoral guarnecido de vistoso cães; comunica-se diariamente com o interior por uma estrada de ferro de 280 Kilômetros de extensão; é servida por uma boa linha de bonds; iluminada a gaz.; fornecida de agoa encanada; tem duas grandes fábricas de tecidos; um

²⁶ LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.17.

excellente plano inclinado; a comunicação directa submarina; mas ... se os capitaes não emigraram para as outras cidades, - ou aqui esses capitaes se retrahem, ou não existem na proporção dos que nas outras praças - Porto Alegre e Pelotas - se lançam na luta conosco e nos vencem em alimentar e desenvolver as relações commerciaes entre a produção e o consumo, as indústrias, etc.

Immensos beneficios tem o Estado lançado na Província; estradas de ferro, navegação a vapor largamente subvencionada, grande proporção de immigrantes, escavação de rios, telégraphos, arsenaes, quartéis, escolas, e em breve fará melhorar a barra; mas... o que aproveitou e aproveitará o Rio Grande com tantos favores ? Os dois maiores factores do nosso progresso nos trarão tardio e limitado resultado. A Estrada de Ferro e a Barra da Província."

Apesar do desenvolvimento econômico e urbano vivido pelos riograndinos no final do século passado, persistia a insegurança de que os investimentos se concentrassem em Pelotas e Porto Alegre . A extensão da linha férrea até o oceano e a construção de um balneário aparece no referido relatório como a solução para atrair investimentos para a cidade do Rio Grande, como veremos com mais detalhes no próximo capítulo .

A cidade de Pelotas acompanha o desenvolvimento de Rio Grande e segundo MAGALHÃES entre os anos de 1860 e 1890 atingiu o auge de seu desenvolvimento econômico, urbano e social.²⁷

No início do século XX, a publicação Impressões do Brasil do Século XX (1913:840)

²⁷ MAGALHÃES, Mário O. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EDUFPeL: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

caracterizava a importância da cidade e fazia a previsão de que Pelotas se desenvolveria como um centro industrial .

“O facto de ter o município de Pelotas uma população de 60.000 habitantes basta para dar à cidade uma situação importante na parte sul da república. Naturalmente favorecida pela sua posição fronteira à entrada da lagoa dos Patos, centro de convergência das linhas férreas do Estado, reserva por certo o futuro a Pelotas o mesmo progresso contínuo que tem demonstrado nos annos passados. Pelotas, como porto, tem também certa importância, conquanto a referida lagoa seja de acesso um tanto difficil. Não é, pois, de esperar que Pelotas venha a tornar-se escala para os grandes transatlânticos; é antes como centro industrial que a cidade se tornará conhecida no futuro.

Existem já bases sólidas para esse futuro industrial, pois que actualmente a cidade conta com mais de 250 fábricas, 350 officinas e cerca de 600 estabelecimentos commerciaes. É também um bom indício para o futuro da cidade o facto de não se limitar a indústria de um ramo particular, e sim abranger manufacturas variadas, taes como de fumos, charutos, cigarros, vidros, tecidos, etc. Há também fábricas de cerveja e mobília..”

O desenvolvimento de Pelotas foi propiciado principalmente pela classe dos charqueadores, enriquecidos desde o início do século. Estes charqueadores enriquecidos, que muitas vezes também eram proprietários de estâncias, geralmente residiam na cidade de Pelotas e durante o período da longa entre-safra, que durava aproximadamente seis meses, podiam diversificar seus negócios em outras atividades.

Além da diversificação de seus negócios, os charqueadores também podiam dedicar-se

ao exercício da sociabilidade, como foi demonstrado por MAGALHÃES ao diferenciar os estancieiros dos charqueadores em seu estudo sobre a cidade de Pelotas:

“Os estancieiros eram chefes militares e proprietários rurais. Lutavam e trabalhavam ao lado dos peões, essa atividade rústica e intensa, não lhes permitiu nesse período e em regra geral, um padrão de vida elevado: mesmo os mais ricos não possuíam tempo nem disposição para diversão ou leituras. Os charqueadores, pelo contrário, puderam manter um padrão de existência em que se observa, como contrapartida da fortuna, o refinamento das maneiras e do espírito. Como o trabalho, bem organizado, era feito nas charqueadas apenas de novembro a abril, por um grande número de escravos (80 em média), nos intervalos desenvolveu-se o lazer. Passaram os charqueadores a morar na cidade, enriquecendo-a e enriquecendo-se de uma vida social intensa.”²⁸

Muitos desses charqueadores receberam título de nobreza e fizeram parte da administração política do império, na condição de presidentes ou vice-presidentes da Província, mas poucos dentre eles obtiveram um título acadêmico. Os filhos desses “charqueadores-barões” é que puderam se dedicar aos estudos, sendo enviados na maioria das vezes para a Europa e quando retornavam não se identificavam com os hábitos gauchescos, entre eles, por exemplo, o de tomar chimarrão e o de vestir-se a caráter, bastante comuns nas cidades da campanha.²⁹ Cabe ressaltar que toda esta imitação dos costumes europeus concretizou-se porque as cidades de Rio Grande e Pelotas concentravam muito capital e tempo disponível.

²⁸ MAGALHÃES, op. cit., p. 53.

²⁹ MAGALHÃES, op. cit., p. 122, 134.

O progresso que as cidades do Rio Grande e Pelotas viviam no final do século XIX e início do século XX era fruto da comercialização dos produtos da pecuária vindos da campanha que permitiu uma acumulação de capital que foi investido juntamente com o capital de imigrantes em indústrias de beneficiamento, formando um dos primeiros núcleos industriais no Rio Grande do Sul. O outro núcleo industrial que se formava era em Porto Alegre que comercializava com a colônia³⁰.

Segundo COSTA³¹ as regiões da “campanha gaúcha” e “colonial serrana” manifestam clara diferenciação geográfica mantendo ainda hoje uma individualidade que o quadro abaixo expressa genericamente.

	COLÔNIA	CAMPANHA
Vegetação nativa predominante	Florestas	campos
Forma de relevo mais comum	“serras” (VALES, CERROS)	planícies (coxilhas)
Colonização predominante	alemã e italiana (séc. XIX-XX)	luso-brasileira (SÉC.XVIII-XIX)
Densidades demográficas	médias e altas (pop. concentrada)	baixas (pop. dispersa)
Rede urbana	melhor estruturada, c/predomínio de pequenos núcleos urbanos (muitas vilas e povoados)	mal -estruturada, com predomínio de centros médios (raros povoados e vilas)
Estrutura fundiária	predomínio de minifúndios	predomínio de latifúndios
Atividade agrária dominante	agricultura (policultura), pecuária leiteira e de pequenos porte (suínos, aves)	pecuária de grande porte e rezicultura.

Fonte: COSTA, Rogério H. ; MOREIRA, Igor A. G. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996 , p. 66.

O desenvolvimento industrial que se deu no eixo Rio Grande-Pelotas só foi superado pela capital do estado, Porto Alegre, a partir das primeiras décadas do século XX. O fato do processo de industrialização ter se originado em dois núcleos distintos: Porto Alegre, que comercializava os produtos da colônia e o eixo Rio Grande - Pelotas, que comercializava os produtos da campanha, fez com que se acentuasse a divisão entre as duas sociedades, que pode ser exemplificado, pela rede de transporte que foi implantada, como observou COSTA :

³⁰ AGNES, S. C. A questão do geral e do específico na Historiografia Latino Americana: Análise do processo de constituição da mão-de-obra industrial em Pelotas/Rio Grande e cidade do México. Porto Alegre, 1990.p.111.

³¹ COSTA, Rogério H. ; MOREIRA, Igor A. G. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996 , p. 66.

“Pelotas e Rio Grande funcionavam como terminais centralizadores da rede ferroviária da campanha. Já no século passado, Rio Grande era o principal porto gaúcho.

Ao mesmo tempo, a rede voltada para a capital do Estado atendia ao transporte da produção do excedente das colônias, que passavam a abastecer o sudeste.

É interessante lembrar que os dois eixos ferroviários foram construídos concomitantemente: um com origem em Porto Alegre, outro em Rio Grande, persistindo assim a separação entre as duas cidades (e “geografias”) da colônia e da campanha. Nenhuma ligação ferroviária foi estabelecida entre as duas grandes áreas, e apenas em Cacequi (1896) se deu a ligação entre os dois eixos.”³²

Estas duas áreas que concentravam as riquezas no Rio Grande do Sul, disputavam os investimentos feitos na província, mas esta separação não era só de caráter econômico, estava também ligada a aspectos da cultura diferenciada entre os rio-grandenses e os imigrantes.³³

No início do século XX, cerca da metade do charque gaúcho era produzido em Pelotas e o governo estadual determinou a melhoria dos meios de transportes existentes e incrementou as obras de dragagem no porto de Rio Grande.³⁴

Além da atenção dada pelo governo de Borges de Medeiros à região sul, os pecuaristas ainda puderam contar com o aumento da demanda e dos preços de seus produtos, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial.

O governador Borges de Medeiros, em 1915, ofereceu vários incentivos fiscais a

³² COSTA, Rogério H. ; MOREIRA, Igor A. G. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996 , p. 84.

³³ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p.19.

³⁴ LOVE, Op. Cit., p.107-108.

companhias frigoríficas estrangeiras. Beneficiadas pelos incentivos fiscais (isenção de 30 anos de impostos estaduais entre outros) as empresas norte-americanas penetraram no estado: Armour e Wilson em Santana do Livramento, em 1917 e 1918, respectivamente, e Swift em Rio Grande, em 1917. Concomitantemente ocorreu também a criação de um frigorífico nacional - o frigorífico Rio Grandense, em Pelotas. Este foi um período de euforia para a pecuária gaúcha e consequentemente repercutiu em toda a região sul do estado.

Até o final do século XIX o processo industrial de Porto Alegre deu-se de forma lenta, e as questões urbanas, como infra-estrutura e lazer, eram relegadas a um segundo plano pelo governo de Julho de Castilhos LOVE relata que:

“Nas questões urbanas, Castilhos minimizava o papel dos governos tanto estadual quanto municipal. Na passagem do século, a capital estadual não era apenas uma cidade pequena (com uma população de 74.000 homens, em 1900); apresentava-se deficiente no setor de obras públicas, que permaneciam primitivas, a despeito do ímpeto promissor demonstrado no fim do império. Nos anos inaugurais do novo século, a luz elétrica, fornecida por uma companhia particular era disponível apenas no centro da cidade e mesmo assim somente até as 22:00 horas; a maior parte da cidade ainda dependia da iluminação a gás. Nem havia abastecimento público de água.

O pior de tudo é que Porto Alegre não dispunha de esgoto, um fato mais que evidente para qualquer pessoa que andasse pelas suas ruas sujas de lixo.

Limitada era a vida social na capital rio-grandense: havia uns poucos cafés no centro comercial e alguns clubes particulares (dos quais o mais prestigioso era o Clube Comercial, um prolongamento da Associação Comercial e o local reservado de ricos comerciantes e

estancieiros). Excetuando-se as atrações dos bares e bordéis, e as representações ocasionais de companhias operísticas ambulantes e grupos teatrais, a vida noturna não existia.”³⁵

Mas se em Porto Alegre a questão de lazer era relegada a um segundo plano, o mesmo não acontecia com a cidade de Rio Grande, pois a Companhia Carris Urbanos do Rio Grande, que tinha o privilégio concedido pelo governo provincial para a condução sobre trilhos de passageiros e produtos variados, planejou e executou o prolongamento de sua linha até a “Mangueira”³⁶ e lá fundou um balneário, a praia do Cassino. Nos “*Estatutos da Companhia Carris Urbanos Rio Grande do Sul e prospecto para a linha da Mangueira destinada a crear uma estação de banhos no Mar Grosso, 1886,*” esclarecia as vantagens locais que a estação de banho traria:

“E agora apreciemos os seus effeitos em relação as conveniências locaes: Resolva-se o problema de tornar o Rio Grande o centro de que dependa uma estação balnear. Regurgitem as casas e hotéis de uma massa de visitantes que aqui venham passar 3 ou 4 meses do anno, e a vida, o movimento, o commércio, o consumo aumentarão sensivelmente; a vinda de negociantes e proprietários do interior se desenvolverá; as relações commerciaes começarão a estreitar-se, os capitaes virão aqui procurar applicação nas indústrias, e na edificação : muitos serão tentados a fazer no Rio Grande as residências que hoje convergem para Porto Alegre e Pelotas.”

³⁵ LOVE, op. cit., p. 109.

³⁶ PIMENTEL, Fortunato. Aspectos gerais do Município do Rio Grande. Porto Alegre, 1944, p. 42. “Mangueira”, saco, ao sul da cidade de Rio Grande

A importância econômica das cidades de Rio Grande e Pelotas assegurava a concentração e melhoria dos meios de transporte, principalmente o ferroviário que ligaria a partir de 1884 esta área à região da campanha, facilitando a divulgação dos benefícios dos banhos de mar e a moda dos balneários.

2. 2 - O Rio Grande do Sul Contemporâneo

A partir do início do século XX observa-se uma aceleração do processo de expansão comercial, industrial e financeira de Porto Alegre. Vários fatores colaboram para isto, sendo um dos mais significativos a ampliação do intercâmbio comercial entre a zona colonial e Porto Alegre, centro mercantil do estado. Este intercâmbio gerou capitais que foram canalizados para o comércio, indústria ou finanças.

Como decorrência desse processo, amplia-se o mercado interno já que o colono, proprietário da pequena propriedade rural, canaliza suas compras para a capital ao mesmo tempo que as importações e exportações aumentam.

Em virtude desta situação, o processo de industrialização de Porto Alegre difere do que ocorreu em Pelotas e Rio Grande. Enquanto nas cidades do sul do estado aparece uma concentração em alguns tipos de indústria e grandes unidades de produção voltados para o centro do país e para o exterior, em Porto Alegre os estabelecimentos são pequenos mas muito diversificados³⁷, tendo como objetivo primordial atender ao mercado consumidor da zona colonial e como objetivo secundário atender ao mercado nacional.

À nível nacional as indústrias localizadas em Pelotas e Rio Grande desde cedo começaram a apresentar problemas relativos à capital e matéria-prima e se mostraram

³⁷ ALONSO, José A. F.; BENETTI, Maria D.; BANDEIRA, Pedro S. *Crescimento Econômico da região sul do Rio Grande do Sul: Causas e perspectivas*. Porto Alegre: F. E. E., 1994. p. 23. O número de empresas em Porto Alegre em 1907 era bem maior (114) do que em Pelotas (56) e Rio Grande (21).

incapazes de competir com o centro do país, face às vantagens desfrutadas por seus concorrentes localizados em áreas mais próximas dos principais mercados consumidores e das fontes de abastecimento de matérias-primas e não tinham um mercado local de dimensões suficientes para assegurar a venda de seus produtos³⁸.

À nível estadual, a competição também foi desfavorável, pois à medida em que ocorriam melhorias nos transportes e comunicações, as empresas localizadas em Porto Alegre ampliavam sua área de mercado desencadeando, através do aumento da concorrência, aquilo que Wilson Cano (1985:191) denominou de “efeito destruição”.

Apesar de Porto Alegre se tornar o principal núcleo industrial, estas diferenças só se tornaram significativas a partir do final da década de 30, já que a indústria gaúcha, embora em constante declínio relativo no país desde a primeira década deste século³⁹, sempre apresentou um razoável crescimento nos dois núcleos.

Por ocasião da Primeira Guerra, houve uma intensificação do processo de substituição de importações, consolidando no país um parque industrial de bens de consumo, que surge disperso pelos principais centros urbanos do país. Esse processo, apesar de muito mais expressivo no Sudeste, repercutiu no estado e até a Segunda Guerra mundial manteve um razoável equilíbrio nos dois pólos industriais (Porto Alegre e o eixo Rio Grande-Pelotas).

Em 1917, como já foi colocado, grandes frigoríficos estrangeiros instalaram-se em Pelotas e Rio Grande e na campanha gaúcha. A partir de 1920 a indústria riograndina se diversificou com o crescimento da indústria do pescado, conservas, bolachas, bebidas e outras e em 1937 foi fundada a refinaria de petróleo Ipiranga S.A na cidade do Rio Grande. O crescimento da nova companhia foi acelerado, diversificando-se em outras empresas e ramos

³⁸ ALONSO op. Cit. P.29.

³⁹ CARRION Jr. Francisco M. A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL -Evolução Recente. In : DACANAL, José e GONZAGA, Sergius (org.). RS: ECONOMIA & POLÍTICA. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 403. Nos informa que em 1907 São Paulo tinha sua Participação Estadual no Produto Industrial do País em 16,5% e o Rio Grande do Sul 14,9% e Minas Gerais 4,8% passando em 1920 S.P para 31,5% e o R.G.S diminuiu para 11,0% e M.G para 5,5%.

industriais até a construção de uma importante unidade de fertilizantes. E em contrapartida consolidaram-se empresas como Renner, Berta, Wallig, em Porto Alegre reafirmando sua posição na economia estadual. Apesar do setor secundário não apresentar grandes disparidades à nível estadual as mudanças à nível nacional já estavam acontecendo, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o país.

No decorrer da década de 30, Getúlio Vargas deu os primeiros passos com a legislação trabalhista no sentido de organizar a força de trabalho para o capital industrial, ou seja, tratava-se de pacificar as relações entre os vendedores e compradores de força de trabalho no mercado urbano (setor secundário e terciário).

Esta necessidade de assegurar as condições de dominação sobre a classe trabalhadora fazia-se necessária para reorientar o desenvolvimento capitalista: de um Brasil agrário e exportador de produtos primários para um Brasil urbano e industrial. Para alcançar seus objetivos, Vargas teve como uma de suas metas diversificar a economia para diminuir o número de importações que simultaneamente possibilitaria a integração do mercado interno brasileiro. Isto implicou em diminuir o poder das oligarquias regionais que em regra geral participavam da administração dos governos estaduais e tinham a expectativa de que com Getúlio Vargas na presidência os rio-grandenses passassem a ocupar a antiga posição dos paulistas no controle da política nacional e a partir da Segunda Guerra o processo industrial de substituição de importações direciona-se para a indústria de base, reafirmando a concentração industrial no eixo Rio-São Paulo.

O governo estadual do Rio Grande do Sul posicionou-se de forma contraditória diante da política nacional, por um lado defendendo os interesses dos pecuaristas e charqueadores e por outro criando uma infra estrutura necessária à integração do Rio Grande do Sul ao

processo de desenvolvimento industrial nacional.⁴⁰

A maior aproximação rodoviária do Rio Grande do Sul da metrópole eleita para receber investimentos industriais - São Paulo - não favoreceu nem mesmo as indústrias sediadas em Porto Alegre, que vinculavam seu desenvolvimento a um mercado regional e em capitais gerados por um comércio, preferentemente, dentro do próprio estado.

O mesmo aconteceu com o núcleo industrial do eixo das cidades de Pelotas e Rio Grande que abasteciam o mercado consumidor nacional. As indústrias vinculadas à pecuária entraram em decadência e, de acordo com VIEIRA, a ruptura entre a tecnologia do modelo industrial riograndino anterior à Segunda Guerra Mundial e as novas tecnologias e exigências de mercado no pós guerra provocaram o desmoronamento do antigo parque industrial, projetando um longo período de recessão⁴¹.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek o país opta por um processo de desenvolvimento industrial dependente e com a intervenção do Estado, que implicava na abertura do país aos investimentos estrangeiros, favorecidos pela criação de uma infraestrutura fornecida por parte do poder público federal. As desigualdades regionais no Brasil eram aceitas até então como uma necessidade própria dos momentos de transição da economia, e as ondas de desenvolvimento iriam se propagar sobre as regiões atrasadas. Mas segundo DALMAZO⁴² as ondas de desenvolvimento e progresso que se multiplicaram no Centro-Sul aqui não chegaram e coube ao Rio Grande do Sul uma ínfima parcela das indústrias básicas do Plano de Metas (0,3% dos investimentos).

A fim de conseguir recursos para o Rio Grande do Sul, o governador Meneghetti tentou uma identificação com os objetivos e programas do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social do governo federal, mas não demorou muito para o governo estadual se

⁴⁰ Ver trabalho de DALMAZO, Renato A. *Planejamento Estadual e Acumulação no Rio Grande do Sul 1940-1974*. Porto Alegre: FEE, 1992.

⁴¹ VIEIRA, E. F. et al. Reorganização do espaço político-territorial do Rio Grande do Sul: Consequências demográfico-econômicas para a metade sul. In *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n.25, p. 83-90, 1999.

aperceber de que de nada adiantaria já que a crise era nacional.

Concomitantemente no estado do Rio Grande do Sul sucederam-se fases alternadas de crescimento e crises, acompanhando os desempenhos da agropecuária, comprovando a dependência estrutural da economia do estado ao setor primário. Essa dependência só se alterou no decorrer da década de 60 quando, devido à impossibilidade de concorrer com os produtos industriais de bens de consumo do centro-sul, os investimentos passam a ser aplicados em indústrias intermediárias, cujos produtos passam a se constituir em insumos para as indústrias paulistas, sob a forma de peças e componentes, diminuindo a integração econômica da região e agravando o quadro das desigualdades regionais de renda dentro do estado. A divisão do Rio Grande do Sul em regiões, Sul, Norte e Nordeste e respectivas sub-regiões pode ser visualizada na figura 2.

⁴² DALMAZO, op. Cit. , p. 79.

influência, a campanha gaúcha de onde se originava boa parte dos veranistas.

TABELA 1 - Participação relativa da Região Sul e das sub-regiões no total da Renda Interna 1939-1980 (%).

DISCRIMINAÇÃO	1939	1949	1959	1970	1980
Região Nordeste	33,03	35,70	40,14	47,86	51,20
Região Norte	28,65	34,23	30,40	28,17	25,70
Região Sul	38,33	30,06	29,43	23,95	23,09
S-1			2,02	1,77	1,71
S-2			4,75	3,71	3,09
S-3			3,68	2,09	2,86
S-4			0,45	0,22	0,27
S-5			0,35	0,60	0,49
S-6			4,71	3,80	3,52
S-7			3,09	2,42	2,34
S-8			7,38	6,27	5,96
S-9			3,01	3,25	2,85

FONTE: ALONSO, J. A. F. ; BENETTI, M. D. ; BANDEIRA, P. S. **Crescimento Econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994. Organizado por Maria Terezinha G. Pinheiro.

Os dados sobre a participação das três áreas que compõem o Rio Grande do Sul (Nordeste, Norte e Sul) quanto ao valor do total da Renda Interna do estado, mostram o crescimento da região Nordeste do estado, já acentuado nos anos 80, quando passou a reunir 51,20% da Renda Interna (RI), enquanto em 1939 não atingia 35% da mesma. Essa participação mais expressiva se faz em detrimento do Norte e sobretudo do Sul.

Sendo assim, persiste a tendência de queda na participação relativa da Região Sul no total da Renda Interna onde em 1939, essa área produzia 38,33% da RI do estado, passando, ao longo do período 1939-1980, para 23,09%. Isso significa que as taxas anuais de crescimento da Renda Interna Região Sul, ao longo dos últimos 40 anos, foram menores do que as das outras regiões do estado.

Esse fato ocorreu em quase todas as sub-regiões que constituem a parte sul do estado, entretanto as áreas localizadas praticamente no Litoral Sul do estado, S-2 (Pelotas, Capão do

Leão e Morro Redondo), S-3 (Rio Grande)⁴³ e S4 (Mostarda, São José do Norte e Tavares) foram as que apresentaram queda permanente em sua participação na Renda Interna do estado.

O Litoral Sul nos chama a atenção não só por ser a área onde está localizado um dos primeiros balneários do Brasil o Cassino, mas também por apresentar algumas especificidades no contexto da Região Sul. Foi em Pelotas e Rio Grande que se estabeleceu o primeiro e mais importante parque manufatureiro, nos primórdios da industrialização do estado. É nessa área que estão localizados dois dos maiores centros urbanos da Região, além do único porto marítimo do estado.

Já a sub-região S8, localizada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, também apresentou queda permanente em sua participação na Renda Interna do estado, sendo esta área a mais representativa com relação ao fluxo de veranistas para o balneário Cassino até as primeiras décadas deste século.

As demais sub-regiões (S-1, S-5, S-6, S-7, e S-9) apresentaram crescimento ligeiramente abaixo ou acima da média da Região Sul. Fica evidente, portanto, o baixo dinamismo da economia da Região Sul, fenômeno já observado mesmo antes do período 1959-80 que não tivemos dados para especificar em sub-regiões.

Ao baixo desempenho da economia da região sul está ligado ao setor primário⁴⁴, que vai refletir no setor industrial por ser este setor constituído por gêneros que processam matérias-primas provenientes da agropecuária regional.

O beneficiamento de produtos primários, segundo ALONSO⁴⁵ “(...) em geral, cria um pequeno número de empregos. Além disso, por apresentar poucas ligações interindustriais, não possui grande poder de indução sobre o crescimento de outras atividades

⁴³ Fez exceção apenas o Município de Rio Grande que na década de 70 tinha uma Renda Interna de 2,09% passando na década de 80 para 2,86%.

⁴⁴ Sobre o complexo pecuário e sobre sua crise ver PESAVENTO, Sandra J. RS: a economia & o poder no anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

⁴⁵ ALONSO, op. Cit., p. 29.

manufatureiras". Desta forma, a partir do final da década de 30, tornou-se cada vez menor a importância da indústria da Região Sul (eixo Rio Grande –Pelotas) no contexto estadual, como mostram as informações referentes à participação relativa das regiões no total da Renda Interna Industrial (RII) do Estado, disponíveis desde 1939 – 1980 e do Valor Adicionado Fiscal da Indústria (VAFI) do estado no período 1980 – 1990. O VAFI corresponde ao valor atribuído à produção em cada região, neste caso a produção industrial.

TABELA 2 - Participação relativa das regiões no total da Renda Interna Industrial (RII) 1939-1980 e Valor Adicionado Fiscal da indústria (VAFI) do estado 1980 - 1990 (%)

RII						VAFI	
Discriminação	1939	1949	1959	1970	1980	1980	1990
Região Nordeste	47,57	51,15	55,06	70,20	68,21	67,78	72,13
Região Norte	17,85	21,53	19,29	16,28	16,46	15,51	16,77
Região Sul	34,57	27,33	25,63	13,50	15,31	16,71	11,10
S-1			0,86	0,78	0,53	0,37	0,38
S-2			5,69	3,68	3,59	3,91	2,46
S-3			8,44	3,09	5,63	6,13	1,53
S-4			0,07	0,02	0,01	0,02	0,02
S-5			0,01	0,04	0,5	0,12	0,07
S-6			3,12	2,09	1,97	2,38	1,95
S-7			1,27	0,79	0,66	0,59	0,72
S-8			5,22	2,39	2,29	2,33	2,42
S-9			0,98	0,62	0,59	0,85	1,56

FONTE: ALONSO, J. A. F. ; BENETTI, M. D. ; BANDEIRA, P. S. **Crescimento Econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994. Organizado por Maria Terezinha G. Pinheiro.

A indústria da Região Sul do estado tem apresentado um desempenho relativamente declinante no valor da Renda Interna Industrial (RII) e essa tendência já vinha se verificando desde 1939. O Nordeste do Rio Grande do Sul passou de 47,57%, em 1939, para 68,21%, em 1980, enquanto a Região Sul, embora tenha havido um aumento da década de 70 para a década de 80 de 13,50 % para 15,31 %, viu sua participação reduzida a menos da metade da RII: de 34,57% em 1939 para 15,31% em 1980. Tomando-se a série do Valor Adicional Fiscal da Indústria (VAFI) para os anos 80, verifica-se que, nessa década, persistiu a mesma

tendência, passando de 16,71 % em 1980 para 11,10 % em 1990.

As informações demonstram que houve perdas relativas em quase todas as sub-regiões, ao longo do período compreendido entre 1959 e 1980. Entretanto convém salientar que as perdas foram maiores naquelas sub-regiões que detinham maior experiência histórica de industrialização, portanto parques manufatureiros de maior porte, e estes foram os casos da S-2 e da S-3, constituídos pelo eixo Rio Grande – Pelotas. Em conjunto Rio Grande e Pelotas (S2 e S3) geravam 14,13% da Renda Interna Industrial do Rio Grande do Sul em 1959, passando a 9,22 % em 1980.

A Região Sul corresponde a 49,84 % da área total do Rio Grande do Sul e contava, até 1890 com 52,07% da população gaúcha e um século após, em 1991, possui apenas 25,19%, o que corresponde a uma progressiva regressão dos indicadores demográficos como mostra a tabela 3. A causa dessa redução, segundo ALONSO *“(...) decorreu, fundamentalmente da incapacidade das estruturas econômicas locais em reter a população local, o que tornou a Região, ao longo de todo período, fonte de origem de fluxos migratórios destinados a outras áreas mais dinâmicas.”*⁴⁶

TABELA 3 - Participação das regiões no total da população do estado - 1890– 1991 (%)

	1890	1920	1940	1960	1980	1991
Região Nordeste	28,04	27,47	25,57	30,66	40,21	44,74
Região Norte	19,89	31,23	38,76	39,23	33,48	30,07
Região Sul	52,07	41,30	35,67	30,11	26,31	25,19
Total do RS	100%	100%	100%	100%	100%	100 %

FONTE: ALONSO, J. A. F. ; BENETTI, M. D. ; BANDEIRA, P. S. *Crescimento Econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994. Organizado por Maria Terezinha G. Pinheiro.

As migrações internas mais relevantes para o acentuado declínio demográfico da Região Sul estiveram relacionadas com a expansão da fronteira agrícola na Região Norte, até o

⁴⁶ ALONSO, op. cit. , p.13.

final da década de 40 e a concentração geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul localizado no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul .

Como consequência da redução da importância da Região Sul no contexto do estado, devido às dificuldades econômicas, identificadas na análise da Renda Interna total e da Renda Interna Industrial, ao longo do período de 1939-1980, tem reflexo no plano demográfico, resultando em esvaziamento populacional relativo da Região, o que constitui uma limitação das possibilidades de crescimento regional.

Tal fato certamente tem relação com o nítido processo de perda de importância relativa do setor industrial em marcha na Região Sul, o que significa que o eixo composto pelas cidades de Rio Grande e Pelotas parece estar perdendo potência no seu papel de polarização do desenvolvimento que exerceram no passado, entretanto, contraditoriamente estas cidades seguem atraindo o contingente populacional que não migra para outras regiões do estado.

Ainda que entre os anos de 1970 e 1980 o município do Rio Grande (S-3) tenha apresentado a mais alta taxa de crescimento industrial da Região Sul, tendo sua participação no valor da Renda Interna Industrial passado de 3,09% para 5,63% e tenha elevado o seu valor da Renda Interna de 2,09%, em 1970, para 2,86% na década de 80 estes números promissores da Renda Interna Industrial e da Renda Interna do município não se refletiram numa melhoria das condições de vida da maioria da população local.

Este período é marcado pelo Superporto e pelo Distrito Industrial com a cidade do Rio Grande recebendo investimentos públicos e privados. Nesta fase foram executadas grandes obras de infra-estrutura, permitindo a instalação de terminais graneleiros, de carnes, de fertilizantes e de petróleo; de indústrias de fertilizantes e de óleos vegetais.

Mas segundo DOMINGUES a implantação do Superporto e do Distrito Industrial não alterou o perfil sócio-econômico do município no que diz respeito à oferta de empregos; pelo contrário, o que se constata é que este projeto foi responsável por um considerável fluxo

migratório para a cidade do Rio Grande, principalmente no período de 1975 – 1985; aumentando e muito a mão de obra flutuante no município. Sendo este um problema sério que o Rio Grande enfrenta, pois tanto o porto, como as indústrias de pescado, óleo de soja e fertilizantes (exceção feita à Refinaria de Petróleo Ipiranga), são safristas, isto é, são sazonais. Existem picos de emprego e de desemprego no município ao longo do ano. Da mesma forma, a situação reflete-se no comércio local, empregando e desempregando ao ritmo do porto e das indústrias.⁴⁷

Cumpre-nos salientar, com relação à implantação do Superporto e do Distrito Industrial, o surgimento de inúmeros núcleos residenciais espontâneos refletindo o crescimento desordenado das populações locais devido ao intenso fluxo de migrantes de outras áreas que vêm em busca de emprego. Simultaneamente, no balneário Cassino, intensificaram-se as ocupações clandestinas em terrenos de marinha, como veremos no capítulo IV.

⁴⁷ DOMINGUE, M. V. R. *Superporto do Rio Grande: Plano e realidade elementos para uma discussão*. Rio de Janeiro, 1995, p. 29.

CAPÍTULO III

Histórico do Balneário Cassino

O conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei nº 1064 de 23 de maio de 1876, concedeu ao Dr. Carlos Augusto Flores o privilégio por 50 anos para estabelecer, na cidade do Rio Grande, linhas de viação sobre trilhos para o transporte de cargas e passageiros.

A constituição definitiva da sociedade anônima Companhia de Carris Urbanos do Rio Grande concretizou-se no mesmo ano em que foi inaugurada a linha Rio Grande – Bagé, em 1884, tendo como incorporador Antônio Cândido Siqueira. Este tinha conhecimento da fama adquirida na Europa pelos balneários de Dieppe, Trouville e Biarritz, em consequência da divulgação dos benefícios terapêuticos dos banhos de mar e empenhou-se em convencer os acionistas em um primeiro momento e, logo após, ao governo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, da sua proposta de prolongar a linha férrea até o oceano, tendo por finalidade fundar um balneário próximo à cidade do Rio Grande.

A cidade do Rio Grande, no final do século passado, contava com um ambiente de muito otimismo. Muitos imigrantes ali se instalaram e auxiliaram no processo de industrialização inicial (fiação, tecelagem, fumo, etc.) além do destacado papel que o comércio de exportação e importação já desempenhava. Este progresso era assegurado por ter a cidade o único porto marítimo do estado⁴⁸. Este período do comércio atacadista de importação e exportação (1850 – 1920) e de industrialização (1870 – 1920) fez com que a cidade do Rio

⁴⁸ COPSTEIN, Raphael. Evolução do Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre n. 122, 1982. p.42. "A condição portuária foi o atrativo para o estabelecimento de grandes casas comerciais de estrangeiros e para transformar, também, os mais audaciosos dos varejistas bem sucedidos em negociantes por atacado. No decorrer do tempo, uma indústria em moldes modernos para a época surgiu e incorporou-se à paisagem urbana. O desenvolvimento desse setor foi, principalmente, iniciativa alienígena." indústria em moldes modernos para a época surgiu e incorporou-se à paisagem urbana. "O desenvolvimento desse setor foi, principalmente, iniciativa alienígena."

Grande muda sua fisionomia: as grandes e assobradadas construções são testemunhos da ascensão social da burguesia comercial e industrial.

Sendo assim, não resta dúvida de que a moda dos balneários europeus era de conhecimento da elite riograndina mas não excluía o restante da população, tanto pelos contatos que uma cidade portuária permite como pela recepção de imigrantes.

Mas gostaríamos de salientar, baseados na documentação pesquisada, que encontramos apenas uma referência em relação aos balneários europeus sobre “As praias de Portugal” onde o autor Ramalho Ortigão disserta a respeito das propriedades higiênicas e terapêuticas do banho de mar, o restante da documentação refere-se aos balneários do Uruguai.

Os relatórios das companhias ferroviárias que administraram o balneário nos esclarecem que as influências mais próximas para despertar o interesse deste novo tipo de núcleo urbano foram os balneários do Uruguai aos quais os gaúchos estão intimamente ligados, não apenas pela fronteira terrestre sem descontinuidade física, como também pela identidade cultural. As praias de Ramirez (1871) e Pocitos (1875) apesar não serem balneários marítimos⁴⁹ atraíam movimento para a cidade de Montevideu incentivando a imaginação da elite riograndina de que seria possível, também, tamanho desenvolvimento ligado ao lazer para a cidade do Rio Grande.

Acreditamos que a referência às famosas localidades balneárias européias foi evocada pela divulgação dos benefícios terapêuticos dos banhos de mar, que tiveram sua origem na Europa, além do prestígio que traria ao novo balneário, facilitando a adesão a essa nova prática de forma mais rápida.

O governo da província interessou-se pela idéia de um balneário proposta pela Cia. Carris Urbanos do Rio Grande, que argumentava as inúmeras vantagens locais que a sua

⁴⁹ GUIA DOS BANHISTAS INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS NA VILLA SEQUEIRA Propriedade da Companhia de Estrada de Ferro – Costa do Mar . Rio Grande, 1890. No Cassino a primeira estação de veraneio decorreu de 26 de janeiro de 1889 a 15 de maio de 1889 sendo portanto anterior a fundação do primeiro balneário marítimo do Uruguai que é Piriapolis fundada em 1890 e também ao primeiro balneário argentino, Mar del Plata (1890).

criação traria e citava Montevidéu como exemplo:

“Sem precisarmos procurar nas costas de mar européias os exemplos da influência d’essa convergência de população ao centro das estações balneares, transportemo-nos a Montevidéu, e teremos uma idéia aproximada do que nos caberá em partilha. Descem de Buenos Ayres e províncias, para Montevidéu, por motivo de gozar a estação balnear 1.000 pessoas, e nessa época a cidade de Montevidéu apesar de populosa, ostenta um aspecto bastante diferente do usual:

Por toda a cidade se respira movimento e satisfação; os vapores, trens, hotéis, lojas, carruagens, theatros, mercados, ostentam um movimento animador. As festas do fim do anno tomam um carácter desconhecido em outra parte; os banhistas desdobram as economias previamente accumuladas, e tudo - floresce.

*E não é este o único elemento de vida que a linha projectada nos virá trazer”.*⁵⁰

Os debates suscitados em torno do projeto do engenheiro Honório Bicalho para a construção do porto do Rio Grande e o início das obras dos molhes, para fixação da barra de entrada, serviram igualmente para atrair a atenção para o local, como também investimentos em transporte ferroviário (linha Rio Grande –Bagé) possibilitando maior integração da região da campanha com o litoral.

A execução desses projetos também encerraria um período de grandes desastres relacionados com o mar. A barra do Rio Grande já era conhecida, por seus inúmeros navios

⁵⁰ ESTATUTOS DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE DO SUL E PROSPECTO PARA A LINHA DA MANGUEIRA DESTINADA A CRIAR UMA ESTAÇÃO DE BANHOS NO MAR GROSSO. Rio Grande, 1886.

naufragados, como “*cemitério de Naus*”, “*Cabo das tormentas da América do Sul*”⁵¹ e, para os espectadores da localidade, a visão do mar e navios naufragados já se tornara algo que não causava espanto, como relata Saint Hilaire: “*Fala-se aqui da desgraça alheia com o mais inalterável sangue-frio. Conta-se o naufrágio de uma embarcação e o afogamento da tripulação como se contassem fatos os mais desinteressantes.*”⁵²

Por outro lado, a fundação de um balneário iniciava uma nova visão sobre o mar, não mais aquela ligada à tragédia ou à indiferença diante da tragédia, mas tomava expressão a ideologia dos banhos terapêuticos e assim como na Europa se associava o estilo de vida “moderno” à localização residencial à beira-mar. Desta forma, a localização de uma estação de banhos próxima a um centro urbano parecia atraente por suas qualidades terapêuticas e também pelo impulso que poderia representar para a economia local, com a inserção de uma atividade recreativa no litoral. Atrás desse movimento estavam as mais variadas unidades do capital, destacando-se aí a Cia. Carris Urbanos do Rio Grande, interessada em estender o território sobre o qual tinha monopólio de transporte.

O momento, portanto, era propício para se cogitar a idéia de uma estação balneária e, no mesmo ano em que foi constituída (1884), a Cia. Carris Urbanos do Rio Grande já fazia planos de prolongamento da linha férrea até o oceano:

*“Desejariamos aproveitar a presente sessão da assembléia provincial para a obtenção de alargamento de nossa zona até a costa do oceano, na Mangueira, afim de, por uma linha de cerca de 13 quilômetros, crearmos uma estação balnear.”*⁵³

Este pedido se oficializou com o mandato da Assembléia Geral dos Acionistas, de 21 de outubro de 1884, sendo obtida a concessão da Assembléia Provincial para o prolongamento

⁵¹ SAINT-HILAIRE, Augusto de. *A viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p.58.

⁵² Idem.

⁵³ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE APRESENTADO A ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE SUA GESTÃO. Rio Grande, 1884.

da linha até a “Mangueira”. O que existia até então era apenas uma trilha para cavalos que levava até um conjunto de casas, cujo nome era e é Bolaxa, onde havia a troca de animais para prosseguirem viagem. O Guia dos Banhistas nos descreve as condições do local:

“Natureza do Solo

Tornou-se necessário à companhia empregar avultado capital na aquisição de inúmeros pequenos lotes de terras pertencentes a antigos possuidores, os quaes de forma alguma valorizavam estas terras, - do que resultou que a sua aparência era agreste, os caminhos intransitáveis, e constante a invasão das areias vindas do mar grosso, cuja agglomeração occasionava o alagamento das baixadas do terreno, por efeito das chuvas. Entre os campos onde assentavam as habitações dos pequenos criadores ou estancieiros, e o mar grosso, media-se 3000 metros de terreno, ora alagadiço, ora dominado pelas areias movediças. E para aumentar o mal resultante da pobreza do terreno que pouca vegetação espontânea sustenta, - accrescia a invasão, por toda esta planície abandonada, de porção de gado entregue a seus próprios instintos, e devorando a rara vegetação, que única sopeava a marcha das areias.”⁵⁴

Os acionistas aceitaram o desafio apesar das precárias condições do local pois eles consideravam que: *“Esta linha é aliás mais um anelo dos habitantes, proprietários e commerciantes d'esta cidade, do que uma especulação mercantil.”⁵⁵* Sendo assim, foi baixada a Lei Provincial nº 1551 de 17 de dezembro de 1885, que outorgou à Cia. Carris Urbanos do Rio Grande a respectiva concessão, transferida mais tarde à Cia. Bonds Suburbanos da

⁵⁴ GUIA DOS BANHISTAS INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS NA VILLA SEQUEIRA PROPRIEDADE DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO RIO GRANDE – COSTA DO MAR. Rio Grande, 1890, p.4.

⁵⁵ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE. Sobre o balanço social fechado em 31 de Dezembro de 1886. Rio Grande, 1887, p.10.

Mangueira, na qualidade de sucessora.

Nos estatutos da Cia. Carris Urbanos do Rio Grande do Sul de 1886, já constava um prospecto para a linha da Mangueira destinada a criar uma estação de banhos no “Mar Grosso”, onde foi listada uma relação de possíveis áreas litorâneas para o exercício dos banhos de mar e demonstrava porque a cidade do Rio Grande seria o local mais apropriado, às vantagens terapêuticas que o balneário traria e a possibilidade de acesso a famílias de poucos recursos.

“Os recursos balneares da população da Província consistem:

Da praia que jaz por detrás do pharol e atalaia no pontal da Barra da Província;

Da praia da Mangueira à qual a nossa linha se projecta;

Da costa que jaz por detrás da Villa de arroio Palmar;

Da praia de Tramandahy, a regular distância da Villa da Conceição do Arroio;

Da praia do Chuy, a boa distância de Santa Victória;

Da praia de fora, na ilha de Santa Catarina;

Das praias de Positos e Ramyres em Montevideo.

Parece-nos supérfluo analysar, uma por uma, essas praias para demonstrar o ingente sacrificio que representa a procura de qualquer d’ellas como allivio de males physicos, ou descanso aos labores da vida.

Em umas, o banhista habita a grande distância da costa, dispondo como meios de locomoção disformes e vagarosos vehiculos que torturam-lhe o corpo (...) As mesmas habitações são impróprias para a hygiene pela imperfeição da construção e deficiência de limpeza e má disposição dos aposentos. E felizes os que taes habitações podem obter; em praias menos habitadas a residência é em carreta, e tão extravagante é este

recurso que prescindimos de analysa-lo.

As praias de Positos e Ramyres, em Montevidéo, são notoriamente de agoa menos salgada, e para provar basta lembrar que estão situadas na desembocadura do volumoso Rio da Prata, recebendo grande influxo das agoas d'este rio.

Quanto á boa disposição, é a praia de fóra, na Ilha de Santa Catarina, a melhor das praias de banho das adjacências; mas constitue um immenso sacrificio pecuniário e de commodidades a viagem para tão distante paragem, e não menor transtorno para as pessoas que tenham de deixar na Província seus interesses em abandono.

A única solução para a criação de um centro balnear é sem dúvida a costa da Mangueira. A sua ligação à cidade do Rio Grande por uma linha de Carris e a competente linha telephônica, constituem o cúmulo dos requisitos que se possa pretender.

Os banhistas d'esta Província contam as semanas por centenas de mil réis despendidos.

Os médicos desistem de mandar individuos e familias de limitados recursos ao banho de mar: seria votal-os a ruína; e assim, vêem-se na difficil contingência de substituir pelas fórmulas das pharmácias o meio therapêutico que só os banhos de mar podem supprir.

Um serviço de transportes com intervallos de tempo multiplicados e a preço reduzido, permittirá o uso dos banhos a individuos isolados e familias de pequenos recursos."⁵⁶

Podemos constatar através deste relatório não só as possíveis áreas apropriadas para o

⁵⁶ ESTATUTOS DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE DO SUL E PROSPECTO PARA A LINHA DA MANGUEIRA DESTINADA A CRIAR UMA ESTAÇÃO DE BANHOS NO MAR GROSSO. Rio Grande, 1886, p. 14 – 15.

banho de mar como também as suas limitações, principalmente pelos meios de transporte disponíveis na época.

Estranhamos não constar nesta listagem de lugares apropriados para um balneário a Ilha dos Marinheiros, que desde 1780 começou a manter relações com a cidade do Rio Grande e nas últimas décadas do século XIX, durante um certo período, acumulou dupla função fornecedora de produtos agrícolas e como local de recreação para gente de posses, que foi rapidamente trocado pelo balneário Cassino.⁵⁷

Outra informação que nos chamou a atenção foi o conhecimento das boas condições da praia de fóra, em Santa Catarina, que seria a antiga Desterro, atual Florianópolis pois de acordo com o trabalho de FERREIRA⁵⁸ o banho de mar só começará a ser valorizado na Ilha a partir das primeiras décadas do século XX, ou seja, o que determina a introdução da moda dos banhos de mar não são apenas as excelentes condições naturais, como é o caso de Florianópolis, mas o contexto econômico e social propício ligado a um modelo cultural aceito.

Por último chamamos a atenção de que o planejamento do balneário Cassino levava em consideração não apenas as qualidades naturais mas principalmente as comodidades materiais necessárias que uma área para recreação e com fins terapêuticos deveria possuir, sempre esclarecendo que os preços deveriam ser “módicos”.

Os balneários, geralmente, em sua origem eram organizados para atender às classes privilegiadas e o balneário Cassino não faz exceção a esta regra por ter seu principal fluxo de veranistas ligado à elite do eixo Rio Grande – Pelotas e da campanha gaúcha. Mas possui como especificidade local o fato de ter sido planejado também para possibilitar que indivíduos e famílias de limitados recursos pudessem usufruir dos benefícios dos banhos de mar

⁵⁷ COPSTEIN, op.cit. , p.20. Nos informa que na Ilha dos Marinheiros: “A paisagem ainda mostra que entre as velhas casas de estilo colonial, muitas em ruínas, e a atividade agrícola praticada existe uma disparidade. Os solares respondiam a necessidade de lazer de gente de posses na estação estival. Sua importância desapareceu com as facilidades propiciadas pela construção da via férrea Rio Grande Costa do Mar ligando a cidade com a Mangueira (Cassino).

⁵⁸ FERREIRA, Sérgio L. *O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina (1900 – 1970)*. Florianópolis: 1994.

ênfatizando sempre a necessidade de que os preços fossem reduzidos, o que permitiu a pessoas de pouco poder aquisitivo freqüentarem também o balneário, e isto era possível devido aos trens de excursão em que as famílias deslocavam-se para passar o dia no balneário e retornar ao final do dia.

Grandes dunas de areia, próximas ao oceano e em constantes deslocamentos pela ação do vento, dificultavam a formação de um núcleo habitacional. Foi necessária a intervenção do Poder Público e a outorga de concessões e privilégios que garantissem e tornassem atraente o forte investimento de capital requerido. Neste aspecto o Balneário Cassino se diferencia das demais praias do sul do país, que só lentamente foram se transformando em locais de veraneio.

Para uma visão panorâmica retrospectiva, sobre o litoral rio-grandense Pimentel cita o professor Guerreiro Lima que relata:

*“Do Cassino a praia do “Albardão” atira-se para o sudeste inteiramente nua e às vezes deserta; nas vinte e duas léguas que a Comissão do Marco percorreu existem estâncias que ficam para dentro uma, duas ou mais léguas. É sempre a mesma praia batida, apresentando uma larga faixa que o mar cobre nos grandes temporais, à qual se segue uma macega, a esta um campestre baixo e em seguida um vasto areal defendido em vários trechos da costa por uma linha de cômoros claros.”*⁵⁹

A preocupação com a invasão de dunas de areias móveis fez com que a direção da Cia. Estrada de Ferro Rio Grande-Costa do Mar colocasse como prioridade de seus melhoramentos iniciais a arborização de toda a área da, na época Villa Siqueira, de acordo com o plano de arruamento:

⁵⁹ PIMENTEL, op. cit., p. 46.

*“(...) - brevemente se achará esta área de 7.000.000 metros quadrados toda povoada de pinheiros, eucalyptus, acácias, e outras árvores adequadas.(...)Na linha das marinhas, junto à costa, foi plantada de cedro marítimo, e outras árvores e arbustos indígenas que n’esta mesma zona tem sido pela Providência distribuídas, e que tem provado a sua eficácia na fixação das dunas.”*⁶⁰

A condição básica de um balneário é, obviamente, o uso e gozo da praia. Desta forma se fazia necessária a concessão da faixa de marinha que serviria para assegurar a posse da área, e com isto assegurar o empreendimento que, com a instalação de uma infra-estrutura para o futuro balneário, seria previsível fonte de lucros por meio de arrendamento ou venda de locais para restaurantes, hotéis, residências e outros investimentos. Com esta finalidade, em 14 de outubro de 1888, foi lavrado o contrato com a câmara municipal de Rio Grande para:

“Prolongamento da linha férrea da mesma companhia até a praia de mar grosso tendo por fim fundar, na mesma praia, uma estação balnear. A Câmara cede gratuitamente, durante o prazo de privilégio; em favor da mesma, o uso das marinhas junto à costa do Oceano, na extensão de 3 quilômetros em sentido longitudinal com um fundo legal de 33 metros contados da preamar mais alta, atendendo aos fins utilitários do estabelecimento que a Cia. vai fundar...”

⁶⁰ GUIA DOS BANHISTAS, INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS NA VILLA SEQUEIRA PROPRIEDADE DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO RIO GRANDE-COSTA DO MAR. Rio Grande, 1890, p.5.

E em 18 de julho de 1889, através da Lei Provincial 1870, foi declarada de utilidade pública “ *uma área de 3000 m de extensão na costa do mar por 2400m de fundo*” até a localidade chamada de Bolaxa . Estes terrenos não chegaram a ser desapropriados, foram adquiridos amigavelmente pela mencionada companhia, que tinha como incorporador Antônio Cândido Siqueira. Daí o nome original: Vila Siqueira.

Esse retângulo, do Bolaxa até o oceano, foi adquirido, sem a necessidade de apelar para a desapropriação, porque a abertura da estrada de ferro e a criação de um balneário iriam valorizar aquela área, como efetivamente aconteceu. A localidade do Bolaxa era um corredor em sentido paralelo ao oceano e os proprietários venderam à companhia as respectivas faixas de fundos que iam até a costa do oceano e ficaram com as casas de frente para o corredor.

Durante a construção da estrada de ferro, a Cia. Carris Urbanos do Rio Grande foi sucedida por diversas outras companhias que se sub-rogaram nos termos do contrato e privilégio da anterior.

A linha férrea passava ao meio do retângulo em toda a sua extensão de 2.400m, sendo aberta ao lado dela uma estrada de rodagem. Sendo assim, a empresa concessionária executou o primeiro projeto de loteamento que não sofreu alterações até 1914, que pode ser visualizado na figura 3.

A

CALIZADA





EIRA

RONEL
LEIVAS

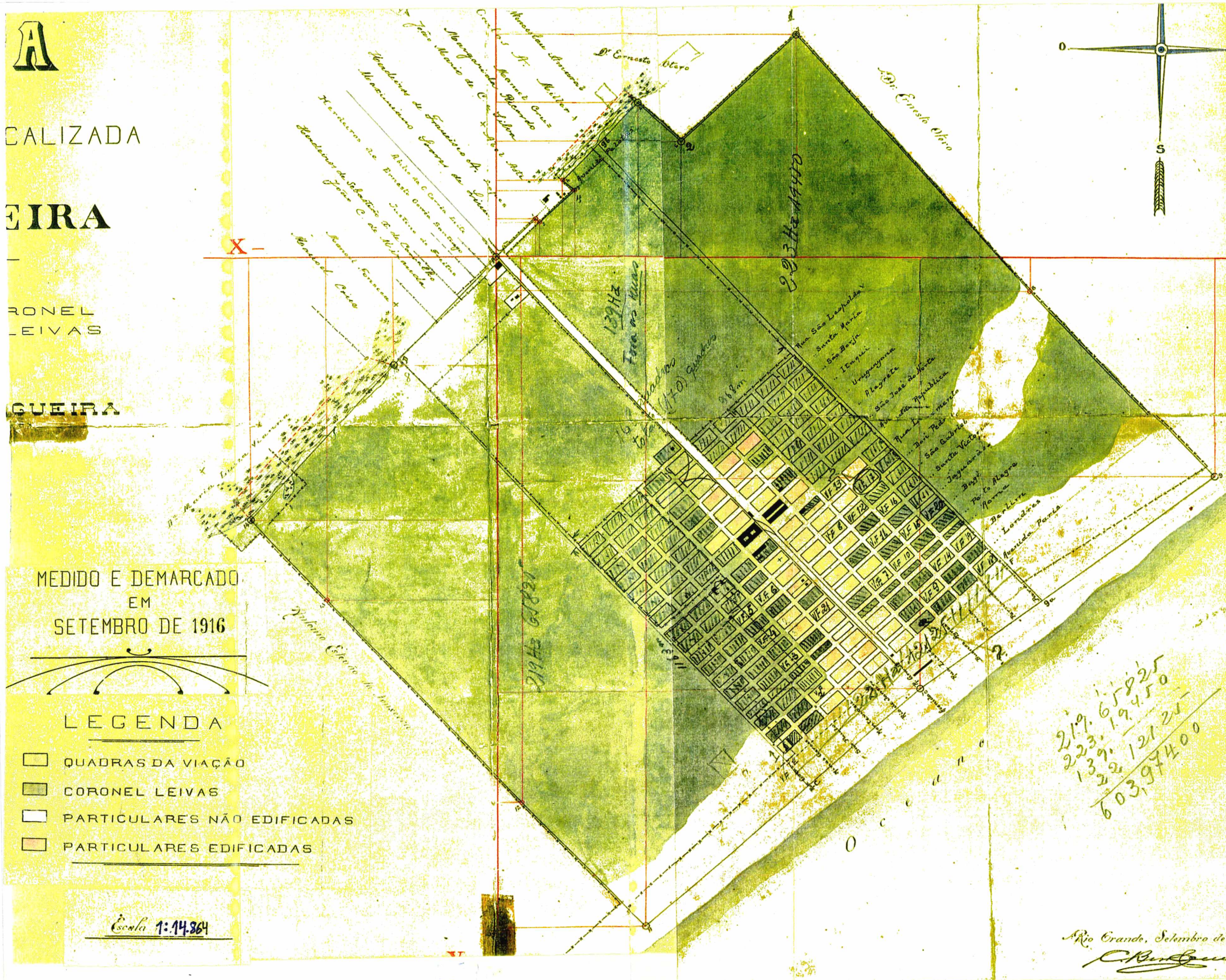
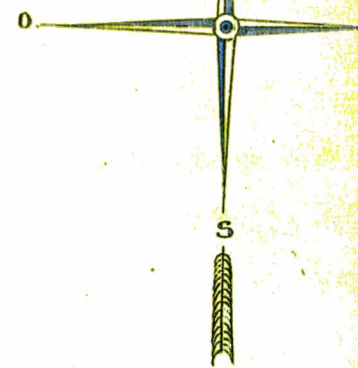
GUEIRA

MEDIDO E DEMARCADO
EM
SETEMBRO DE 1916

LEGENDA

-  QUADRAS DA VIAÇÃO
-  CORONEL LEIVAS
-  PARTICULARES NÃO EDIFICADAS
-  PARTICULARES EDIFICADAS

Escala 1:14.864



219.65825
223.19450
132.12125
603.97400

Rio Grande, Setembro de 1916
C. B. Gomes

O projeto de loteamento elaborado destinava para o núcleo uma faixa de 550m de cada lado da avenida principal, onde corriam os trilhos do trem e reservava a área remanescente para futuras instalações.

Oito ruas foram abertas, paralelas à mesma avenida, quatro de cada lado e dezoito ruas em sentido perpendicular, os terrenos mediam 50m de frente por 100m de fundos. Cada quadra constituía um lote, cuja construção de uma casa era obrigatória, no prazo de dois anos, com o valor não “inferior a cinco contos” e os compradores tinham 25% de abatimento nos fretes de material e passagem gratuita por cinco anos nos vagões da companhia.⁶¹

Apesar do tráfego de passageiros não ter sido inaugurado oficialmente, o Guia dos Banhistas de 1890 nos informa que ocorreu a primeira estação de veraneio em 26 de janeiro de 1889. Um ano depois, o jornal Diário do Rio Grande informou que foi inaugurado oficialmente o tráfego de passageiros na linha de Bonds Suburbanos da Mangueira. O mesmo jornal, em 28 de janeiro, divulgou que a afluência de banhistas era “numerosa” gerando reclamações pelo pouco número de horários e de locomotivas além da necessidade de que se fizesse uma ligação na localidade Junção, entre a linha da Mangueira com os trens que vinham de Pelotas para que os pelotenses pudessem visitar o balneário sem baldeação.

Em 11 de fevereiro do mesmo ano o Diário do Rio Grande informava que já existia um hotel sendo construído e à medida em que os quartos ficavam prontos já eram alugados e seguiam-se as reclamações pelo pouco número de horários: .

“Estação balnear

Os três trens que anteontem partiram desta cidade para a costa do oceano, na Mangueira, foram replectos de passageiros(...) As obras do hotel vão continuando, trabalhando-se todos os dias, sem excepção dos domingos. Hà grande procura de quartos; tanto que a

⁶¹ RELATÓRIO DA COMPANHIA CARRIS E ESTRADA DE FERRO COSTA DO MAR PARA SER APRESENTADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DOS Srs. ACCIONISTAS EM 26 DE OUTUBRO DE 1893. Rio Grande, 1893, p. 6.

proporção que estes vão ficando prontos são logo tomados. (...) Falta agora estabelecer um trem que partindo da cidade a noite, nelle possam os banhistas ir pernoitar na Mangueira, tomar o banho de manhã bem cedo e estar de volta na cidade as 9 horas. Consta-nos que este começará a funcionar tão depressa haja quartos prontos no hotel em quantidade correspondendo a procura.”(Diário do Rio Grande, 11 de fevereiro de 1890)

O Guia dos banhistas que foi divulgado na estação de veraneio de 1890 informava a localização do balneário, sua extensão, arruamento, natureza do solo, melhoramentos iniciais, a vista da praia, as precauções necessárias para o banhista não se afogar, benefícios terapêuticos, precauções higiênicas, comodidades na praia; habitações da Villa Sequeira e seus preços; salões de visitas, concertos, e jogos, regulamentos, as novas construções, lavanderia, cocheiras e leitarias, meios de locomoção, bond entre o hotel e a praia e as épocas de festas.

O Guia dos banhistas disserta a respeito das propriedades higiênicas e terapêuticas do banho de mar baseado no livro “As praias de Portugal” do autor Ramalho Ortigão cujo modelo europeu de estância litorânea é nesta época muito favorável às características próprias do balneário Cassino: limpa, arenosa , plana , com ventos constantes e com a água, na maioria das vezes, com baixas temperaturas . Todas as informações tornavam-se necessárias para que este novo hábito dos banhos de mar fosse aceito .

No regulamento contido no Guia dos Banhistas constavam as precauções necessárias ao banho de mar e esclarecimentos sobre a necessidade do acompanhamento de um guia-banhista : *“não afoitar-se, a pessoa que não sabe nadar a ir além do ponto em que o mar cubra a cabeça; e as senhoras débeis ou que difficilmente se sustentam de pé, - não avançarem até a forte arrebentação sem o auxilio de um guia-banhista .(...) Como primeira*

providência, será estabelecido um serviço regular de guias-banhistas, marinheiros e pescadores de reconhecida aptidão e siseudez.”⁶²

Alain Corbin diz que o povo das praias praticamente só irá aparecer através do processo de domesticação que o submete aos membros da classe ociosa e relata que desde o final de 1750, as estações balneares inglesas utilizavam guias-banhistas para homens e mulheres, eram eles vendedores de peixe e donos de hospedarias que se colocavam a disposição dos curistas. Corbin faz referência em relação a classe ociosa do esperado benefício advindo da proximidade da energia popular proporcionada pelo contato com os guias-banhistas, *“onde a relação proporciona ainda o prazer resultante da dominação sobre criaturas até pouco tempo bárbaras.*”⁶³

No balneário Cassino, a figura do guia-banhista estava mais vinculada à necessidade de segurança e de status pela imitação de uma moda européia do que pelo prazer da proximidade de diferentes classes sociais, tanto que a Sra. Helena Duhá, antiga veranista do balneário, nos informou que *“não era de ‘bom tom’ ir à praia, à tarde, já que este era o horário dos empregados.*”⁶⁴

O espaço do balneário foi planejado e criado para satisfazer principalmente a elite das cidades do eixo Rio Grande-Pelotas e sua área de influência neste período a campanha gaúcha, mas pelos jornais da época constatamos que as classes menos privilegiadas também freqüentavam o balneário.

O período de veraneio dava-se de 15 de novembro a 15 de abril (ou maio) e como o meio de transporte disponível para distâncias maiores era o trem, para as famílias ficarem residindo no balneário fazia-se necessária a construção de um espaço com características

⁶² GUIA DOS BANHISTAS, INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS NA VILLA SEQUEIRA PROPRIEDADE DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO RIO GRANDE-COSTA DO MAR. Rio Grande, 1890, p.6.

⁶³ CORBIN, op.cit., p. 247.

⁶⁴Entrevista realizada com Helena Duhá em 13/02/1996 em Rio Grande

próprias para as suas necessidades.

O tamanho dos lotes vendidos era de 50m de frente por 100m de fundos na Av. Rio Grande ou 25m de frente por 50m de fundos em ruas paralelas à Av. Rio Grande, a fim de construírem casas espaçosas para abrigar as famílias de diversas localidades por um extenso período de veraneio.

Para um maior conforto e comodidade dos veranistas e hóspedes, o hotel fornecia um bonde puxado por burros que corria sobre os trilhos do trem, que ia do começo da vila até a praia como nos explica o Guia dos Banhistas de 1890:

“Bond entre o hotel e a praia

*Sendo a distância, de um ponto a outro, de perto de 800 metros, e em grande parte de terreno arenoso, tornou-se necessário o estabelecimento de um serviço regular de bonds por tracção animal, ao preço infimo de 50 réis por adulto e 25 réis por creança. Este serviço começa às 3 ½ ou 4 horas da manhã, e termina às 10 horas da noite.”*⁶⁵

Interessante notar o extenso período de veraneio de novembro a maio e os horários dos serviços de transporte para banhos que começavam antes do sol nascer e terminavam após o pôr do sol. Tal importância dada aos banhos de mar justifica-se pelos benefícios terapêuticos: *“O banhista deverá ser instruído previamente sobre a utilidade e duração do banho; precauções antes e depois d’elle: enfim, saber avaliar e aproveitar em relação ao seu organismo os elementos tônicos contidos na água do oceano.”*⁶⁶

Na estação de novembro de 1890 que foi encerrada em 15 de maio de 1891, constou as seguintes instalações na praia do balneário Cassino:

⁶⁵ GUIA DOS BANHISTAS, INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS NA VILLA SEQUEIRA PROPRIEDADE DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO RIO GRANDE-COSTA DO MAR. Rio Grande, 1890, p.22.

⁶⁶ GUIA DOS BANHISTAS, INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS NA VILLA SEQUEIRA PROPRIEDADE DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO RIO GRANDE-COSTA DO MAR. Rio Grande, 1890, p.7.

“Commodidades na praia

100 camarotes para homens – 1ª classe

100 “ “ senhoras - 1ª “

20 “ “ homens - 2ª “

20 “ “ senhoras - 2ª “

Um restaurant elegant á la carte; leitaria;

Rouparia (recebimento e entrega de roupa de banho).

Estas installações serão suficientes para attender a 500 banhistas a um tempo, - e se ainda assim demonstrarem insufficiencia, serão promptamente aumentadas.

(...) Os camarotes são construídos com solidez e elegância sobre um estrado fixo sobre estacas de madeira de lei, com porta vidraça, xadrez para piso, banquinho, cabides para roupa e espelho.

Junto a elles estão dispostos excellentes water-closets.

Na frente ao mar corre uma varanda espaçosa, com balaustrada, corrimão e bancos, oferecendo desta forma toda a comodidade para os visitantes, ou para nas horas de maior calor gozarem a vista do mar, o movimento de navios na barra, e o ar marinho.

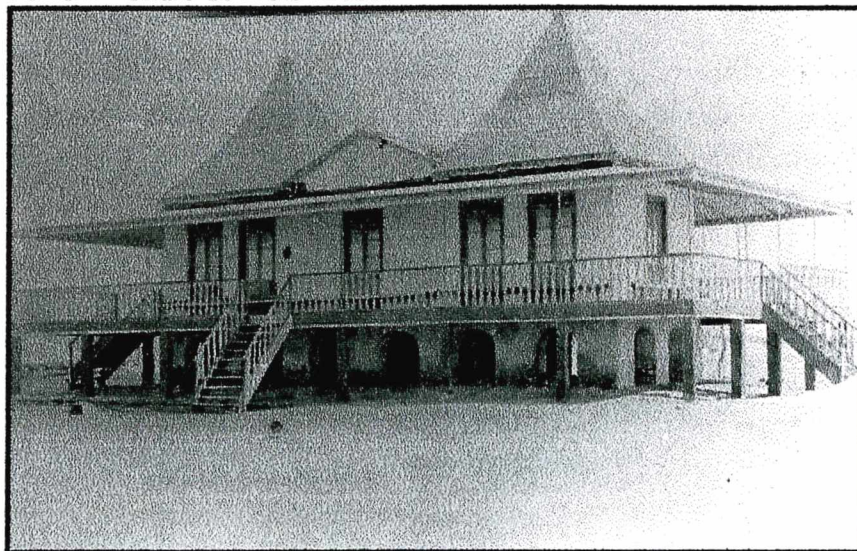
O restaurant, rodeado de varandas largas e cobertas, fornecerá as refeições sem os inconvenientes da agglomeração em salões, e com os encantos da mesa sobre o tombadilho de uma embarcação.

E como complemento a utillização e gozo da praia e do ar do mar, se introduzirão todas as diversões possíveis: corridas de cavallos, passeios em carruagens e trollys, jogo de bollas de borracha, cricket, balanços, velocipedes, volantes (lawnténis) etc. Tirando-se assim toda o partido dos 200 metros de varanda dos camarotes, nas horas impróprias para o banho.”⁶⁷

⁶⁷ GUIA DOS BANHISTAS, INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS NA VILLA SEQUEIRA PROPRIEDADE DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO RIO GRANDE-COSTA DO MAR. Rio Grande, 1890, p.15.

Para visualizar estas comodidades do balneário Cassino, no século passado, utilizamos algumas fotos . Na praia foi construído um chalé de madeira sobre estacas, que serviu de restaurante e salão para jogos que ficou conhecido como “chalé de Dois Bicos”.

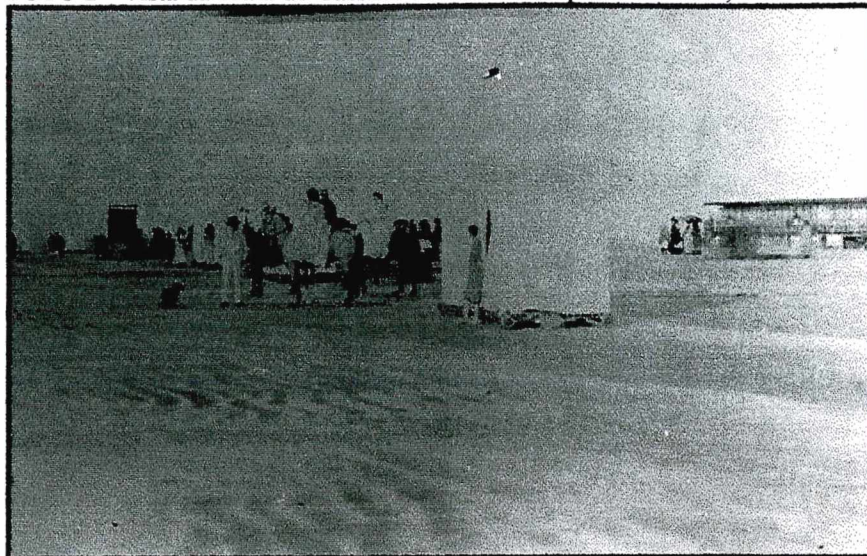
FOTO 1 - Chalé de Dois Bicos.



Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande

O mar, nesta época, avançava até o Chalé de Dois Bicos e a sua volta ficava um correr de cabinas de cada lado, nas quais os banhistas trocavam de roupas.

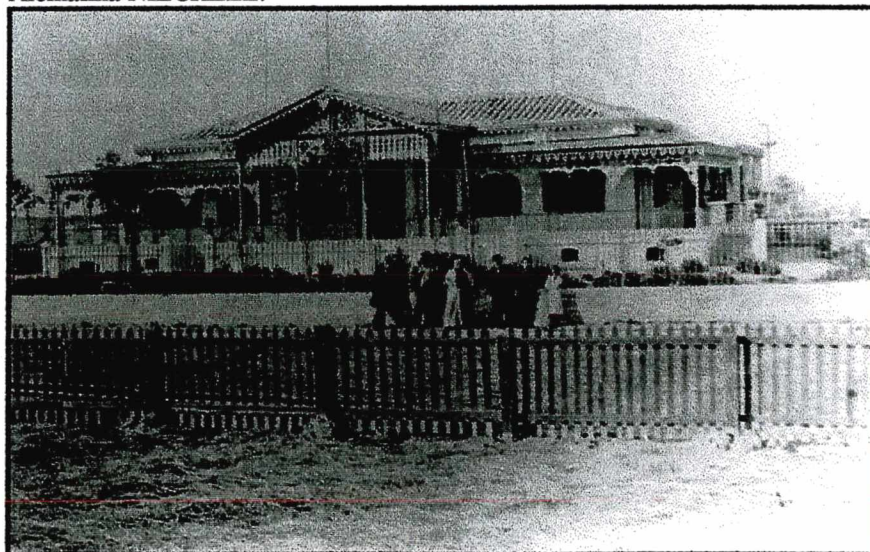
FOTO 2 - Vista da Praia do Cassino com camarote para banhistas, 1889



Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande.

As casas de veraneio eram construídas ao longo da linha férrea, hoje a disputada avenida Rio Grande. Muitas delas eram construídas e mobiliadas com material importado e seguindo o padrão arquitetônico europeu, eram chamadas delicadamente de chalets.

FOTO 3 - Chalé que serviu como residência de veraneio do cônsul da Alemanha NIECKELE.



Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande.

O interesse de pessoas de outros municípios em construir “chalets” no Cassino era

freqüentemente noticiado. A 6 de março de 1890, por exemplo, lia-se no Diário do Rio Grande: *“Consta que além de vários cavalheiros desta cidade, vão tomar terrenos por arrendamento, para construir chalets na Mangueira, próximo ao Hotel, o Visconde da Graça e o major Francisco Nunes de Souza, de Pelotas”*.

Em 1898 era noticiado pelo folheto informativo quais as famílias de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre que reservavam casas, por toda a temporada, no balneário, e informava que *“O chalet da praia acha-se tratado para toda a Estação a família do Ilmo. Senador Ramiro Barcelos.”* e que em breve seria *“submetido o novo regulamento para próxima estação.”*

O Relatório da Companhia e Estrada de Ferro Costa do Mar de 1893, divulgava como havia sido a temporada de veraneio neste ano:

“Aumenta annualmente a concorrência àquela paragem, que na estação finda foi procurada por um cem número de distintas famílias, não só da nossa cidade, como de Pelotas, Porto Alegre, Jaguarão, Bagé e mais cidades da nossa campanha, famílias que, ao retirarem-se, saudosamente se despediam d'aquellas plagas e das intimas relações que haviam adquirido.

As variadíssimas distrações que tiveram lugar nos nossos espaçosíssimos salões, nos quais os saraus, concertos, as excursões a pé ao longo da costa e no campestre, e as corridas de cavallos à beira-mar, tudo concorreu, para o aumento de uma freguesia satisfatória e que promete maior desenvolvimento.”

O mesmo relatório esclarecia que já haviam sido vendidas 20 quadras (lotes de 50X100m) *“três das quais se acham edificadas, três em princípio de edificação e as demais o vão principiar brevemente”*.

O projeto da Cia. Carris Urbanos do Rio Grande, estendido à Cia. de Bonds Suburbanos da Mangueira, que a sucedeu, era de construir um hotel “*Espaçoso bastante para ser subdividido em 120 aposentos ligados de forma a poderem ser ocupados quartos anexos segundo o número que o ocupante pretender*”. Os veranistas que não pudessem adquirir um lote no balneário ou alugar um “chalet” poderiam se hospedar no hotel onde encontrariam as comodidades de um centro de lazer, concluída a construção, o hotel ficou com 136 quartos. Este hotel serviu também, nos primeiros tempos, à própria empresa para os serviços essenciais dos trens, até que fosse construído o prédio próprio de uma estação.

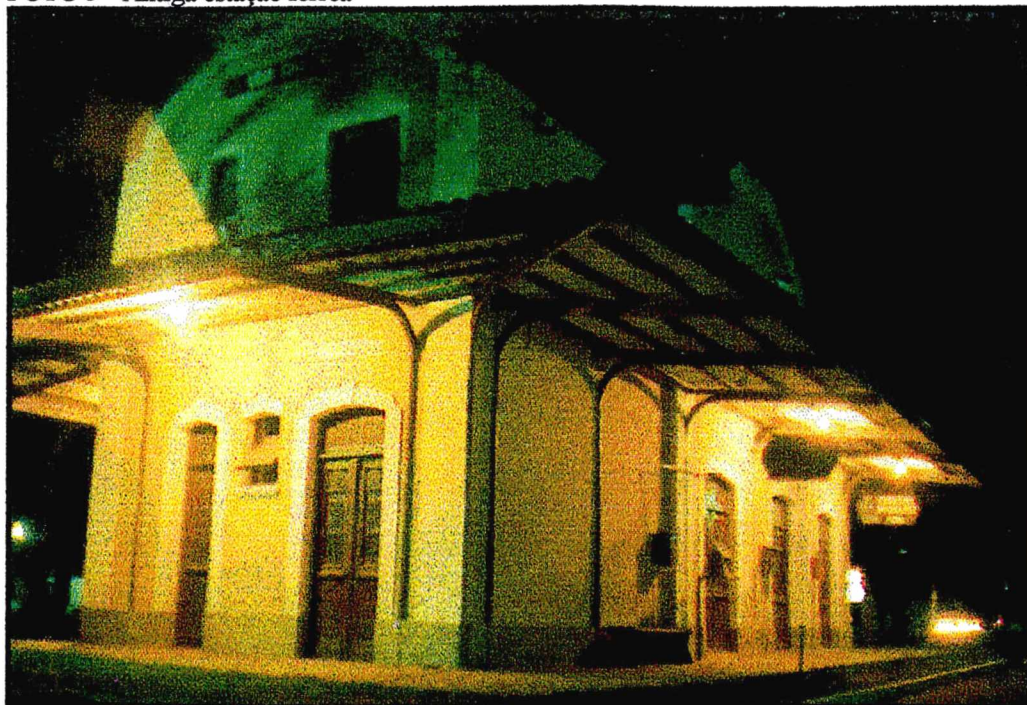
FOTO 4 - Hotel Atlântico, frente ao mar



Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande.

O trem era muito importante para assegurar o sucesso do balneário e para isto, circulava, em quatro horários diários, numa linha que ia quase até a praia. Transportava passageiros, que, via de regra, vinham fazer “piquenique” ou banhar-se nas águas oceânicas. Trazia também gêneros de toda sorte que abasteciam, em parte, algumas casas da Vila Siqueira.

FOTO 5 - Antiga estação férrea



Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande

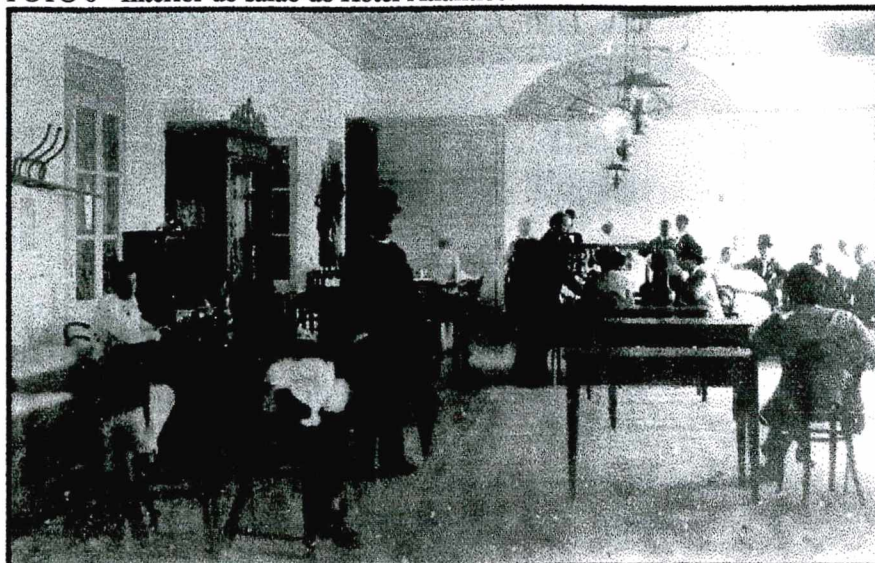
No Hotel Cassino realizaram-se elegantes reuniões dançantes, muitos concertos *“começando a matineé, logo depois da chegada do trem de excursão do Rio Grande”*,⁶⁸ e até a década de 40, entre as 7 horas da tarde até à noite, também era familiar aos ouvidos de seus freqüentadores o ruído da bolinha buscando acomodação numa das cavidades do prato da roleta.

Todos os veranistas se conheciam já que eram publicados na coluna social da imprensa do Rio Grande os nomes das pessoas que faziam reservas no hotel ou tinham residência própria. Com isto, o balneário era o local apropriado para a elite ratificar sua posição e as famílias melhor se integrarem Pimentel nos diz que *“Há sempre uma nota de elegância e distinção nos veraneios do Cassino. O que há de mais fino e mais seletivo nos grandes centros populosos do Rio Grande do Sul ali se reúne na estação de estio”*.⁶⁹

⁶⁸ Publicidade do: CONCERTO VOCAL E INSTRUMENTAL o primeiro da ESTAÇÃO BALNEAR DE 1897-1898 no CASINO.

⁶⁹ PIMENTEL op. Cit.,p.37.

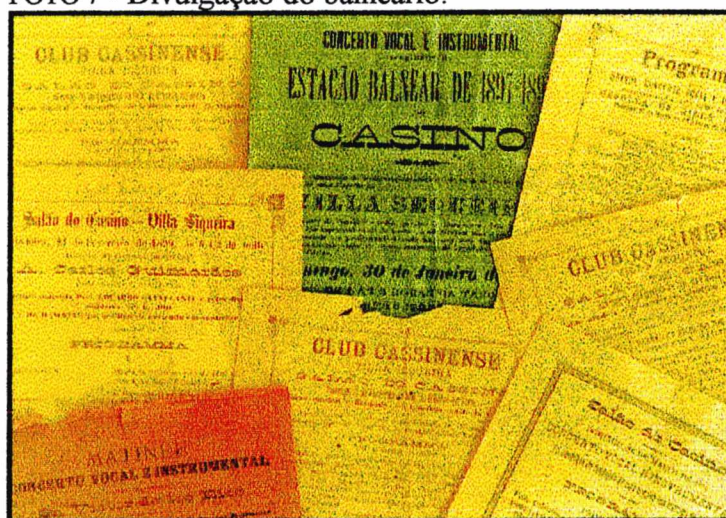
FOTO 6 - Interior do salão do Hotel Atlântico.



Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande.

O hotel , denominado Cassino foi que inspirou a troca do nome do balneário de “Vila Siqueira” como era conhecido para “Cassino”, e atualmente tem o nome de Hotel Atlântico.

FOTO 7 - Divulgação do balneário.



Fonte: Arquivo Jonas Otero.

A documentação da escritura de compra do balneário pertencente ao Coronel Leivas, nos informa que era de responsabilidade da administração do Hotel Atlântico o fornecimento de “...água para beber e de lavagem, bem como ao serviço de limpeza (materiais fecaes e águas servidas) a cada uma das quarenta casas pelo preço de setenta e cinco mil réis, por

casa durante a estação balnear, isto é desde quinze de novembro a quinze de abril de cada anno...”

A captação de água no Cassino era do lençol freático, tanto para abastecer o hotel como para suprir as necessidades das caldeiras das locomotivas a vapor da Companhia de Bonds Suburbanos da Mangueira. Quanto aos particulares, cada um cuidava de fazer a sua cacimba no terreno e dela retirava a água necessária ao consumo de sua residência. (Jornal do Rio Grande, 26 de janeiro de 1990, p.15)

FOTO 8 – Reservatório d’água

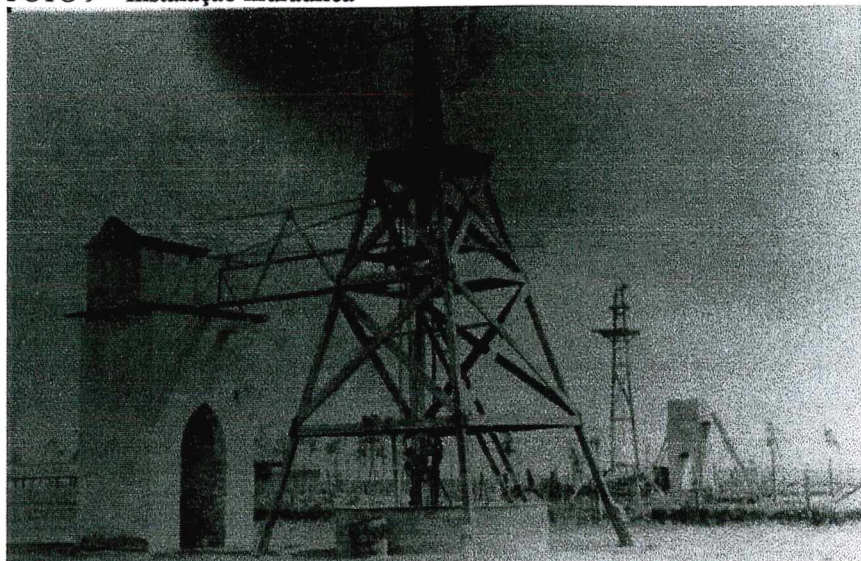


Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande.

A empresa foi mais longe quando instalou *“um grande poço revestido de tijollo com cataventos e bombas para manejo animal ou a vapor e um grande reservatório de material para distribuição d’água com os respectivos encanamentos e ramificações, localizado na rua Lisboa entre as ruas São José do Norte e Alegrete fazendo fundos com a rua Buenos Ayres.”*⁷⁰

⁷⁰ TRANSLADO DA ESCRITURA DE COMPRA DO BALNEÁRIO CASSINO, REALIZADA NO SEGUNDO TABELIONATO DE RIO GRANDE NO LIVRO DE NOTAS SOB O NÚMERO 165 FLS 51-54, EM 24 DE AGOSTO DE 1909, ARQUIVADO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FOTO 9 – Instalação hidráulica



Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande.

O cotidiano dos veranistas, habitantes, via de regra, dos casarões, incluía o banho de mar que ocorria normalmente nas primeiras horas de sol matinal sendo considerado um verdadeiro remédio para a saúde: *“Os banhos do Cassino são muitíssimo aconselhados pelos médicos para o melhoramento geral do corpo, sendo nos meses de abril e maio fortemente iodados.”*⁷¹

Em 1900 a Southern Rio Grande do Sul Railway, que mantinha a linha férrea entre Rio Grande e Bagé, adquiriu o ramal da “Costa do Mar”. O restante do acervo permaneceu com a Cia. Viação Riograndense, que, se encontrava em dificuldades financeiras na sua administração do transporte coletivo na cidade (bondes puxados por mulas) precisando leiloar seus bens.

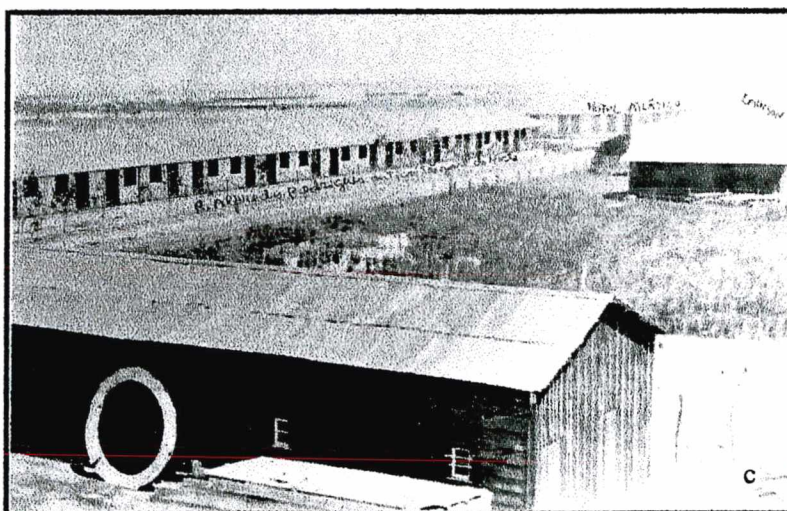
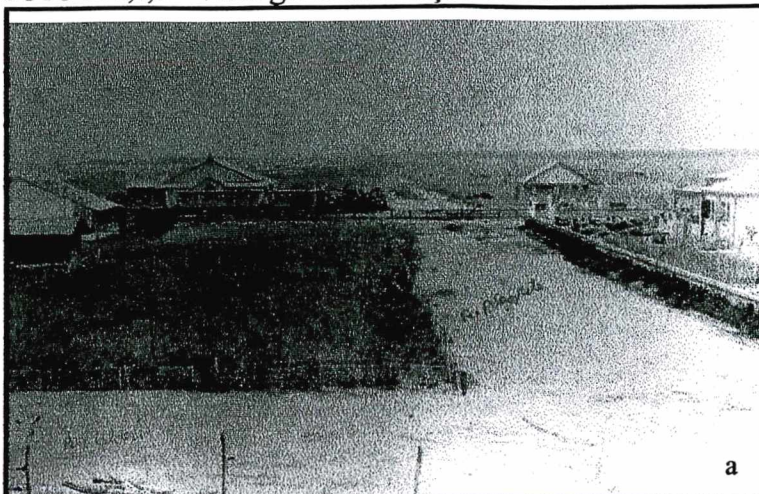
Em 1 de agosto de 1909 vendeu em leilão, por 80 contos de réis ao Cel. Augusto Cezar de Leivas, o estabelecimento balnear com hotel, quadra de casas, hidráulica, bondes puxados por burros etc. com todos os direitos e privilégios, inclusive das marinhas, e uma fração de campo com uma área de 665 ha 260m e 272 ½ quadras de terrenos dentro do perímetro da “Vila Siqueira”, com exclusão, apenas, dos lotes e casas já vendidos a terceiros.

⁷¹ PIMENTEL. op. cit., p. 37

Em 1913 o balneário é vendido a um uruguaio, Francisco Fontiriella, por cento e setenta e seis contos de réis, ou seja, em apenas quatro anos seu valor foi duplicado, mas como o comprador só conseguiu pagar a primeira parcela, o balneário retornou a seu antigo proprietário Cel. Leivas em 1915.

A organização inicial do balneário Cassino pode ser visualizada na foto 10(a,bec).

FOTO 10 a,b,c – Vista geral da estação balnear.



Fonte: Biblioteca Pública do Rio Grande.

O Cel. Leivas procurou imprimir novo vigor ao empreendimento e, em 1914, contratou o arquiteto C. Burlamaqui que ampliou o loteamento em cinco quadras de cada lado do eixo

inicial. Essa ampliação sofreu um novo desenho em 1917, com a criação de duas grandes praças como mostra a figura 4. O restante da área era ocupado com atividades pecuárias pelo próprio proprietário.

Em 1918, o Cel. Leivas lançou o manual “*Empresa Territorial e Constructora do Cassino*” para a venda de terrenos o qual salientava as vantagens oferecidas (concessões) pelo governo as praias de banhos:

“Todas as praias de banhos de mar na Europa, nos Estados Unidos, no Rio da Prata e mesmo no Brazil, como entre outras, as dos sumptuosos estabelecimentos de José Menino e Guarujá, em Santos, todos com organizações dispendiosas, gozam da protecção e favores dos governos, com concessões especiais nas tabellas de passagens nos vapores e estradas de ferro, isenção de impostos, garantias de juros e outros, convictos todos que concorrendo para incrementar e dar vida a essas Empresas, concorrem para a saúde e amor ao trabalho principaes elementos do progresso e engrandecimento dos povos.

Ninguém escurecerá a grande valorização que vão attingir os terrenos do Cassino(futuro centro florestal) com a projectada estrada de rodagem para aquella villa em via de construcção, com os melhoramentos materiaes em execução de esgotos e calçamentos, com o desenvolvimento do Rio Grande pela sua barra franca, com o seu porto completamente moderno, com a escala em breve dos luxuosos paquetes de ultramar e finalmente com a próxima inauguração do colossal frigorifico Swift.”⁷²

⁷² EMPRESA TERRITORIAL E CONSTRUCTORA DO CASINO. APROVADA E FISCALISADA PELO GOVERNO FEDERAL. Rio Grande, 1918, p. 4.

PLANTA DO ARRUAMENTO E LOTACÃO dos terrenos da VILLA SEQUEIRA (CASINO)

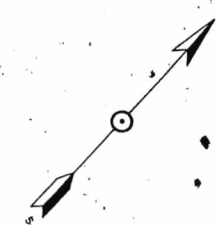
Propriedade do Coronel Augusto Cesar de Lencas
no distrito da Mangueira

Município do Rio Grande - Rio Grande do Sul - Est. Unidos do Brasil

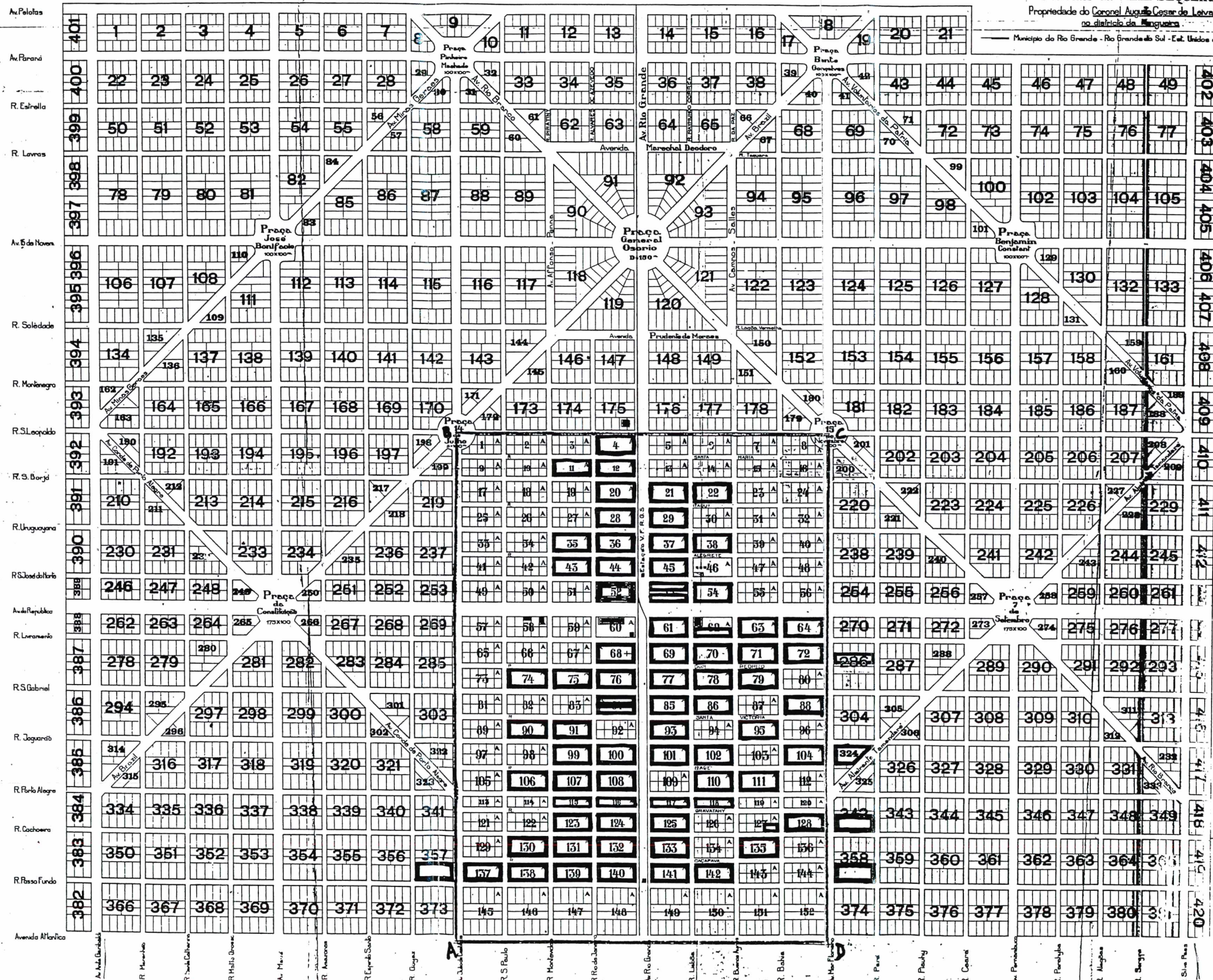
Legenda:

- EDIFICAÇÕES DA EMPRESA
- CORONEL LENCAS
- PARTICULARES - A.
- PARTICULARES - B.

ESCALA 1:10.000



ABCD = Perimetria excluída
da doação feita em
1956 como adiantamento
de legítima, por D. Maria
Lúcia Otero e o Sr. Carlos
Carlos Alberto de Otero
os filhos do casal.



OCEANO ATLANTICO

Desta fase inicial do balneário Cassino, ou seja, do seu planejamento às primeiras décadas do século XX, confirmamos o que VASCONCELOS⁷³ já havia observado, de que os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial e neste caso também nas primeiras décadas da República não correspondem aos atuais agentes de produção da cidade capitalista. Ele nos alerta para o fato de que o Estado enquanto agente modelador no período colonial se dedicava principalmente à realização de obras defensivas de cidades litorâneas e áreas fronteiriças do império colonial.

A cidade portuária do Rio Grande enquadra-se nestas duas categorias e o Estado nunca se descuidou de obras para defesa, ao perigo externo que ameaçava a antiga Província do Rio Grande do Sul, nem tampouco de investimentos em infra-estrutura em apoio às atividades econômicas. Em 1884 foi construída a linha férrea Rio Grande – Bagé, em 1918, foram concluídas as obras do Porto Novo e molhes norte e sul e, em 1923 foram realizados melhoramentos no Porto Velho.

As Câmaras Municipais tinham um papel importante podendo ceder, em favor de uma companhia ferroviária de particulares, o uso das marinhas para fundação de um balneário, que de forma indireta auxiliava na condução dos negócios da cidade.

O coronel Augusto Leivas implantou a navegação na Lagoa Mirim e propulsionou várias iniciativas em serviços públicos, tais como bondes, telefones, estradas de ferro e transportes marítimos⁷⁴ e ao comprar o Cassino em 1909 diversificou ainda mais seus negócios. Em 1918 fundou a Empresa Territorial e Constructora do Cassino e através de um manual para a venda de terrenos por meio de sorteio, incumbiu-se da venda e plantação de mudas de eucaliptos a preços “módicos” e incentivava as compras com os mais variados slogans de

⁷³ VASCONCELOS, Pedro de A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C. e CORRÊA, Roberto L. (org.). *EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 247.

⁷⁴ JORNAL DO RIO GRANDE. Edição especial de 26 / 01 / 1990, p. 5.

publicidade: *“Quem tem uma moradia vive em perenne alegria. O plantio do eucalypto é a riqueza dos terrenos no Casino”* ou *“O imóvel é a base da estabilidade da vida do homem. Os terrenos no Casino valerão dez vezes mais após a guerra”* ou ainda *“Esta vida é incerta e vã olha o dia de amanhã. Os frigoríficos do Rio Grande valorizam os terrenos no Casino.”*⁷⁵

Se tentarmos identificar os agentes modeladores do espaço incorporados pelo Cel. Leivas identificaremos o proprietário fundiário e o promotor imobiliário mas com certeza não corresponderia satisfatoriamente às especificidades e à complexidade desta sociedade pretérita, onde um homem de negócios geralmente envolvia-se com diferentes atividades o que hoje é pouco comum devido a grande tendência a especialização não só do território mas também das profissões .

Quando o Cel. Augusto Cezar Leivas faleceu em 1926 deixou em testamento os seus bens a Maria José Leivas Otero casada com Carlos Alberto Otero, que posteriormente repassou-os aos seus filhos, herdeiros hoje dos bens. Esta divisão da propriedade do balneário Cassino entre os herdeiros Otero fez com que mais tarde estes herdeiros fossem os principais loteadores do balneário até a atualidade.

Até meados da década de 30 ainda não existia o lazer organizado como uma forma de ocupar o tempo livre dos operários na cidade de Rio Grande e nos jornais da época esta palavra não foi encontrada, encontramos *“gozar de ar puro e passeios higiênicos, tônico para saúde para continuar a luta pela vida, recreio, aconchego para o cansaço, aprazíveis distrações, passeio etc”*. O lazer está ligado à regulamentação das relações de trabalho nos moldes capitalistas e as conquistas do operariado, como a redução da jornada de trabalho e o direito a férias que no Brasil só vai se realizar no transcorrer do governo de Vargas.

Após a Depressão Econômica Mundial de 1929-33 que atingiu a cafeeicultura, que era o

⁷⁵ EMPRESA TERRITORIAL E CONSTRUCTORA DO CASSINO: APROVADA E FISCALISADA PELO GOVERNO FEDERAL. Rio Grande, 1918, p. 1-17.

principal produto de exportação brasileiro, ocorreu uma conscientização mais clara dos problemas brasileiros com uma economia voltada fundamentalmente para o mercado externo.

Além disso a industrialização que se iniciou no final do século XIX proporcionou, ao longo dos anos vinte, um ambiente urbano mais complexo e independente da cultura agrária, surgiram novos grupos sociais, particularmente os primeiros núcleos proletários e os princípios da burguesia industrial, além de expandir-se bastante a classe média. Foi neste contexto que ocorreu a Revolução de 1930 que depôs Washington Luís.

Getúlio Vargas teve condições de encaminhar novas diretrizes governamentais, condenou o liberalismo econômico e, para contornar seus inconvenientes, exigia a reorganização dos mercados de capital e força de trabalho. O processo de integração do mercado nacional requeria a eliminação de barreiras para a livre movimentação do capital entre as regiões do país (impostos interestaduais, falta de infra-estrutura, unificação da legislação trabalhista etc) e a divulgação de uma ideologia que desse respaldo ao seu projeto de integrar o Brasil ao sistema capitalista mundial. Com esta finalidade durante o Estado Novo (1937- 45), quando foi suprimido o Legislativo, foram criados o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que juntos serviam para difundir valores, pautar condutas, ajustar os indivíduos ao ideário nacionalista da manutenção da ordem.

PESAVENTO nos alerta para o fato de que *“este quadro de exaltação cívica, de culto às virtudes morais e de incentivo a uma produção intelectual dirigida, contrastava com a liberalização do jogo nos cassinos e com os requintados shows de vedetes.”*⁷⁶

O fato é que o papel repressor das medidas adotadas durante o governo Vargas atingia muito mais às massas populares que deveriam se condicionar às novas regras de trabalho impostas pelo Modo de Produção Capitalista: *“Encarada como um instrumento de formação de massas, a educação no Estado Novo orienta-se para fazer das gerações de amanhã um*

⁷⁶ PESAVENTO, Sandra J. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991, p. 52.

tudo homogêneo e coeso, sabendo mandar e obedecer.”(Educação Física, n.24, 1938, R.J).
“Devem ser aperfeiçoados os valores dirigidos e criadores das elites e as aptidões produtoras das massas.” (Educação Física, n.ºs 62 e 69, 1942, R.J).⁷⁷

Quando o Modo de Produção Capitalista impõe as normas para distribuição de riquezas (com a divisão dos custos e apropriação individual dos lucros) e o contrato de trabalho “livre” como verdades absolutas, a sociedade começa a ser regida pelo tempo de trabalho estabelecido no contrato e passa então a valorizar o tempo livre como liberdade conquistada. Segundo LAFARGUE houve uma inversão: *“O tempo livre que sempre foi nos modos de produção anteriores um direito do trabalhador passou a ser considerado no Modo de Produção Capitalista um privilégio conquistado.”*⁷⁸

Aos poucos, o capitalismo criou a necessidade de consumo do tempo livre posto em prática através do lazer e da cultura de massas, patrocinado pelo Estado ou por aparelhos monopolizados da indústria cultural. Desta forma o lazer surge como uma forma de preencher o tempo livre dos operários. No Brasil quase que simultaneamente à regulamentação do lazer operário, no decorrer da década de 30, surgem inúmeros centros de recreação, parques infantis e o Serviço de Recreação Operária, instituições destinadas `a *“educação física e moral dos trabalhadores, cujo lazer estava à mercê das mais contraditórias influências, por vezes (...) nefastas e prejudiciais ao progresso do organismo social”* (Revista de Educação Física, n.º5, 1939). No Estado Novo, eram comuns na imprensa matérias como estas:

“Educação moral e física para eliminar os perigos do lazer: Criado o descanso para os trabalhadores, que vão eles fazer durante este tempo? O obreiro, diz-se, não possui nem a cultura, nem a mentalidade, nem o gosto das classes ricas, só pode dele fazer mau uso; tem-se visto, neste momento, a

⁷⁷ NOSSO SÉCULO. Memória fotográfica do século XX. São Paulo: Abril Cultural, v.12, 1980, p. 195.

⁷⁸ LAFARGUE, Paul. **O direito a preguiça**. São Paulo: Kairós, 1983, p. 30.

introdução do dia de 8 horas e da semana inglesa. (...) O obreiro e o empregado, encerrado em sua usina, no seu escritório ou sua loja, durante dias inteiros, que passa os seus momentos de descanso nas salas de espetáculos, dancings, cafés superlotados, para se divertir, não restabelece o equilíbrio, intoxica-se ainda mais. ” (Revista de Educação Física, nº 36, 1939)⁷⁹

A cidade do Rio Grande já concentrava um número expressivo de operários desde o final do século passado, suas reivindicações foram manifestadas nas greves de 1917 e 1918 e antes mesmo da década de 30 o tempo de folga cotidiano já estava separado do tempo de trabalho para aqueles que eram empregados na indústria ou comércio.

Para a população operária o dia de folga para ir ao balneário Cassino era o Domingo mas ainda não existia o lazer organizado como uma forma de ocupar o tempo livre do operário :

“Bonds Suburbanos da Mangueira: Satisfazendo o desejo manifestado pelo público (...) NOS DOMINGOS, DIAS FERIADOS OU SANTIFICADOS HAVERÁ UM TREM DE EXCURSÃO(...).(Diário do Rio Grande, 30 de janeiro de 1890) Vae em crescente aumento a afluência de banhistas desta cidade e de fora. (...) Hoje provavelmente, como é Domingo, a concorrência será ainda mais avultada, vista a natural afluência de excursionistas. Além dos dois trens ordinários, haverá um de excursão, a preço reduzido, as 12^{1/2} da tarde, partindo do Parque. (Diário do Rio Grande, 2 de março de 1890) Queremos ver é como se vai arranjar o Siqueira para transportar centenas de

⁷⁹ NOSSO SÉCULO. Memória fotográfica do século XX. São Paulo: Abril Cultural, v.12, 1980, p. 196.

peças que não naturalmente querer ir à costa
Domingo (Diário do Rio Grande, 15 março de 1890). ”

Os excursionistas, geralmente, passavam o dia na praia e retornavam à cidade do Rio Grande ou Pelotas ao anoitecer, contudo quem realmente aproveitava a longa estação de veraneio eram os proprietários de casas ou aqueles que tinham poder aquisitivo para ficar no Hotel Cassino (atualmente Hotel Atlântico) e com certeza não pertenciam à classe operária.

Mas no final da década de 30 observamos a primeira manifestação de lazer organizado, no balneário Cassino, pela Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A., que foi fundada em 1937 na cidade do Rio Grande, e neste período também estabeleceu a sua colônia de férias no balneário. A partir desta época, de forma lenta e gradual até a década de 50 e de forma mais intensa a partir da década de 60, o perfil dos veranistas começa a mudar, as elites das cidades de Rio Grande , Pelotas e campanha gaúcha foram cedendo espaço à classe média .

A previsão para a construção da estrada que ligaria Rio Grande ao balneário Cassino concretizou-se ao redor de 1927. Esta foi construída paralela à estrada de ferro por proprietários particulares, que culminou com a criação de uma Associação de Moradores do Cassino para a sua manutenção.

No final da década de 30 a rodovia Rio Grande- Cassino foi asfaltada, antes mesmo da rodovia Rio Grande-Pelotas, sendo uma das primeiras rodovias asfaltadas do Estado. O asfalto foi importado pela Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.

O transporte coletivo utilizado pelos riograndinos desde a fundação do balneário era o trem, mas a partir de 1939 com o asfaltamento da rodovia começaram a ser utilizados os ônibus e em 1963 os trens foram desativados.

Também no final da década de 30 surgiu um movimento de moradores do balneário Cassino, para instalação de uma linha telefônica ligando o balneário à cidade. Os interessados instalaram 26 telefones manuais no Cassino e uma cabina telefônica na rua Rio de Janeiro, para

atendimento ao público usuário, que permitia efetuar ligações para a cidade e outras localidades e no início da década de 40 a eletrificação é estendida ao balneário.⁸⁰

Após o conflito mundial o país é redemocratizado (reforma na Constituição, marcando eleições diretas; permissão para criação de partidos e anistia de presos políticos). Em 31 de janeiro de 1946 toma posse o gen. Eurico Dutra e neste mesmo ano em 30 de abril, através de um decreto presidencial, proíbe o jogo e ordena o fechamento dos cassinos em todo país. Com a proibição dos jogos feita pelo presidente Dutra o balneário sofreu um período de estagnação, assim caracterizado por MELLO: *“Foi uma bomba! O cassino do hotel desapareceu e a afluência de seus freqüentadores virou éter. O hotel que recusava hóspedes passou a não conseguir nem metade dos hóspedes. O prejuízo foi total. Para sobreviver, os apartamentos da periferia do hotel foram vendidos abaixo do preço e, mesmo assim, o Grupo vendeu o hotel.”*⁸¹

Este período de estagnação no balneário Cassino não foi ocasionado apenas pela proibição dos jogos, foi reflexo do início da decadência econômica de toda a Região Sul. Ao final da década de 40 o eixo das cidades de Pelotas e Rio Grande e campanha gaúcha, principais centro de desenvolvimento econômico da Região Sul, apresentavam o menor crescimento no total da Renda Interna do estado, como foi visto no capítulo anterior. E neste mesmo período inicia-se um grande número de aprovação de loteamentos particulares.

⁸⁰ PEREIRA, Gisela G. **O Processo de Ocupação do Solo no Núcleo do Balneário Cassino/Rio Grande - RS.** Rio Grande, 1993. Monografia (Curso de Bacharelado em Geografia), Departamento de Geociências. p.19

⁸¹ MELLO, Humberto C. P. **COLETÂNEA DE UMA VIDA.** Porto Alegre, 1996, p.72.

CAPÍTULO IV

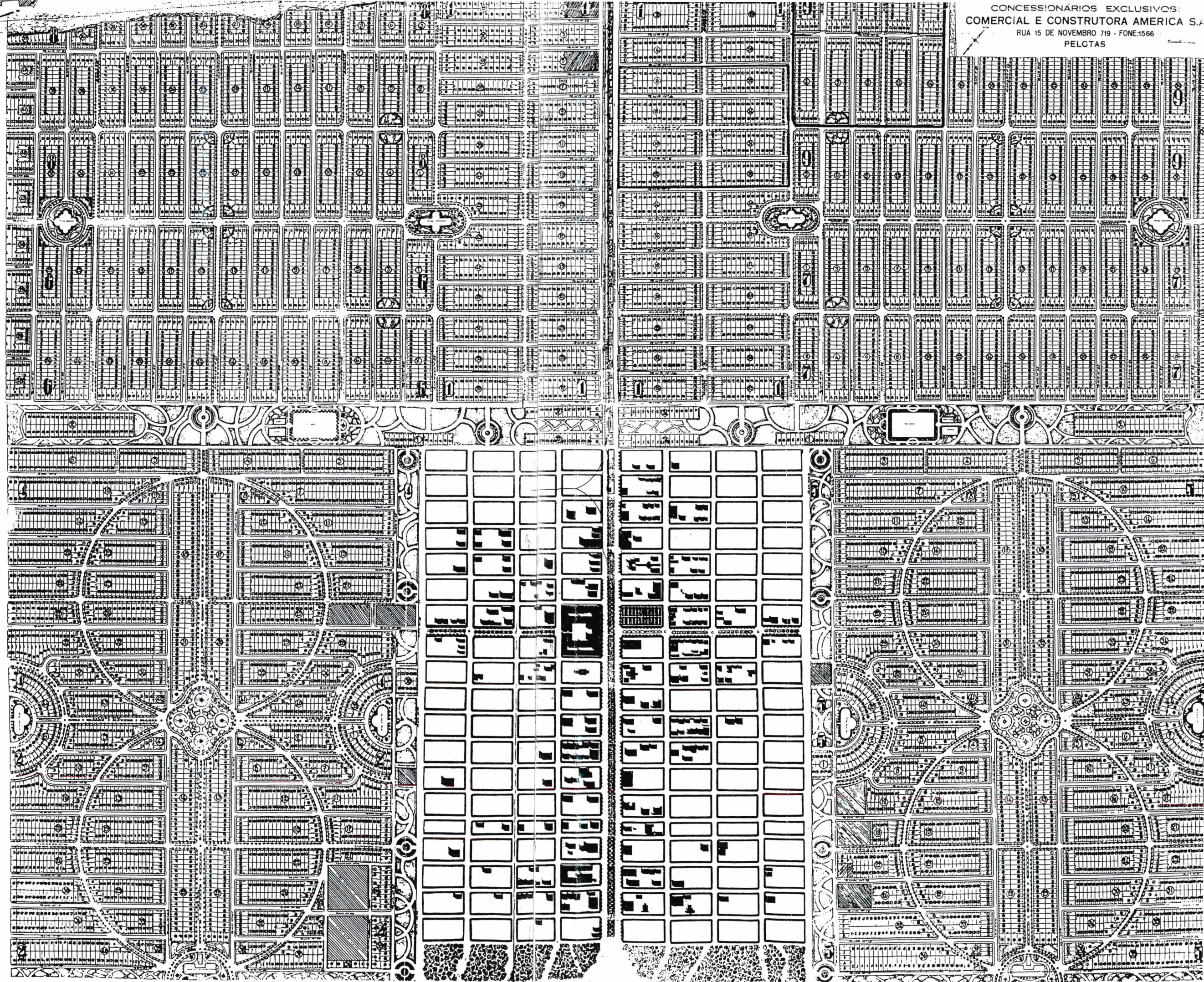
A Expansão do Balneário Cassino

4.1 – Loteamentos Particulares

Em 1957 os descendentes do Cel. Leivas , representados por Maria José Leivas Otero conseguem a aprovação do projeto de Loteamento Cidade Balneário do Cassino pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, este propunha, também, o reloteamento da área lançada em 1917.

O núcleo inicial ocupou 114 ha da área destinada em 1889, dos 720 ha.. Os 606 ha que restaram da área foram trabalhados tendo em vista as concepções urbanísticas de planejamento existentes na época: cidades jardins. A empresa contratada pela família Otero, a Comercial e Construtora América SA. reformulou o traçado de ruas e o projeto paisagístico, além de incluir aos 152 lotes (quadras) originais, de 50x100, mais 11.188 lotes, com área mínima de 300m² e testada não inferior a 10m . Para conciliar o novo traçado com o antigo, ao redor do núcleo inicial foi criado um “cinturão verde”. O Memorial Descritivo que acompanha o projeto coloca entre seus objetivos os de dotar o balneário de comodidades condizentes com sua função, prevendo áreas verdes, de recreação, estacionamento, logradouros de distribuição e centralização, áreas reservadas para construção de hotéis, clubes e parques. O loteamento Cidade Balneário do Cassino não abrangeu as faixas de marinha, pois a prefeitura as excluiu entendendo que eram áreas de patrimônio do Domínio da União, passando ela mesma a administrá-la.⁸² A planta aprovada pela Prefeitura Municipal em 1957 e que vigora até o presente momento pode ser visualizado na figura 5.

⁸² SALVATORI, E. ; HABIAGA, L. A. G. P. ; THORMANN, M.C. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.51, n. 1,1989, p.46.



CIDADE BALNEÁRIA
DO
CASSINO

UM EMPREENDIMENTO DA
COMERCIAL E CONSTRUTORA
AMERICA S.A.

RUA 15 DE NOVEMBRO 719 - FONE:1566
PELOTAS

Na cidade do Rio Grande, entre os anos de 1950 e 1964 houve um grande número de aprovações de loteamentos ao longo da rodovia RS 734 que liga a cidade ao balneário Cassino, e no balneário propriamente dito.

Tal fato está vinculado às facilidades previstas na legislação brasileira cujo Decreto de Lei nº 58, editado em 10/12/1937, dispõe sobre o parcelamento urbano: loteamentos e desmembramentos, garantindo segurança nas transações sobre o parcelamento do solo, mas não definindo o conteúdo urbanístico, nem sanções aos loteamentos irregulares. De acordo com esta lei os requisitos de ordem urbanística para os loteamentos urbanos ficavam a cargo das prefeituras municipais e não acarretavam nenhuma penalidade aos infratores de suas disposições, o que permitiu a proliferação dos denominados loteamentos clandestinos em todo país.

As facilidades para aprovação de loteamentos só foram alteradas em 1979, quando o fracionamento de terras urbanas que é realizado via operações de parcelamento do solo⁸³, passa a ter de submeter-se à Lei Federal nº 6.766/79.

A abertura de uma estrada de ferro seguida da criação do balneário Cassino em 1890 e posteriormente uma estrada de rodagem, aliadas às facilidades proporcionadas pela Lei de 1937, valorizaram as áreas próximas, tornando uma atividade rentável o parcelamento do solo, via loteamentos, e a transformação da terra rural em urbana, principalmente a partir de 1950, devido às perspectivas de uma maior integração rodoviária entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

⁸³ O parcelamento do solo para fins urbanos é realizado através de desmembramento ou loteamento, conforme regula a Lei nº 6.766/79 na qual se baseou o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Rio Grande aprovado em 03/11/1986. Considera-se **loteamento** a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação de vias existentes, enquanto que, **desmembramento** é a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de vias de circulação, logradouros públicos, nem prolongamento ou ampliação dos já existentes.

Tabela 4 -Loteamentos no Balneário Cassino (Período de 1949 - 1961)

Data	Nome	Proprietário	ÁreaTotal m ²	nº Lotes	nº Quadras
1949	Balneário Parque Cassino*	Particular		303	22
1949	Stela Maris	Particular	310 Sítios**	804	70
1952	El Aduar *	Particular	4.416.629	4.752	316
1953	Querência	Particular	2.720.000	2.542	84
1953	Viação Férrea	Viação Férrea	110.000	360	22
1954	Balneário Olimpo *	Particular	2.970.000		
1956	Princesa do Sul	Particular		545	
1958	Cidade Balneário Cassino	Particular	6.069.370	11.118	355
1958	Praia Monte Carlo *	Particular	428.075	907	
1960	Parque Guanabara	Particular	557.918	112	56
1961	Balneário Mar Azul	Mitra Dioces.de Pelotas	3.108.000	875chácaras**	69
1961	Pedro C. Farias	Particular	29.294		

* Loteamentos não Implantados.

** Dados insuficientes para determinar-se o equivalente a área de um sítio em m², e o número de lotes que corresponde a uma chácara.

Fonte: SALVATORI. 1989, p. 60. Organizado por Maria Terezinha G. Pinheiro.

A década de 50 foi decisiva para o avanço do transporte rodoviário no Brasil e o Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem, (D. A. E. R), criado em 1937, segundo ROCHE (1969/69) *“diminuiu um pouco sua ação durante a segunda guerra mundial, mas a partir de 1945 o D.A.E.R. continuou estendendo as estradas, em conexão com o plano federal de estradas que ligou o Rio Grande do Sul ao resto do Brasil, devido aos créditos do Estado e da União - Fundo Nacional.”*

Os jornais da época, tanto da capital do estado como do interior, relatam as grandes expectativas geradas pelos estudos realizados para viabilizar a construção de uma rodovia que ligasse a fronteira do Uruguai com o Brasil.

Esta possível ligação rodoviária serviu de campanha publicitária para a venda de terrenos no Loteamento Cidade Balneário da Querência, localizado no balneário Cassino. De acordo com as informações do Jornal Diário de Notícias do Rio Grande 13/02/1951 e Correio do Povo 11/04/1954 era prevista a construção de uma rodovia “Pan Americana” que ligaria o Chui à estrada Rio Grande-Pelotas, como também o aproveitamento turístico do litoral sul

riograndense, na zona compreendida entre a barra do Rio Grande e a fronteira do Chui, numa extensão de 220 Km que segundo a reportagem seria apta para o tráfego de veículos.

“O Balneário Cassino está localizado em uma zona privilegiada pelo clima e pelas extraordinárias condições de praia. (...) ligada ao turismo externo pela magnífica correnteza que aproxima o Chui de Montevideu em menos de seis horas de automóvel e Punta del Este, em três horas. Será em futuro bem próximo servida, também, pela “Via Saint Hilaire” braço da grande Rodovia Pan Americana, em que ligará o Chui à estrada Rio Grande – Pelotas.

Vem sendo executado um vasto planejamento para o aproveitamento turístico do litoral sul-riograndense, na zona compreendida entre a barra do Rio Grande e a fronteira do Chui.

O que se planeja é um prolongamento em território brasileiro do vasto balneário uruguaio, que começando no aristocrático balneário de Carrasco, em Montevideu, se estende num colar maravilhoso e sucessivo por uma extensão de 340 quilômetros até o balneário de Coronilla, na nossa fronteira meridional. Nessa faixa levantaram os nossos irmãos do Uruguai, nesses últimos 30 anos, uma centena de magníficos hotéis de turismo, hoje ponto de convergência de cada vez mais intercâmbio turístico internacional.”

O desejo de facilitar o acesso de Uruguaios ao balneário Cassino só foi concretizado em 1969 com a inauguração da rodovia Silva Paes (BR 471), mas como já foi colocado, serviu de atrativo na década de 50 para implantação de loteamentos no balneário Cassino.

De acordo com a campanha publicitária realizada pelo Correio do Povo em 11 de abril de 1954 o loteamento Cidade Balneário da Querência foi planejado seguindo as concepções urbanísticas do que havia de mais moderno na época :

“No mais belo litoral do Rio Grande do Sul, a 1500 metros da praia do Cassino, em Rio Grande encontra-se adiantada fase de construção a cidade balneário Querência - Luxuoso hotel, cinema, teatro, hospitais e armazéns para as mais completas condições de conforto - Obedece o seu planejamento o rigor da técnica moderna das cidades-jardins, desde o traçado amplo das suas avenidas, sua simétrica arborização, até o deslumbrante parque do balneário Querência.”

O projeto Querência possuía diversas especificidades como divisão de quadras para os veranistas, de acordo com a sua cidade de origem, o nome das ruas eram evocativos da tradição gaúcha, da sua história, de lendas ou feitos “gloriosos” pois pretendiam criar um ambiente *“tipicamente gauchesco, tentando relembrar as velhas “querências gauchescas” acolhedoras, hospitaleiras e simples.”*

A Companhia Nacional de Melhoramentos e Colonização (CMC. Ltda) construiu o hotel e moradias e colocou a infra-estrutura necessária ao loteamento e até o início da década de 60 movimentou o balneário Querência com um cassino, mesmo com a proibição dos jogos desde 1946 em todo território nacional. O restante do projeto constava da construção de um teatro, cinema, mercado e rodoviária, porém não foi realizado.

A observação conjunta das figuras 6 e 7 ou seja, do folheto de divulgação e da planta do Loteamento Cidade Balneário da Querência permitem uma melhor compreensão das vantagens oferecidas pela Companhia Nacional de Melhoramentos em sua campanha para venda de terrenos.

Na mais linda praia do Sul
a mais moderna cidade
Balneária do Brasil!

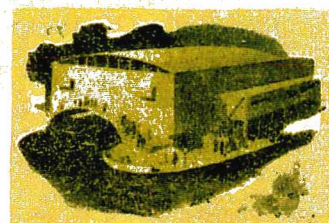
Cidade Balneária QUERÊNCIA



TEATRO



CINEMA



RODOVIARIA



MERCADO

*Reserve para si um pedaço autêntico da mais nativa
terra do Rio Grande, numa cidade nova, sombreada
e acolhedora como as nossas ligueiras patriarcais*

LOTES A PARTIR DE CR\$ 30.000,00

10% DE ENTRADA - DENTRO DE 60 DIAS MAIS 10%
O RESTANTE, EM 40 PAGAMENTOS MENSÁIS
DESDE CR\$ 600,00



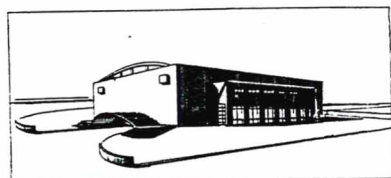
SOCIEDADE DE MELHORAMENTOS E CONSTRUÇÕES C.M.C. LTDA.

RUA MARECHAL FLORIANO N.º 132 - RIO GRANDE - RIO GRANDE DO SUL

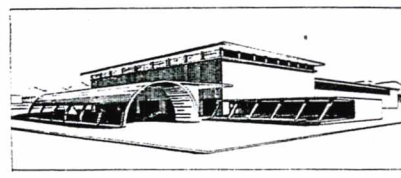
CIDADE BALNEÁRIA QUERÊNCIA

CASSINO

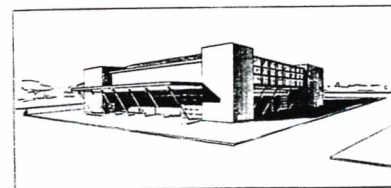
LUIZ JULIANO



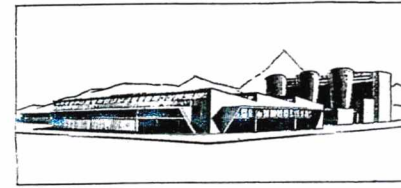
RODOVIÁRIA



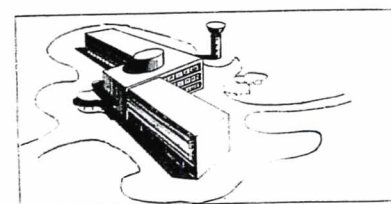
MERCADO



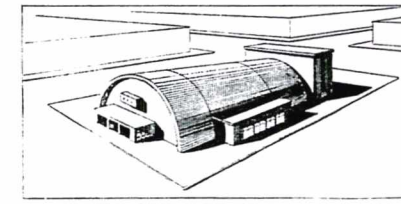
TEATRO



SILOS E ARMAZENS



HOSPITAL



CINEMA

LUIZ JULIANO E OUTROS

SOCIEDADE DE MELHORAMENTOS E CONSTRUÇÕES C. M. C. LTDA.

RUA MARECHAL FLORIANO N. 132 — CIDADE DE RIO GRANDE

RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 120 — 8.º ANDAR — SÃO PAULO

As instalações para os jogos podem ser vistas atualmente como uma “cidade fantasma” e para se chegar a ela passa-se por um corredor cercado de eucaliptos, onde ao final existe um amplo casarão envidraçado e ainda bem conservado pelos cuidados do zelador, que lembra com riqueza de detalhes o tempo em que trabalhava no movimentado casino da Querência, dando a impressão de que logo mais o “jogo continua”. No pátio existem várias casas construídas pela CMC., algumas servindo como local de moradia e comércio mas a grande maioria das casas encontram-se atualmente abandonadas .

Ao lado do loteamento Cidade Balneário da Querência existe um parcelamento ilegal,⁸⁴ em área de marinha, que também é denominado de Querência, e onde uma parte foi legalizada por contar com infra-estrutura e ter sido repassada da marinha para o município, mas a parte não legalizada não possui água nem luz e muitas casas têm de ser abandonadas pela invasão das dunas móveis sendo considerada como ocupação clandestina.⁸⁵

Embora seja desprovido de infra-estrutura o loteamento Stela Maris, localizado a aproximadamente 6 Km do antigo prédio da estação férrea da praia do Cassino cujo proprietário é o Sr. Pedro Lorival Costa, mantém-se independentemente, pois conta com geradores próprios que fornecem luz e, para a captação de água, é utilizado motor à gasolina . Os sítios que foram vendidos possuem construções de casas de veraneio de boa qualidade mas o loteamento está pouco ocupado em relação ao número de sítios aprovados (310). O mesmo proprietário conseguiu a aprovação em 1952 do loteamento El Aduar, localizado a 15 Km da estação férrea do Cassino, mas não conseguiu implantar porque a construção foi aterrada pelo avanço de dunas móveis .

O loteamento Parque Guanabara de propriedade do Sr. João Juliano aprovado em

⁸⁴ O ante projeto de Lei Municipal que dispõe sobre a regularização de loteamentos ou condomínios irregulares em terrenos de propriedade do Município, do Estado, da União ou de particulares em desconformidade com a Lei 4116 de 03.11.86 do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, considera como Parcelamentos Ilegais as ocupações provenientes de loteamentos ilegais, nas mais diversas formas de ilícitos. Os parcelamentos Ilegais, na sua maioria apresentam condições de serem regularizados, pelo fato de estarem beneficiados com rede de distribuição de água, rede de energia elétrica e vias de comunicações devidamente alinhadas e harmonizadas com a malha viária do Município.

⁸⁵ Idem : Ocupação Clandestina segundo o ante projeto de Lei Municipal são áreas que não oferecem condições de saúde para seus ocupantes, visto não serem beneficiadas por saneamento básico e situarem-se em terrenos alagadiços.

1960, só foi implantado em 1980 e como ele é anterior à Lei 6766/79 que prevê punição para os loteadores que não executarem as obras de urbanização exigidas para o registro imobiliário, somente foi solicitado à Prefeitura Municipal do Rio Grande o desmembramento, livrando-se assim dos custos com infra-estrutura. Os desmembramentos, como já foi colocado, são operações de parcelamentos não configuradoras de loteamento, genericamente tratados no âmbito da Prefeitura Municipal do Rio Grande como desdobramentos. No loteamento Parque Guanabara os lotes foram vendidos sem nenhuma infra-estrutura, apenas com as ruas abertas, e as pessoas que compraram os lotes tiveram que se reunir em uma Associação de Moradores para, desta forma, pressionar o poder público municipal a instalar luz e água.

O mesmo não aconteceu com o loteamento Balneário Parque Cassino, aprovado em 1949, que tem como proprietários os Srs. Guilherme Shultz Filho e Uyracara B. Costa, que mesmo não estando sujeito à Lei do Parcelamento do Solo Urbano (1979), optaram por colocar toda a infra-estrutura necessária para tornar habitável o espaço para aqueles que ali iriam residir, valorizando desta forma os lotes que foram colocados à venda em 1997. Mas é interessante observar que, a expansão da rede de energia elétrica e água já passavam próximas a este loteamento, devido às reivindicações dos moradores do Parcelamento Ilegal da Querência e do Parque Guanabara.

As operações de parcelamento do solo não são necessariamente feitas em áreas contíguas ao traçado urbano, assim, podem existir glebas de terras não loteadas situadas na malha urbana ou em suas bordas, que parceladas num período posterior, são objetos de maior valorização fundiária.

Os loteamentos particulares lançados no Balneário Cassino do final da década de 40 até o início da década de 60 constituíram claramente estoques de terra, uma vez que, dos doze loteamentos aprovados apenas sete foram implantados: o loteamento Cidade Balneário do Cassino, antiga Vila Siqueira, que deu origem à estação balnear e cinco loteamentos anexos: o

estas preços mais elevados.⁸⁶ No caso de um balneário interfere ainda uma renda diferencial mais elevada, devido as amenidades físicas proporcionadas pela proximidade do mar.

4.2 – Loteamentos realizados pela Prefeitura Municipal

Na década de 60 a ação dos grupos sociais excluídos faz-se visível na paisagem, com as ocupações clandestinas em áreas de domínio da União no balneário Cassino.

Ao final da década de 50, com o fechamento do frigorífico da Swift em Rio Grande, ocorre um elevado número de desemprego, agravando os problemas sociais já existentes. As consequências desse fechamento se fizeram sentir nos anos 60, coincidindo, nessa década, com a crise na indústria têxtil, envolvendo a Cia. União Fabril (ex. Rheingantz & Vater) e Fábrica Nova, depois Hering.

Até a década de 50, o problema habitacional para o operariado era resolvido através da construção de vilas de aluguel pela iniciativa privada e entidades de classe, próximas às indústrias e à viação férrea, solução esta que os operários na década de 60 já não podiam mais contar. Desta forma, muitos operários desempregados, para sobreviver à crise econômica e resolver o problema de moradia, mudaram-se para o balneário Cassino e dedicaram-se à pesca artesanal. Deste período, datam as ocupações clandestinas na faixa de marinha do balneário Cassino, denunciando os reflexos sociais da estagnação econômica da Cidade do Rio Grande.

Como já foi colocado, a Prefeitura Municipal do Rio Grande ao aprovar a planta do loteamento Cidade Balneário do Cassino em 1957 não permitiu que esta abrangesse as faixas de marinha (ver Figura 9). Foi nestas áreas de domínio da União que ocorreram as ocupações clandestinas, como nos comprova o documento redigido pela família Leivas em 1966, que, interessada em reaver o domínio sobre a faixa de marinha, acusava a criação de uma verdadeira favela, pois a população assentada era de extrema pobreza.

⁸⁶ CORRÊA, Roberto L. *O Espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989, p.12.

CIDADE BALNEÁRIA DO CASSINO

LEGENDAS

■	AUGUSTO
■	DOLORES
■	BLUMBERTH
■	FRANCISCO
■	JONAS
■	NEZA
■	VIVIANE
■	VENDIDOS - até 30.09.95
■	VENDIDOS - a partir de 01.10.95

HORTO

CAMPING

EMBRATEL

CIDADE BALNEÁRIA DO CASSINO
DISTRITO DA MANGUEIRA MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
CONCESSIONÁRIOS EXCLUSIVOS:
COMERCIAL E CONSTRUTORA AMÉRICA S.A.
RUA 15 DE NOVEMBRO 719 - FONE 1566
PELCAS

Simultaneamente, a frequência das visitas de riograndinos ao balneário começava a aumentar não só pela difusão do automóvel como meio de transporte devido à produção nacional de carros desde a década de 50, como também pela degradação ambiental da cidade do Rio Grande e o crescente número de ocupações clandestinas em áreas antes destinadas ao lazer.

Sendo assim, ganharam importância deslocamentos de fins de semana e feriados, tanto em tempo de temporada como fora da temporada e a maioria das ocupações clandestinas em áreas de marinha no balneário, feita por pescadores artesanais e outras categorias profissionais de baixa renda foi substituída por pessoas pertencentes à classe média.

As áreas de marinha foram rapidamente sendo ocupadas na década de 60, mas o perímetro urbano do Loteamento Cidade Balneário do Cassino ainda estava pouco ocupado com moradias de veraneio e reservava áreas para criação de gado, gerando para a herdeira Maria José Leivas Otero dúvidas à respeito da legalidade da venda de lotes, já que os proprietários inscreveram a “granja Cel. Leivas” junto ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) conforme o documento enviado em 28 de agosto de 1969 :

“(...) Da área total da fazenda, hoje remanescem 620 hectares. Neles prossegue até hoje a criação de gado leiteiro (450 cabeças). Continua também a venda de terrenos, segundo a planta aprovada pela Intendência em 1917. Essa planta foi modernizada em 1957,(...) . Dest’arte, a propriedade é, em essência, uma granja agro- pecuária em lento desmembramento. À medida que a vila cresce, o aramado recua. (...) Por muitos anos haverá campo onde pastarão as vacas, pois, só no perímetro urbano da vila existem ainda 20 hectares de pastizal, inclusive os currais de banheiro carrapaticida . Quando surgiu o IBRA, os proprietários da granja inscreveram-na como determina a lei. Recentemente

porém surgiu a dúvida: a venda de lotes não é proibida pelo IBRA, tratando-se, como se trata, de uma granja?”

A ocupação, através da comercialização de lotes para construções de veraneio, deu-se de forma lenta no Loteamento Cidade Balneária do Cassino até a década de 70, posto que nem o perímetro urbano do loteamento havia sido completamente ocupado, como nos confirma o mapeamento aérofotogramétrico realizado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande em 1974.

4.2.1- Expansão da infra-estrutura do complexo portuário industrial para o Cassino-década de 70

No início da década de 70 ocorre na cidade do Rio Grande a transformação da área portuária em grande terminal marítimo, nele desembocando os corredores de exportação da produção gaúcha. A implantação de infra-estrutura para atender a todo o complexo industrial e portuário proposto foi estendida à cidade e ao balneário Cassino. Com isto, foram resolvidos vários problemas no balneário, entre eles o de eletricidade, com a instalação da subestação da CEEE; o abastecimento de água com a ampliação da adutora e a automatização do sistema de telefones, trazendo estes melhoramentos maior comodidade para os veranistas.

Aliado aos benefícios de investimentos feitos em larga escala pela construção do Superporto e distrito industrial, ocorre o repasse de terras da União para a prefeitura em 1974.

Assim, a municipalidade vai empenhar-se na regularização das ocupações clandestinas, ordenando, na medida do possível, as quadras irregulares e criando quadras mais próximas à praia com a intenção de que os proprietários fizessem moradias de melhor qualidade e com a frente das casas para a praia.

Outra preocupação da Prefeitura Municipal do Rio Grande era a criação e

comercialização de loteamentos em áreas de marinha. E para alcançar tais objetivos, em 1978, foi criado um órgão administrativo: a Autarquia do Balneário Cassino (ABC).

A Autarquia do Balneário Cassino implantou vários loteamentos do final da década de 70 até o final da década de 80.

TABELA 5 - Loteamentos Realizados pela PMRG e ABC

Data	Nome	Área Total m²	Nº de Lotes	Nº de Quadras
1979	ABC I	120.818,91	230	15
	ABC II	84.127,46	155	12
	ABC III	119.417,75	284	20
1979	Praião (PMRG)	192.000		
1980	ABC IV	78.541,53	113	11
1980	Costa do Sol (PMRG)	51.300		
1981	ABC V		190	15
1983	ABC VI		109	06
1984	ABC VII	178.177,51	445	12
1987	ABC VIII	76.692,00	144	08
1987	ABC IX	466.008,00	675	43
1987	ABC X	607.600,00	980	56

PMRG - Prefeitura Municipal do Rio Grande

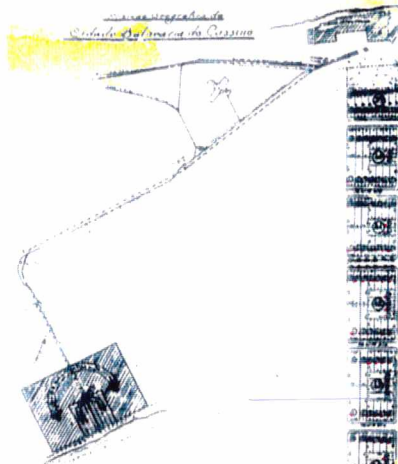
ABC - Autarquia do Balneário Cassino

Fonte: SALVATORI. 1989, p. 60. Organizado por Maria Terezinha G. Pinheiro.

De acordo com o levantamento aerofotogramétrico realizado em 1974 as áreas de marinha, que foram tomadas por ocupações clandestinas, correspondem aos loteamentos que foram posteriormente regularizados; os ABC(s) I , II , III , IV , V , VI , VII .

A área que foi regulamentada e os loteamentos realizados pela Autarquia do Balneário Cassino pode ser visualizada na figura 10.

Em 1979 foi regulamentada a situação dos loteamentos ABC I , II e III e neste mesmo ano foi aprovado o loteamento Praião, sendo criadas duas novas quadras e abertas as ruas Maria Araújo e Beira Mar, fazendo com que o limite das construções avançasse em direção ao oceano. No ano seguinte foi organizada e regulamentada a ocupação clandestina que corresponde ao ABC IV e aprovado o loteamento Costa do Sul dando continuidade às ruas Maria Araújo e Beira Mar.



CIDADE BALNEÁRIA DO CASSINO
DISTRITO DA MANGUEIRA MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
CONCESSIONÁRIOS EXCLUSIVOS:
COMERCIAL E CONSTRUTORA AMÉRICA S.A.
RUA 15 DE NOVEMBRO 719 - FONE 1566
PELC-TAS

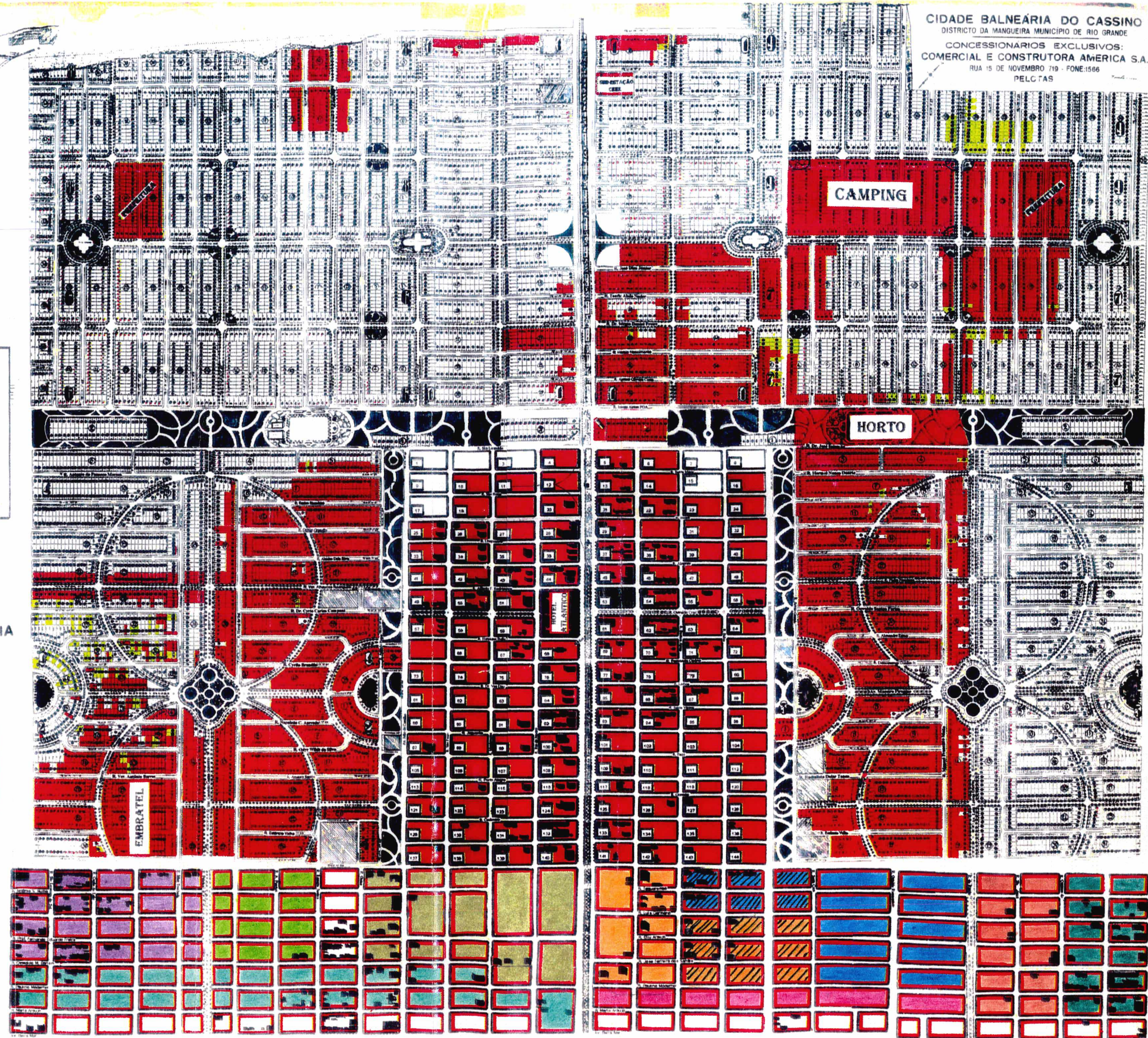
LEGENDAS

- AUGUSTO
- DOLORES
- ELISABETH
- FRANCISCO
- JONAS
- NIZIA
- VIVIANE
- VENDIDOS - até 30.09.95
- VENDIDOS - a partir de 01.10.95

CIDADE BALNEÁRIA DO CASSINO

Loteamentos realizados pela
PMRG e ABC (1979 - 1987)

- ABC I
- ABC II
- ABC III
- PRAIÃO
- ABC IV
- COSTA DO SUL
- ABC V
- ABC VI
- ABC VII
- ABC VIII
- ABC IX



A ocupação clandestina que corresponde ao loteamento ABC V foi regulamentada em 1981, aquela que corresponde ao ABC VI, em 1983 e a ocupação que corresponde ao ABC VII foi regulamentada em 1984 sendo os lotes não ocupados colocados à venda .

Os loteamentos ABC(s) VIII , IX e X foram aprovados em 1987, tendo sido todos os terrenos comercializados, sendo que o loteamento ABC X ainda não foi implantado.

A Autarquia do Balneário Cassino conseguiu atingir seus objetivos de regulamentar as ocupações clandestinas em áreas de marinha e de criar novos loteamentos onde as construções fossem de melhor qualidade e com a frente das casas para a praia, mas isto não alterou a preferência por moradias próximas ou na Av. Rio Grande, continuando estas a serem as mais valorizadas principalmente pelo comércio.

Segundo o Superintendente Renato Lampeck, com a regularização dos terrenos que haviam sido invadidos nesta faixa de área de marinha de 3 Km, e com os demais terrenos dessa área, que a União concedeu ao município e que foram comercializados tornou-se a Autarquia independente financeiramente da Prefeitura do Rio Grande e toda a arrecadação proveniente dessa comercialização foi aplicada no próprio Balneário Cassino .

De acordo com a reportagem publicada pela Revista Viaje em 1983:

“O ex-vereador Renato Lempeck ao assumir a autarquia tratou de torná-la independente financeiramente da Prefeitura do Rio Grande. Por isso, uma das primeiras medidas que tomou foi regularizar a situação dos terrenos que haviam sido invadidos numa faixa de área de marinha de 3Km. Os demais terrenos dessa área, que a União concedeu ao município, foram comercializados. E toda arrecadação proveniente dessa comercialização foi aplicada no próprio Cassino. Com recursos à mão, Lempeck começou a mudar a paisagem do Cassino.

Entre outras coisas construiu uma rodoviária nova, a Avenida Atlântica, com meio fio, playground e pista de bicicross. Além disso, instalou equipamentos comunitários que consistem de Corpo de Bombeiros, Hospital de Pronto Socorro, um posto da Brigada Militar, uma creche e um calçadão na rua Eliu Araújo e mais cinco praças .(...)

E pensando no futuro, a administração da ABC conseguiu junto ao patrimônio da União-SPU mais de 2 milhões de m² de área, cuja comercialização dará vida à ABC por mais 15 anos.”

A partir da década de 60 a Prefeitura Municipal do Rio Grande começou a interessar-se pelo Balneário Cassino e a intervir nas ocupações clandestinas em áreas de marinha, direcionando e organizando este espaço que passou a ser de sua competência a partir de 1974 .

Quando as áreas de marinha, efetivamente, passam para a municipalidade esta intensifica sua ação exercendo através da Autarquia do Balneário Cassino as funções de proprietário fundiário, agente imobiliário e agente de regulação do uso do solo confirmando o que Roberto Lobato Corrêa já havia colocado sobre como : *“O Estado pode atuar diretamente como grande industrial, consumidor do espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos.”*⁸⁷

Durante a década de 80 a arrecadação proveniente da comercialização dos terrenos que a União concedeu ao município foi aplicada no Cassino e o balneário começou a “mudar sua paisagem” não só pelas melhorias realizadas pela Autarquia, como foi colocado pela reportagem publicada pela revista Viaje já citada, mas principalmente pela crescente

⁸⁷ CORRÊA, op. Cit. , p. 24.

valorização das áreas litorâneas de lazer .

O balneário Cassino foi se expandindo horizontalmente, tanto com a ocupação dos loteamentos particulares, implantados na década de 50, como com a ocupação dos loteamentos realizados pela Autarquia do Balneário Cassino na década de 80.

As construções predominantes no balneário são térreas e a maioria dos prédios de apartamentos não ultrapassam três andares, destacam-se na paisagem os poucos prédios com cinco pavimentos ao longo da avenida principal, a Av. Rio Grande e nas avenidas Atlântica e Beira Mar.

Segundo o Sr. Jonas Otero (um dos herdeiros do loteamento cidade Balneário do Cassino), o balneário não se verticalizou pelos seguintes motivos:

“Nós temos um projeto, que vem desde o início de 11.000 lotes dos quais nós comercializamos menos da metade, existem ainda 6.000 lotes para serem comercializados então não há porque se estimular o desenvolvimento de grandes prédios, quando você ainda tem grandes áreas para serem ocupadas.

O que, às vezes ocorre, é a derrubada de prédios antigos devido à especulação imobiliária, isto é natural que ocorra, pois a construção de prédios novos permite uma ocupação maior da área . Onde tinha um casarão que dava para dez pessoas as construtoras colocam um conjunto de apartamentos que dá para dez famílias.

Economicamente é vantajoso para as construtoras porque os casarões estão localizados na Av. Rio Grande ou ruas secundárias onde o ponto é mais comercial e para os proprietários por questões econômicas: manutenção das casas; segurança e também por uma questão de tempo já que esses proprietários não dispõe mais de 30 dias para veraneio,

no máximo 15 dias, sendo assim, torna-se vantajoso a venda das casas, mas alguns casarões foram tombados.”⁸⁸

Os prédios de apartamentos localizados na Av. Rio Grande, principalmente a partir do final da década de 80, estão substituindo antigos “casarões” e anunciando mudanças nos padrões de uso originadas por um novo agente na disputa pelo espaço urbano o incorporador.

O incorporador é a figura que centraliza todas as atividades envolvidas na produção de imóveis: compra a terra, planeja o empreendimento, busca financiamento para produção e comercialização e contrata ou é dono de uma empresa construtora visando ao lucro.

No caso da substituição de casarões por prédios de apartamentos ocorre um sobre lucro de localização que RIBEIRO nos esclarece que surge quando o incorporador consegue comprar o terreno por um preço estabelecido por um determinado uso, para nele realizar um empreendimento que permite um uso mais rentável.⁸⁹

Esta substituição dos casarões por prédios de apartamentos vem ocorrendo de forma lenta e com atraso se comparada com outros balneários (Santos, Torres) . Além da grande oferta de lotes e do menor tempo de veraneio, acrescentamos como motivo a perda de interesse, ou necessidade econômica dos proprietários (famílias tradicionais da Região Sul) em relação ao balneário Cassino. Também devemos considerar que a própria cidade do Rio Grande mantém uma expansão horizontal porque a economia riograndina não gerou riqueza suficiente para que se desse um processo de verticalização da cidade, o que pressupõe recursos disponíveis para investir em construção civil e capacidade de aquisição, pela população, das unidades produzidas.

Esta destruição, por enquanto em parte, do pré-existente, criou um contraste, na

⁸⁸ Entrevista realizada com o Sr. Jonas Otero, em 20/02/1996.

⁸⁹ RIBEIRO, Luiz C. Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 129.

paisagem, com o novo ao lado do antigo. O antigo muitas vezes exercendo outras funções, como é o caso da estação ferroviária, que atualmente é utilizada como centro de informações turísticas, ou o antigo “quadro” onde grande parte das residências de veraneio são utilizadas para variados tipos de comércio, já estando as frentes das quadras que dão para a AV. Rio Grande e rua Oswaldo Cruz totalmente descaracterizadas. Por outro lado permanece o imponente Hotel Atlântico, localizado em frente ao quadro na Av. Rio Grande com poucas modificações em sua aparência desde o período em que funcionava como um hotel Cassino, somente tendo sido fechada a rua Oswaldo Cruz por onde passavam os trilhos que serviam ao hotel, ficando o prédio do mesmo ocupando a quadra toda .

Na avenida Rio Grande e nas ruas paralelas a ela, ou seja nas ruas Lisboa e Rio de Janeiro, encontram-se ainda casarões do período áureo, em que o principal atrativo do balneário eram os banhos terapêuticos de mar e os jogos. Seu valor histórico destaca-se no nível social, revelador de uma época de riqueza vivida pelas cidades de Rio Grande e Pelotas. As casas, ocupando uma quadra inteira, constituem um documento ainda íntegro de um tipo de vida do passado riograndino.

4.3 Expansão da cidade do Rio Grande em direção ao Cassino

A zona urbana da cidade do Rio Grande possui restrições físicas, sendo limitada pela Laguna dos Patos, área de preservação ambiental, áreas reservadas ao distrito industrial e terras de marinha. Portanto o direcionamento da expansão urbana fica restrito a duas direções: uma no sentido da BR392, que liga Rio Grande a Pelotas e outra em direção ao balneário Cassino.

O Plano Diretor em vigência, a partir de 1986 eliminou os subdistritos, mantendo

porém a divisão da área rio-grandina em cinco distritos. Sendo o 1º distrito a cidade do Rio Grande, abrangendo o balneário Cassino⁹⁰, o Distrito Industrial, a povoação da 4 Seção da Barra, o Senandes e a Ilha de Terraplano. Pela proposta existente é prevista a ocupação urbana ao longo dos 20 Km que existem entre os dois núcleos, o balneário Cassino e a cidade do Rio Grande. A esse propósito parece oportuno transcrever VIEIRA :

*“Embora atualmente o Cassino tenha sido incorporado ao distrito sede é preciso considerar seu crescimento dentro de uma característica de centro urbano. Uma importante zona urbana-industrial-portuária está definida: a cidade do Rio Grande, o balneário do Cassino, o terminal portuário e o distrito industrial. Essa nova configuração da distribuição territorial da população e da atividade industrial reproduz os fenômenos sócio-demográficos peculiares às conurbações.”*⁹¹

O elevado crescimento da população residente de acordo com VIEIRA deve-se à expansão da zona urbana, motivada pelo crescimento horizontal da cidade; população estudantil que procura o Cassino como moradia; fuga da cidade por problemas de poluição ; desejo de tranquilidade e encarecimento das moradias na sede municipal.⁹²

As interpretações para este fenômeno apontam para o fato de que o balneário Cassino se tornará (ou está se tornando) um bairro dormitório da cidade do Rio Grande e, a esse propósito, assim se posicionou SALVATORI (1989 pp. 46):

“Hoje, fora da temporada, Cassino é um bairro dormitório da cidade de Rio Grande, fato que pode ser constatado pelo aumento da população fixa, pela

⁹⁰ De acordo com a Lei Municipal n.º 4116 de 03 de novembro de 1986, o balneário Cassino, que antes desta referida lei constituía o 2º Subdistrito do 1º Distrito do município do Rio Grande, passou a ser considerado um bairro deste município.

⁹¹ VIEIRA, E. F. ; RANGEL, S. S. *Planície Costeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra, 1988, p. 201.

⁹² VIEIRA, E. F. *Rio Grande, geografia física, humana e econômica*. Porto Alegre: Sagra, 1983, p. 27.

melhoria dos serviços e equipamentos urbanos e de abastecimento, pelo aumento do fluxo de veículos diários entre a sede e o balneário e pela quase inexistência de uma estrutura de emprego própria.”⁹³.

Este aumento de moradores permanentes tem gerado uma polêmica em torno da emancipação do balneário Cassino, cujo grupo de pessoas que vem se manifestando a favor da emancipação, alega ser a mesma fundamental para o seu desenvolvimento econômico, uma vez que, segundo estes, o Poder Público Municipal não tem dado a devida atenção às necessidades de infra-estrutura no balneário Cassino.

O grupo que faz oposição a que o balneário Cassino adquira autonomia político-administrativa, justifica sua posição pela necessidade de proteger a história e a cultura e alega que o movimento emancipacionista do Cassino está a propor a total descaracterização-geográfica-paisagística-cultural da cidade do Rio Grande, o mais antigo município do Rio Grande do Sul.

Esta discussão a respeito da emancipação do balneário Cassino trouxe um outro problema para o debate na sociedade riograndina, a proximidade entre o balneário e o Distrito Industrial do Rio Grande, que o Jornal Cassino em sua primeira edição de novembro de 1997 chamou de “*Cassino: Os últimos dias de um balneário*”

Com a finalidade de compreendermos os reflexos dos planos industriais e portuários no balneário Cassino, faremos uma rápida retrospectiva da década de 70 marcada por grandes projetos de desenvolvimento.

Desde 1964 o Estado Brasileiro tinha o objetivo de integração do território nacional e projetar o Brasil no exterior, como uma potência emergente para o século XXI. Dando seqüência a estes objetivos geoestratégicos a década de 70 foi marcada pelos Planos Nacionais

⁹³ SALVATORI, op. cit., p. 27.

de Desenvolvimento (PND) onde foram planejados projetos de infra-estrutura, industriais, minerais e agropecuários.

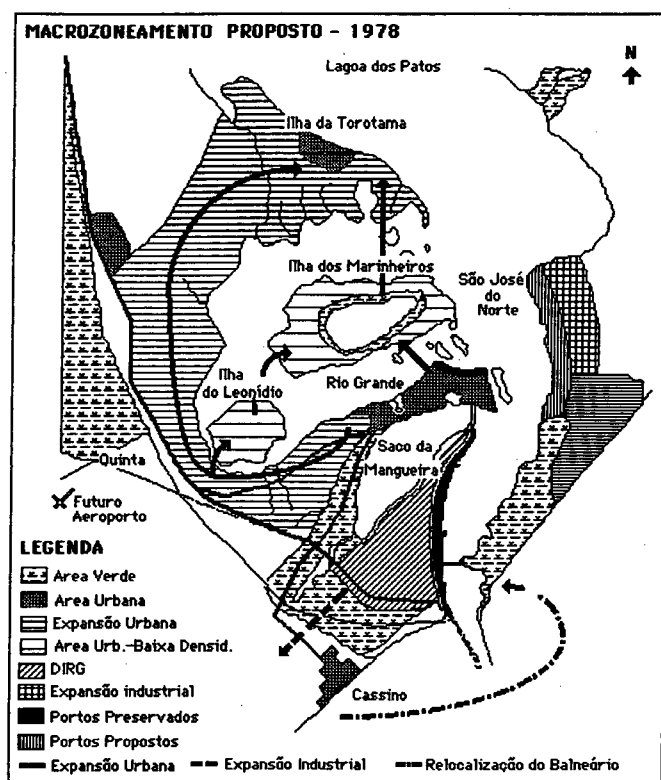
A cidade do Rio Grande possuindo o único porto marítimo do estado do Rio Grande do Sul era o local mais adequado para implantar e desenvolver um grande corredor de exportação associado a um pólo industrial localizado no extremo sul do país, correspondendo a preocupação do Estado Brasileiro em reduzir as diferenças regionais e para viabilizar o programa de exportação foram realizadas melhorias das vias internas, de armazenagem e dos equipamentos de carga e descarga desde a cidade do Rio Grande até as zonas de concentração da produção do norte e noroeste do estado.

O Estado fez grandes investimentos para a implantação do Superporto e de seu Corredor de Exportação e coube à Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC) à competência de execução de obras e serviços a implantação do distrito industrial, com setores industriais definidos pelo governo do Estado como sendo prioritários para a economia gaúcha, tais como siderurgia, fertilizantes, cimento, metal-mecânica, construção naval, metalurgia do cobre, eletro-eletrônica e alimentos.

No projeto Superporto e Distrito Industrial de 1978 foram realizadas modificações reduzindo a área inicial para ocupação industrial planejada em 1972 e foram lançadas propostas relativas à organização do espaço urbano alterando a situação existente e projetando um macrocrescimento para a área urbana.

Destaca-se, nessa reorganização do espaço planejada em 1978, a forma como foram tratados os diferentes usos urbanos, expandindo-se a ocupação até distritos vizinhos e propondo mudanças de zonas residenciais para áreas distantes das atualmente ocupadas e também uma mudança do balneário Cassino para o município vizinho de São José do Norte, localizado do outro lado do canal do Norte como podemos visualizar na figura 11.

FIGURA 11 – Macrozoneamento proposto –1978.



Fonte: HABIAGA et. al. 1994.

O Distrito Industrial do Rio Grande planejado ao final da década de 70, ficou com seus projetos industriais praticamente paralisados durante a década de 80, devido à recessão econômica, criando na comunidade riograndina e no Poder Público Municipal a idéia de que tais projetos definitivamente não viriam para Rio Grande. Mas a constituição do MERCOSUL (Tratado para integração econômica com a Argentina, Paraguai, e Uruguai), em 1995, mudou a posição relativa do Rio Grande do Sul, que passou a ter uma posição estratégica na economia brasileira e no Cone Sul.

Os laços de interdependência e complementaridade inter-regional que tiveram seu início na década de 30 e se firmaram no pós guerra, significou para o Rio Grande do Sul a perda de sua autonomia política e financeira frente ao poder unificado nacionalmente. Tornou-se um dos estados periféricos em relação à concentração de investimentos no Sudeste. Mas, a abertura da economia aos capitais externos e a formação de blocos regionais externos à nação,

alterou profundamente a posição relativa do Rio Grande do Sul. O estado está localizado estrategicamente entre os dois pólos produtivos do MERCOSUL (São Paulo e Buenos Aires).

Tendo a cidade do Rio Grande o único porto marítimo que viabiliza a integração do mercado regional com os mercados nacionais e internacionais é o Superporto do Rio Grande de vital importância para concentração de cargas para o Mercosul.

À medida em que forem sendo instalados novos projetos industriais no estado, ocorrerá um aumento de demanda por vários tipos de insumos básicos e intermediários, que a economia regional importa de outras regiões do país, esta crescente pressão de demanda em alguns ramos industriais está na base da retomada, a curto prazo, do projeto da plataforma de produção pesada pólo-industrial do Rio Grande, a fim de complementar a matriz industrial do nosso estado⁹⁴.

A retomada dos investimentos no porto e no Distrito Industrial causará um impacto visual na paisagem da praia do Cassino por não existirem barreiras físicas entre o DIRG e a praia, atingindo também a área urbana do Cassino e segundo o professor Marcelo Domingues que proferiu a palestra intitulada “Rupturas no Padrão de Organização do Espaço Portuário-Industrial do Rio Grande” a convite da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Rio Grande (SEARG):

“1) a área a ser ocupada por cada uma dessas indústrias será de no mínimo 300 hectares; 2) a altura de suas chaminés variará de 30 a 120 metros, e a altura de suas unidades de produção e armazenagem variará de 10 a 30 metros; 3) a distância média em linha reta que as mesmas ficarão da área urbana do Cassino e da praia será de apenas 4 Km. Caso o projeto de papel e celulose ou o projeto de ferro-esponja venham a se colocar na área da ZPE, então, a distância em relação

⁹⁴ DOMINGUES, Marcelo de la Rocha. O Futuro do Rio Grande em discussão> Informativo Sociedade de Engenharia e Arquitetos do Rio Grande, agosto de 1997.p.3.

a praia se reduzirá para apenas 1,5 Km. Por outro lado, há que considerar-se, também, a crescente concentração de navios de vários tamanhos que ficarão fundeados nas proximidades da entrada da barra do Rio Grande, entre os 5 Km e os 20 Km da beira da praia, a medida que a função do porto concentrador de cargas para o Mercosul for se consolidando nos próximos 5 a 8 anos."

Seguindo a linha de pensamento do professor Marcelo Domingues, o balneário Cassino não só perderá turistas como também a paisagem do Cassino sofrerá uma brutal mudança nos próximos anos devido ao aumento da poluição atmosférica e visual (grandes chaminés, navios esperando a vez no porto e liberando óleos e lixo naval) e consequentemente a área urbana do balneário sofrerá um rápido processo de desvalorização imobiliária.

Estas conseqüências já haviam sido previstas em 1978, inclusive com a transferência do balneário para o litoral de São José do Norte, direcionando-se os bairros de classe média para as ilhas e a zona da Quinta e o Povo Novo, ficando esse meio arco que vai do trevo ao balneário, mais o pontal do Rio Grande, reservados para as classes mais pobres.

A retomada dos investimentos no porto e no Distrito Industrial não dependem de decisões locais, posto que é um projeto federal, mas a opinião pública ficará dividida, entre a classe média, que utiliza o balneário em grande parte para lazer durante a temporada de no máximo dois meses, posicionando-se contra e a classe pobre, desprovida de meios para usufruir do balneário e necessitada de vender sua força de trabalho à indústrias poluidoras ou não, a favor.

A única solução apontada por Domingues em sua palestra na SEARG seria criar um novo balneário a cerca de 15 Km ao sul do atual para fugir tanto da poluição visual como atmosférica. Porém, ele coloca que seria necessário construir uma rodovia asfaltada pela zona de pós duna até o local do novo balneário, além das demais infra-estruturas, como energia,

água e telefonia e ele questiona de onde sairão os 10 a 15 milhões de dólares necessários para o novo balneário.

Esta idéia de transferir o balneário para 15 Km ao sul do atual foi cogitada na década de 50 para unir os balneários do Uruguai com os do litoral sul brasileiro a fim de desenvolver o turismo, mas não se imaginava, naquela época, que a idéia seria cogitada no final do século XX para se fugir da poluição.

CONCLUSÃO

O projeto do balneário Cassino, antiga Vila Siqueira, seguia uma tendência européia de se criar balneários à beira mar em virtude das descobertas terapêuticas atribuídas aos banhos de mar, que desencadeou ao final do século XVIII um verdadeiro modismo pelos balneários marítimos em toda a Europa.

A idéia de se estender a linha férrea da cidade do Rio Grande até o litoral para se construir um balneário surgiu em 1884 pela Cia. Carris Urbanos do Rio Grande, seu planejamento foi feito em 1886 baseando-se nos balneários do Uruguai e a primeira estação de veraneio ocorreu em 1889; sendo assim, o balneário Cassino é contemporâneo não só dos primeiros balneários do Brasil como Guarujá, Santos e Copacabana como também de Piriápolis no Uruguai e Mar del Plata na Argentina.

O balneário Cassino teve sua fundação em um período de prosperidade econômica e social na região sul do estado com as cidades de Rio Grande e Pelotas ligadas à economia da campanha formando o primeiro núcleo industrial do Rio Grande do Sul. O outro núcleo industrial que se formava era em Porto Alegre que comercializava com a colônia.

Serviu este balneário, durante a chamada República Velha (1890-1930), como local de veraneio das elites da zona sul do estado tendo como atrativos os banhos terapêuticos e os jogos. A partir da década de 40, com a proibição dos jogos em todo país e a gradual perda de importância econômica do Rio Grande do Sul à nível nacional e da Zona Sul à nível intra estadual, o perfil dos veranistas começa a mudar no balneário, as elites das cidades de Rio Grande, Pelotas e campanha gaúcha foram cedendo espaço à classe média e o balneário vai se expandir horizontalmente com loteamentos particulares, loteamentos realizados pela Prefeitura Municipal do Rio Grande e ocupações clandestinas.

Na década de 70 a implantação de infra-estrutura para atender ao Superporto e Distrito Industrial do Rio Grande foi estendida ao Cassino e em 1974 ocorreu o repasse de terras da União para a Prefeitura Municipal, que a partir de 1978 criou a Autarquia do Balneário Cassino que vai atuar na organização deste espaço.

Durante as décadas de 80 e 90 vão se notar mudanças na paisagem, não só pelas realizações da Autarquia do Balneário Cassino, mas principalmente pela substituição dos casarões antigos por prédios de apartamentos e pela descaracterização das fachadas dos prédios que os proprietários procuram “modernizar” ignorando que estas construções do começo do século constituem um documento ainda íntegro de um tipo de vida do passado rio grandino.

A Lei nº 4164 de 13 de fevereiro de 1987 do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado⁹⁵ - classifica edificações de interesse sócio- cultural e concede benefícios aos proprietários para que sejam preservadas. Esta Lei a pesar de ser de grande importância para preservação do patrimônio urbano arquitetônico da cidade histórica do Rio Grande é restrita e frágil. Restrita por contemplar apenas três edificações de interesse sócio- cultural no balneário Cassino, o conjunto Hotel Atlântico, o Hotel Cassino e o prédio da antiga Estação Ferroviária, não constando nenhuma das antigas casas de veraneio de valor histórico. E frágil no sentido de que pode ser desfeita com a aprovação da maioria da Câmara de Vereadores, como ocorreu com o prédio do Hotel Cassino onde foi permitido a sua reforma descaracterizando a sua fachada original. Um outro agravante é a falta de fiscalização que resultou na destruição do patrimônio da Antiga Estação Ferroviária que também era protegido por esta Lei. A comunidade protestou mas até o momento nenhum tipo de penalidade foi aplicada a construtora responsável.

⁹⁵ Atualizada como Lei Municipal nº 4556 de 30 de outubro de 1990 pelo prefeito municipal Paulo F. S. Vidal

Sendo assim os poucos casarões que ainda podem ser vistos estão sendo preservados apenas pelo interesse de seus proprietários. Acreditamos que o ideal seria que a seleção dos imóveis a ser preservados tivessem a participação comunitária junto ao Poder Municipal para que prevaleça o interesse público como prevê o Plano Diretor.

Desta forma se validaria o valor cultural, entendido de maneira ampla, levando em consideração valores antropológicos e afetivos e se resolveria o problema do não cumprimento da Lei posto que a própria comunidade exerceria sua cidadania na proteção dos prédios por ela selecionados para resguardar sua memória. Em vista disto, ao se preservar as edificações de interesse sócio- cultural, estaria se guardando a própria memória da comunidade, enquanto meio para obter identidade. Encontramos exemplos na literatura quando o personagem Gonzaga, de *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*, romance de Lima Barreto, definido pelo narrador como “passeador”, sai em busca de um prédio que não mais existia, defrontando-se com a dor de não encontrar a construção guardada na sua memória.

Também queremos destacar a necessidade de proteção das áreas de preservação ambiental no balneário Cassino, onde o Sistema de Dunas Costeiras tem sofrido grande impacto, para que a paisagem natural não fique apenas como recordação de um “passeador cassinense”.

Devido a importância ecológica que exercem dentro do sistema, as dunas são consideradas áreas de Preservação Permanente pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Município do Rio Grande. Mas o Plano Diretor prevê duas regiões distintas no município: área de ocupação rarefeita e área de ocupação intensiva, sendo esta subdividida nas seguintes categorias: unidades residenciais, unidades industriais, unidades mistas e unidades funcionais. As áreas de Interesse Ambiental de Preservação Permanente encontram-se dentro das unidades funcionais, que é uma subdivisão da área de ocupação intensiva, resultando em áreas de uso conflitivo.

HABIAGA et alli (1994 : 56) em seu trabalho "Assentamentos Urbanos do Estuário da Lagoa dos Patos Adequação ao Sítio", constatou irregularidade no balneário Cassino com a ocupação de dunas na praia, as quais são protegidas por lei federal, onde loteamentos foram implantados pelo município: *Destaca-se, primeiramente, a ocupação do Balneário Cassino, com maior ênfase nas dunas de praia. O Plano Diretor define esta área como de uso intensivo, inclusive com proposta para sua ocupação, e o zoneamento ambiental, assim como leis federais, estabelecem como área e preservação.*

Simultaneamente entidades não Governamentais como o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), vem realizando um programa de recuperação e fixação das dunas costeiras, sinalizando as áreas mais vulneráveis e promovendo o cultivo de vegetação nativa para replantio da cobertura original. E também fazendo um trabalho de esclarecimento no sentido de que o sistema de dunas costeiras, além de atuarem como barreira física ao avanço da maré alta, garantem a proteção ao lençol freático.

Mas o problema não é apenas ambiental, é também um problema social já que os moradores alegam que suas casas foram soterradas pelas dunas móveis. O Poder Municipal mesmo sem o amparo em lei Federal segue regularizando as ocupações clandestinas. E questiona-se como falar em meio ambiente em tais condições? Dentro de uma "casa soterrada"? O que estas pessoas precisam resolver primeiro? Quais suas prioridades básicas? Na opinião de MENDONÇA (1993:71): *É preciso, primeiramente, resgatar o mínimo necessário à sobrevivência de cada um e a condição de cidadania, absurdamente sequestrada por uma minoria hereditariamente no poder. Falar de meio ambiente em tal contexto não tem nenhuma ressonância.*

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplênio/Zahar, 1987.

_____. **Pensando a cidade no Brasil do passado**. Departamento de Geografia da UFRJ, Trabalho apresentado no Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis, 27-29 de novembro de 1996.

AGNES, Silvia Clara. **A questão do geral e do específico na Historiografia Latino-Americana: Análise do processo de constituição da mão-de-obra industrial em Pelotas/Rio Grande e cidade do México**. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós Graduação em História.

ALONSO, José A. F. ; BENETTI, Maria D.; BANDEIRA, Pedro S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1994.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **O Discurso do Progresso: A Evolução Urbana de Santos: 1870-1930**. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 1989.

ANTAS Jr., Ricardo Mendes. **Espaços Públicos de Lazer**. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, 1995.

ARAÚJO, Hermes R. **A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

BARBIÉRE, Evandro B. **O Fator Climático nos Sistemas Territoriais de Recreação (Uma Análise Subsidiária ao Planejamento na Faixa Litorânea do Rio de Janeiro)**. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, 1989.

BRUM, Argemiro J. **Rio Grande do Sul: crise e perspectiva**. Ijuí: UNIJUÍ, 1988.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CARRION Jr. Francisco M. **A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - Evolução Recente** in: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: ECONOMIA & POLÍTICA**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

COPSTEIN, Raphael. **Evolução do Rio Grande**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre Nº 122, 1982.

CORBIN, Alain. **O Território do Vazio: A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Rogério H. da e MOREIRA, Igor A.G. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

DALMAZO, Renato A. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul - 1940-74**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1992.

DIAS, Vera L. N. **Tantos Campeches Quantas Imaginações: um estudo sobre o espaço do Campeche**. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

DOMINGUES, Marcelo V. de la Rocha. **Superporto do Rio Grande: Plano e realidade elementos para uma discussão**. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)**. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUGIER, Anne M. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada** v.4. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

HABIAGA, L. ; MADUREIRA, M. e ASMUS, H. **Adequação ao sítio dos espaços urbanos**

do Estuario da Lagoa dos Patos, relatório final. Rio Grande: aux. CNPq, 1994.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789- 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LAFARGUE, Paul. **O direito a preguiça**. São Paulo: Kairós, 1983.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma Cidade na Transição. Santos: 1870-1913**. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo 1994.

LEFBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EdUFPeL: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

MELLO, Humberto C. P. **COLETÂNEA DE UMA VIDA**. Porto Alegre, 1996.

MICHAUD, Jean-Luc. **ORDENACION DE ZONAS LITORALES**. Madri: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981.

MIDAGLIA, Carmen Lúcia Vergueiro. **Turismo e Meio Ambiente no Litoral Paulista Dinâmica da Balneabilidade nasPraias**. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo 1994.

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: ITATIAIA, 1961 (1º ed. 1938).

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. Sociedade e Cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOSSO SÉCULO. Memória fotográfica do século XX. São Paulo: Abril Cultural, v.12, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocel, 1985.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

- _____. **RS: a economia & o poder nos anos 30.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária & industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- _____. **O Brasil contemporâneo.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.
- PEREIRA, Gisela G. **O processo de ocupação do solo no núcleo do balneário Cassino/Rio Grande - RS.** Rio Grande: 1993. Monografia (Curso de Bacharelado em Geografia), Departamento de Geociências.
- PINHEIRO, Paulo S. de Moraes. Cultura e Sociedade no Brasil in: **História do século XX** (1914-1919). São Paulo: Abril Cultural, 1968.
- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município do Rio Grande.** Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial, 1944.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822).** Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.
- RANDLE, P. H. **Geografia Histórica y Planeamiento.** Buenos Aires, 1966.
- REGO, Márcia Souza. **O nu e o vestido: uma etnografia da nudez na Praia do Pinho.** Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.
- REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada** v.4. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Luiz C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.
- RODRIGUES, Alfredo (org.). **Almanaque literário e estatístico do Rio Grande do Sul.** Rio Grande: Livraria Americana, 1891 e 1892.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821).** Belo Horizonte: Itatiaia. 1974. 215 p.

SALVATORI, E.; HABIAGA, L.; THORMANN, M. D. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 1989.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**. Trad. São Paulo/Campinas: Companhia das Letras/UNICAMP, 1988.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A Muralha que Cerca o Mar**. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo 1979.

VASCOCELOS, Pedro de A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C. ; CORRÊA, Roberto L. (org.) **EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

VIEIRA, Euripedes F. & Rangel, Susana S. **Rio Grande do Sul: geografia e população**. Porto Alegre: Sagra, 1985. 190p.

_____. **Planície costeira do Rio Grande do Sul, geografia física, vegetação e dinâmica sócio-demográfica**. Porto Alegre: Sagra, 1988. 256 p.

_____. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra, 1993. 160 p.

_____. Reorganização do espaço político-territorial do Rio Grande do Sul: Consequências demografico-econômicas para a metade sul. In **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, nº25, p.83-90, 1999.

VIEIRA, E. F. **Rio Grande, geografia física, humana e econômica**. Porto Alegre: Sagra, 1983.

WRIGHT, Arnold (hist.). **Impressões do Brasil do século XX**. Londres, Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company LTD, 1913.

5.2- Relatórios e Periódicos

BRASIL: Litoral Sul do Rio grande do Sul. **VIAJE**. Porto Alegre: Editorial Consórcio Ltda., 1983. v.81.

DOMINGUES, Marcelo de la Rocha. O Futuro do Rio Grande em Discussão. **Informativo Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Rio Grande**, agosto de 1997.

ESTATUTOS DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE DO SUL E PROSPECTO PARA A LINHA DA MANGUEIRA DESTINADA E CRIAR UMA ESTAÇÃO DE BANHOS NO MAR GROSSO. Typografia da Livraria Evangélica. Rio Grande, 1886.

EMPRESA TERRITORIAL E CONSTRUCTORA DO CASSINO. APROVADA E FISCALIZADA PELO GOVERNO FEDERAL. Typografia da Papelaria Moderna. Rio Grande, 1918.

Entrevista realizada com o Sr. Jonas Otero, em 20/02/1996 na cidade do Rio Grande.

Entrevista realizada com Helena Duhá em 13/02/1996 em RioGrande.

FERREIRA, Maria Leticia M. História do Rio Grande. **Rio Grande em Revista**. Rio Grande, março de 1994. ano 2, Nº 9.

GUIA DOS BANHISTAS INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS NA VILLA SEQUEIRA PROPRIEDADE DA COMPANHIA DE ESTRADA DE FERRO – COSTA DO MAR. Typografia da Livraria Rio-Grandense. Rio Grande, 1890.

JORNAL CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 11/04/1954.

JORNAL DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/01/1890.

JORNAL DIÁRIO DO RIO GRANDE, 28/01/1890.

JORNAL DIÁRIO DO RIO GRANDE, 11/02/1890.

JORNAL DIÁRIO DO RIO GRANDE, 06/03/1890.

JORNAL DIÁRIO DO RIO GRANDE, 15/03/1890.

JORNAL DIÁRIO AGORA, Rio Grande, 28/01/1990.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO GRANDE, 13/02/1951

JORNAL DIÁRIO DO RIO GRANDE. Mergulho em águas do passado para contar a história de um empreendimento pioneiro. Edição Especial de 26 / 01 / 1990.

RELATÓRIO DA DIRECTORIA DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE APRESENTADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DE ACCIONISTAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE SUA GESTÃO E COMPILAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS REFERENTES A SUA ORGANIZAÇÃO E AO SEU PRIVILÉGIO PARA SERVIÇOS URBANOS POR TRACÇÃO ANIMADA E A VAPOR. Typografia Artista, Rio Grande, 1884.

RELATÓRIOS DA DIRECTORIA E GERÊNCIA DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE RELATIVOS AOS PRIMEIROS 13 MESES DE EXISTÊNCIA E 7 MESES DE EXPLORAÇÃO. Typografia do Diário do Rio Grande, 1895.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE SOBRE O BALANÇO SOCIAL FECHADO EM 30 de junho de 1886 - COMPREENDENDO 13 MESES (DO OITAVO AO VIGÉSIMO MEZ DE EXPLORAÇÃO). Typografia do Diário do Rio Grande, 1896.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA CARRIS URBANOS DO RIO GRANDE SOBRE O BALANÇO SOCIAL FECHADO EM 31 de dezembro de 1886 - COMPREENDENDO 6 MESES (DO VIGÉSIMO AO VIGÉSIMO SEXTO MEZ DE TRAFEGO). Typografia do Artista, Rio Grande, 1887.

RELATÓRIO DA DIRECTORIA DA COMPANHIA CARRIS E ESTRADA DE FERRO COSTA DO MAR PARA SER APRESENTADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DOS Srs. ACCIONISTAS EM 26 DE OUTUBRO DE 1893 NA CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Typografia do Diário, Rio Grande, 1893.

RELATÓRIO DA DIRECTORIA E GERÊNCIA DA COMPANHIA CARRIS E ESTRADA DE FERRO COSTA DO MAR PARA SER APRESENTADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DOS Srs. ACCIONISTAS EM SETEMBRO DE 1894 NA CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Typografia do Diário do Rio Grande, 1894.

TRANSLADO DA ESCRITURA DE COMPRA DO BALNEÁRIO CASSINO, REALIZADA NO 2º TABELIONATO DE RIO GRANDE NO LIVRO DE NOTAS SOB O Nº165 FLS 51 A 54, EM 24 DE AGOSTO DE 1909, ARQUIVADO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.